

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

TATIANA OLIVEIRA COUTO SILVA

**A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
BRASIL: UMA PROPOSTA PARA DIMINUIÇÃO DA TAXA DE REPROVAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR) – *CAMPUS IVAIPORÃ***

JUIZ DE FORA
2015

TATIANA OLIVEIRA COUTO SILVA

**A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
BRASIL: UMA PROPOSTA PARA DIMINUIÇÃO DA TAXA DE REPROVAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR) – *CAMPUS IVAIPORÃ***

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador (a): Prof. Dr. Eduardo Magrone

JUIZ DE FORA

2015

TATIANA OLIVEIRA COUTO SILVA

**A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
BRASIL: UMA PROPOSTA PARA DIMINUIÇÃO DA TAXA DE REPROVAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR) – *CAMPUS IVAIPORÃ***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Prof. Dr. Eduardo Magrone (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Membro da banca Externa

Membro da Banca Interna

Dedico este trabalho a Deus, ao meu amado amigo e esposo Romesildo, aos meus filhos, minha herança, Juliana, Isabela, Isaque Miller e Ana Carolina e a todos aqueles que, como eu, amam a Educação e sonham com um País mais justo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me sustentou durante toda a caminhada para a conclusão deste projeto. Muitas foram as adversidades, mas Ele, em Sua infinita graça e misericórdia que se renovam a cada manhã, me concedeu o dom da sabedoria e da resiliência.

À minha família: ao meu pai Romualdo, exemplo de dedicação e amor pela leitura; à minha mãe Darcy (*in memoriam*) que partiu desta vida antes de me ver realizando este sonho; ao meu amado esposo Romesildo, meu incentivador, que sempre me impulsionou para voos mais altos; aos meus filhos queridos, Juliana, Isabela, Isaque e Aninha, que me acompanharam estudando horas a fio e compreenderam minha necessidade de sacrificar alguns momentos em família.

Aos meus amigos e diretores, Onivaldo Flores Júnior e José Mateus Bido e à professora Ellen Rúbia Diniz, referenciais de dedicação e competência, que me incentivaram e apoiaram nesta intensa jornada acadêmica que, por muitas vezes, me fez ficar ausente no ambiente de trabalho.

Ao Instituto Federal do Paraná, que me concedeu a oportunidade desta formação.

Aos queridos tutores do Programa de Pós Graduação Profissional da UFJF, Priscila Cunha e Alisson Santos e ao meu orientador professor Doutor Eduardo Magrone.

Aos colegas de trabalho, servidores técnicos e docentes do IFPR e aos queridos estudantes pela importante contribuição.

E finalmente, a todos os familiares, amigos e colegas que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada.

“Eu queria uma escola
Que cultivasse a curiosidade e a alegria de aprender o que em vocês é natural (...)

Eu queria uma escola
Que lhes ensinasse tudo sobre a natureza,
O ar,
A matéria,
As plantas,
Os animais,
Seu próprio corpo,
Deus
Mas que ensinasse primeiro pela observação,
Pela descoberta,
Pela experimentação.
E que dessas coisas ensinasse não só a conhecer, como também a aceitar, amar e preservar (...)

Eu queria uma escola
Que lhes ensinasse a pensar,
A raciocinar,
A procurar soluções (...).

Ah! meu Deus!
Deus que livre vocês de uma escola em que tenham que copiar pontos.
Deus que livre vocês de decorar, sem entender, nomes, datas, fatos, fórmulas, enunciados e regras gramaticais...
Deus que livre vocês de aceitarem conhecimentos “prontos”, mediocramente “embalados” nos livros didáticos descartáveis,
Comerciais,
Superficiais,
Descomprometidos e que distorcem as verdades.
Deus que livre vocês de ficarem passivos,
Ouvindo e repetindo e repetindo e repetindo
Com a única finalidade de passar de ano.
Deus que livre vocês de aprenderem métodos de dissimulação e de auto enganação!(...)

Eu queria uma escola
Que ensinasse vocês a conviver,
A cooperar,
A respeitar,
A esperar,
A saber viver numa comunidade
Em união.
Uma escola em que eu também pudesse ir com seu pai, com outros pais e professores, para aprender e para participar com vocês no seu processo de crescimento, aprendizagem e humanização.

Ah! E antes que eu me esqueça:
Deus que livre vocês de um professor incompetente,
Descontente,
Desumano,
Irritado
E mal preparado.

E que no tempo de vocês, o Estado,
Assuma sua verdadeira função: que invista no bem estar para o povo,
Emprego, saúde e educação”.

(Maria Teresa Del Prete Panciera,
“(Para Sara, Raquel e Lia e para todas as crianças”, 1983).

RESUMO

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF e tem como objetivo geral propor ações que atendam a necessidade de reduzir a reprovação escolar no ensino médio nas instituições públicas de educação profissional, em especial no contexto do Instituto Federal do Paraná- IFPR. Para tanto foi efetivada uma análise circunscrita ao *campus* que está implantado desde 2009 em Ivaiporã, município com cerca de 32 mil habitantes, de atividade econômica predominantemente agrícola e pecuária, localizada na região central do Paraná e que vem apresentando altos índices de reprovação principalmente no 1º ano do ensino médio integrado à educação profissional. A metodologia utilizada foi o estudo de caso de caráter qualitativo, com coleta de dados em análise documental da secretaria acadêmica do *campus* e documentos oficiais do IFPR, pesquisa bibliográfica, entrevista com os gestores, professores e estudantes do *campus*. Este estudo foi elaborado com base em referenciais teóricos sobre a história da educação profissional no Brasil como Aranha (2006), Cury (2008) e legislação educacional brasileira, do dualismo escolar com Kuenzer (2012) e Cunha (2000), da reprovação escolar com Paro (2003), das políticas de governo e dos investimentos em educação. Os resultados da pesquisa demonstram que a reprovação escolar na instituição está relacionada a uma série de fatores como relação professor-aluno, metodologias de ensino e de avaliação, inexistência de hábito de estudo por parte dos alunos, dificuldades e defasagem de aprendizagem e fatores familiares, de origem socioeconômica ou psicológica que devem ser abordados visando melhorar o rendimento escolar dos estudantes. Ao final, a pesquisa apresenta uma proposta de intervenção educacional pautada em 04 ações essenciais para aumentar o sucesso escolar, no intuito de diminuir os índices de reprovação e melhorar a qualidade do ensino no IFPR.

Palavras-chave: Reprovação escolar; Educação profissional; Instituto Federal do Paraná.

ABSTRACT

This master's dissertation was developed in the postgraduate studies in management and evaluation of the public school Program – CAEd/UFJF (Public Politics and Evaluation of the Education Center - Juiz de Fora Federal University) and have as general purpose offer actions that attend the necessity to reduce the school failure in the high school level in the professional education in the public institutions, in special on the context of Paraná's Federal Institute (IFPR). Therefore was effected an analysis limited to the campus that is deployed since 2009 at Ivaiporã, city with 32.000 inhabitants, which the predominant economic activities are agricultural and livestock and it is located in central part of the Paraná State. This region has shown high index of school failure, mostly in the first year of the high school integrated with the professional education. The methodology used was the study in qualitative case, with collect of data and document analysis of the academic secretary of the campus and official documents of the IFPR and bibliographic researches and interview with managers, teachers and students of the campus. This study was elaborate based on theoretical references about the history of the professional education in Brazil as Aranha (2006), Cury (2008) and Brazilian Educational Legislation of the school dualism with Kuenzer (2012) and Cunha (2000) of the school failure with Paro (2003) of the government policies and the educational investments. The results of this research shows that the school failure in this institution is related to a number of factors, as the relationship between teacher-student, the teaching methodologies and evaluation, the absence of the habit to study of the students, difficulties and discrepancy of learning and family factors as economic-social or psychological that must be addressed, aiming to improve the school income of the students. At the end this research features a proposal of educational intervention guided in four essential actions to increase the school success, in order to decrease the rates of school failures and improve the quality of the education in the IFPR.

Keywords: School Failure; Professional Education; IFPR (Instituto Federal do Paraná) Paraná's Federal Institute.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CODIR	Conselho de Dirigentes do IFPR
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior do IFPR
COUN	Conselho Universitário da UFPR
DTIC	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PACE	Programa de Auxílio Complementar ao Estudante
PBIS	Programa de Bolsas de Inclusão Social
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDO	Plano Diretor Orçamentário

PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFPR
PIBIC Jr.	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBID	Programa de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBIN	Programa Institucional de Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador
PIIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PISA	Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPP	Plano Politico Pedagógico
PROAD	Pró- reitoria de Administração - IFPR
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos
PROENS	Pró-reitoria de Ensino - IFPR
PROEPI	Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação - IFPR
PROGEPE	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – IFPR
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TAM	Termo de Acordos e Metas
TRS	Teoria das Representações Sociais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Ensino Médio – Estabelecimentos por dependências administrativas - 2011.	32
GRÁFICO 2 Forma de ingresso dos alunos ativos - IFPR Ivaiporã 2014	47
GRÁFICO 3 Forma de ingresso dos novos alunos - IFPR Ivaiporã 2015	47
GRÁFICO 4 Índice de aprovação/reprovação dos alunos do 1ºano integrado Técnico em Informática- IFPR/Ivaiporã, 2013.....	49
GRÁFICO 5 Estudantes das turmas de 1º ano do Ensino Médio profissionalizante conceitos nos 3 Bimestres- IFPR/Ivaiporã, 2014.....	50
GRÁFICO 6 Número de alunos cursando ensino médio integrado no IFPR/Ivaiporã - 2014	51
GRÁFICO 7 Índice de reprovação na Educação Básica Brasil e o Mundo (2012)	56
GRÁFICO 8 Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio.....	57
GRÁFICO 9 Reprovação e abandono escolar no Ensino Médio – Brasil (2010-2013)	59
GRÁFICO 10 Plano de intervenção: Metas para o índice de retenção escolar até 2016	125
GRÁFICO 11 Exemplo de gráfico para acompanhamento do rendimento escolar dos estudantes.....	128

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Bens adquiridos – alunos bolsistas 2013	75
QUADRO 2 Síntese das respostas dos estudantes, Ivaiporã, 2015	92
QUADRO 3 Impactos da reprovação na vida escolar dos estudantes – Exemplos de respostas dos professores, Ivaiporã, 2015.....	101
QUADRO 4 Síntese das respostas dos professores, Ivaiporã, 2015	106
QUADRO 5 Plano de intervenção - Ação 1: Programa de acompanhamento do estudante.....	117
QUADRO 6 Plano de intervenção - Ação 2: Programa de capacitação docente em serviço.	119

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Formação acadêmica – servidores docentes e técnicos -administrativos IFPR/Ivaiporã (2014)	45
TABELA 2 Alunos ativos –IFPR/Ivaiporã – novembro de 2014	46
TABELA 3 Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio- Brasil	57
TABELA 4 IDEB – Resultados e Metas – Ensino Médio	58
TABELA 5 Reprovação escolar e média no PISA – Países (2012	62
TABELA 6 Investimento Público Direto por estudante e percentual do PIB – por Nível de Ensino - Brasil (2006 - 2013)	65
TABELA 7 Plano de Distribuição Orçamentária (PDO) IFPR - 2014.....	67
TABELA 8 Destinação de recursos orçamentários por Unidade (PDO) IFPR2014	68
TABELA 9 Recursos da Assistência Estudantil (PDO) IFPR - 2014.....	68
TABELA 10 Questionários – Participação dos estudantes, Ivaiporã, 2015	78
TABELA 11 Estudantes com conceito “D” em Bimestres de 2014, Ivaiporã, 2015.....	79
TABELA 12 Matérias com dificuldades em 2014. Resposta dos estudantes, Ivaiporã, 2015	80
TABELA 13 Avaliação dos estudantes – Processo de ensino-aprendizagem no IFPR, Ivaiporã, 2015	82
TABELA 14 Número de recursos da assistência estudantil recebidos por estudantes participantes da pesquisa -2014, Ivaiporã, 2015	84
TABELA 15 Avaliação dos estudantes – Assistência Estudantil no IFPR, Ivaiporã, 2015	85
TABELA 16 Avaliação dos estudantes – Escolha em estudar no IFPR, Ivaiporã, 2015	86
TABELA 17 Horas de estudo diário cursando o ensino fundamental - estudantes do ensino médio do IFPR Ivaiporã, 2015	88
TABELA 18 Horas de estudo diário cursando o ensino médio - estudantes do ensino médio do IFPR Ivaiporã, 2015.....	88

TABELA 19 Tempo semanal de estudo extraclasse - estudantes do ensino médio do IFPR Ivaiporã, 2015	89
TABELA 20 Sugestões, reclamações ou críticas dos estudantes sobre o IFPR, Ivaiporã, 2015.....	90
TABELA 21 Tempo de trabalho como docente – Questionário com Professores, Ivaiporã, 2015.....	94
TABELA 22 Experiência nos diversos níveis e modalidades de ensino – questionário com professores, Ivaiporã, 2015	95
TABELA 23 Avaliação dos professores –Escolha em ser docente no IFPR, Ivaiporã, 2015	96
TABELA 24 Avaliação dos professores – Relação com o <i>campus</i> IFPR Ivaiporã, Ivaiporã, 2015.....	97
TABELA 25 Avaliação dos professores – Processo de ensino-aprendizagem no IFPR, Ivaiporã, 2015.	99
TABELA 26 Avaliação dos professores – Cota de inclusão e Assistência Estudantil, Ivaiporã, 2015.....	103
TABELA 27 Plano de intervenção – Ação 1 – Metas bimestrais de desempenho do programa.....	126

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Escola de Aprendizes Artífices, Brasil, 1909	27
FIGURA 2 Institutos Federais do Brasil, 2008-2014	35
FIGURA 3 Organograma da Organização Administrativa	42
FIGURA 4 Fatores relacionados à reprovação escolar	61
FIGURA 5 Plano de Intervenção: ações essenciais para o sucesso do IFPR	115

APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Meu nome é Tatiana Oliveira Couto Silva, sou pedagoga, iniciei no magistério com 19 anos, sem formação específica. Iniciei meu curso de graduação na Universidade Federal de Goiás com 26 anos. Após ser mãe de gêmeos em 2006, tranquei a matrícula do curso e só concluí o último ano de Pedagogia na Faculdade de Educação de Osvaldo Cruz (SP), em 2009. Segui nos estudos tornando-me pós-graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual de Maringá (2010) e em Gestão Escolar, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (2014).

Em minha experiência profissional, fui professora de alfabetização em uma entidade filantrópica e confessional por 8 anos, além de coordenadora pedagógica na mesma instituição. Atuei como professora do ensino fundamental por 1 ano e fui coordenadora da educação infantil por 2 anos em uma escola particular.

Atualmente, sou técnica em assuntos educacionais, servidora do Instituto Federal do Paraná (IFPR) no *campus* Ivaiporã, uma instituição pública que ministra cursos de nível médio técnico (integrados e subsequentes) e também de graduação. Em 2013 atuei como chefe da Seção de Assuntos Estudantis, em 2014 como Coordenadora de Ensino do *campus* e Coordenadora Adjunta do PRONATEC e, em 2015, assumi a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Atuando como Coordenadora de Ensino da instituição pesquisada e buscando desenvolver um trabalho voltado para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a escolha do tema surgiu diante da observação do alto índice de reprovação ocorrido nas primeiras turmas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio - em comparação aos índices nacionais e às taxas de rendimento escolar, propostas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) para os Institutos Federais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
I. O CASO DE GESTÃO SOBRE A REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO NO IFPR CAMPUS IVAIPORÃ/PR	25
1.1. A educação profissional no Brasil	25
1.2. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	33
1.2.1. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	33
1.2.2. <i>Accountability</i> - responsabilização pelos resultados, eficácia e eficiência na educação profissional: o Termo de Acordos e Metas MEC/SETEC	36
1.3. O Instituto Federal do Paraná	39
1.3.1. A implantação do <i>campus</i> do IFPR no município de Ivaiporã/PR	43
1.3.2. O perfil dos docentes e profissionais do <i>campus</i> IFPR/Ivaiporã	44
1.3.3. O perfil dos alunos do IFPR <i>campus</i> Ivaiporã/PR.	45
1.3.4. A equipe gestora local – Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão	47
1.3.5. A reprovação no ensino médio no IFPR <i>campus</i> Ivaiporã/PR.....	48
II. ANÁLISE DO CONTEXTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E DO RENDIMENTO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO CAMPUS IFPR - IVAIPORÃ/PR	51
2.1. Ensino Médio profissionalizante: o dilema do dualismo escolar	52
2.2. Brasil: um país de reprovações	54
2.2.1 O investimento na educação pública.....	61
2.3. As políticas afirmativas e de assistência estudantil e seus impactos no <i>campus</i> Ivaiporã/PR.....	67
2.4. Análise do contexto didático-pedagógico – estratégias de ensino-aprendizagem e participação dos estudantes.....	75
2.4.1 Questionários com estudantes.....	75
2.4.2 Questionários com professores.....	90
2.4.3 Entrevistas com gestores do <i>campus</i> Ivaiporã/PR.....	102
2.4.3.1 Entrevista com o diretor-geral do <i>campus</i> Ivaiporã/PR.....	102
2.4.3.2 Entrevista com a coordenadora de ensino do <i>campus</i> Ivaiporã/PR	104
2.4.3.3 Análise das entrevistas com os gestores <i>campus</i> Ivaiporã/PR	107

III. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL PARA O AUMENTO DA TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS IFPR- IVAIPORÃ	110
3.1 Plano de intervenção educacional.....	110
3.1.1 AÇÃO 1 - Acompanhamento periódico do estudante (pedagógico, psicológico, social e familiar).....	111
3.1.2 AÇÃO 2 - Capacitação e contextualização dos docentes - Ensinar: Quem? Como? Para que? e Onde?	114
3.1.3 AÇÃO 3 - Adequação Curricular e Inovação de metodologias de ensino-aprendizagem.....	116
3.1.4 AÇÃO 4 - Planejamento, participação e gestão estratégica de ensino.....	116
3.1.5 Avaliação do plano de intervenção - utilização de um Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD).....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	126
APENDICES	136

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a reprovação escolar na educação profissional integrada ao ensino médio, entre os anos de 2012 a 2014, tendo como base o contexto escolar do Instituto Federal do Paraná, especificamente o *campus* da cidade de Ivaiporã, localizada na região central do estado do Paraná. Como segundo objetivo, apresentamos um Plano de Intervenção Educacional, ao fim desta dissertação, visando diminuir os índices de reprovação no *campus* e melhorar a qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Uma das principais dificuldades no sistema educacional brasileiro é a permanência dos alunos na escola até a conclusão da educação básica. A criança pode iniciar na educação infantil sendo matriculada em uma creche desde os primeiros meses de vida e, conforme o artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 (que foi alterado pela Lei nº 12796/2013) tornou-se obrigatória à matrícula da criança a partir dos quatro anos de idade, e não mais seis anos. Diante do exposto, o sistema brasileiro propõe que a criança percorra todos os níveis da educação básica durante o período de 13 anos, finalizando seus estudos na etapa do ensino médio aos 17 anos.

Infelizmente, grande parte do alunado brasileiro não consegue seguir este percurso sem passar por obstáculos, tais como o atraso na iniciação escolar, a reprovação ou a desistência dos estudos por motivos diversos. Esses empecilhos originam o fenômeno escolar conhecido por “distorção idade-série” que se expressa pela diferença entre a idade do aluno e a idade indicada para a série que ele está cursando. O valor da distorção é calculado em anos e acontece quando o aluno está dois ou mais anos acima da idade prevista para ele na respectiva série (MAGALHÃES, 2014).

A escolha do tema da reprovação no ensino médio no Instituto Federal do Paraná em Ivaiporã ocorreu devido à proximidade da autora com a instituição, na qual atua como técnica em assuntos educacionais e diretora de ensino, pesquisa e extensão. Conversando com os estudantes sobre o peso e o significado da reprovação, notou-se que está se fortalecendo na comunidade discente uma crença de que no Instituto Federal poucos são aprovados em

todas as disciplinas do ano letivo. Ainda de acordo com as percepções dos alunos, determinados professores atribuem somente o conceito “D”¹ em suas atividades, mesmo que os estudantes a tenham realizado de maneira correta. Nesse contexto, os alunos que conseguem a aprovação anual vão se destacando entre os outros, no sentido de se sobressaírem quanto à popularidade entre os discentes, como se a aprovação não fosse uma regra, mas, sim, uma exceção. Desse modo, ao se falar dos fundamentos éticos, políticos, sociais e educacionais que deram origem aos Institutos Federais, é preciso se atentar para o que os estudantes afirmam no cotidiano da unidade de ensino, sendo necessária a investigação do que leva às altas taxas de reprovação e, por consequência, de evasão.

Os Institutos Federais surgem, em 29 de dezembro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, tendo como proposta a renovação da educação profissional brasileira, principalmente para o ensino médio que, visando uma formação integral, além de fomentar o ensino de uma profissão para o aluno, também o prepara com uma forte fundamentação dos componentes curriculares da base comum nacional (BRASIL, 2008). Sendo assim, é necessário que os índices de reprovação e evasão sejam reduzidos por meio de programas de atendimento ao aluno que contribuam para seu sucesso escolar, fazendo com que o estudante compreenda que é possível ser aprovado e que para isso contará com o apoio da escola e da família. Portanto, visando diminuir tais problemas no IFPR – *Campus Ivaiporã* essa pesquisa se faz necessária.

Segundo dados do INEP, em 2012, o índice de reprovação no ensino médio da rede pública foi de 13,1%, enquanto as instituições particulares tiveram taxa de 6,1%. Para o 1º ano do ensino médio, a taxa de reprovação gira em torno de 17,7% na rede pública (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013). Informações obtidas junto à Secretaria Acadêmica do IFPR – *Campus Ivaiporã*

¹ Conforme o artigo 9º da Portaria Nº 120/2009 do IFPR, os resultados obtidos pelos estudantes nos processos de avaliação da aprendizagem são expressos por conceitos, sendo: Conceito A (aprendizagem PLENA – atingiu os objetivos propostos no processo ensino-aprendizagem); Conceito B (aprendizagem PARCIALMENTE PLENA - atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos no processo ensino-aprendizagem); Conceito C (aprendizagem SUFICIENTE - atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade no processo ensino-aprendizagem) e Conceito D (aprendizagem INSUFICIENTE - não atingiu os objetivos propostos, comprometimento e/ou inviabilizando o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem) (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2009).

demonstram que em 2013 o índice de reprovação no 1º ano do ensino médio foi de 22,6% (4,9% acima da média nacional da rede pública), sendo que dos 77,4% aprovados, cerca de 50% foram aprovados levando pelo menos uma disciplina como dependência para o 2ºano. Esses resultados de reprovação no 1º ano do ensino médio, além de superarem as médias nacionais, superaram as metas de eficácia e eficiência estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para os Institutos Federais por meio do Termo de Acordos e Metas estabelecido entre o IFPR, o MEC e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), no ano de 2010 (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ /SETEC, 2010). Em linhas gerais, entre transferências e reprovações, apenas 67,7% dos estudantes que ingressaram no curso em 2013, seguiram para o 2º ano e continuaram estudando no IFPR.

Para realizar a investigação, foi efetuada uma pesquisa documental, em que foram analisados os aspectos regulatórios em documentos internos e externos do IFPR em Ivaiporã, bem como em periódicos, notícias e cartilhas do MEC/SETEC sobre a política de investimento na expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até o ano de 2020. Além da pesquisa documental, foram aplicados questionários aos estudantes do ensino médio buscando analisar o desenvolvimento das atividades do IFPR no município e seu impacto social. O objetivo com os questionários foi adquirir conhecimentos sobre o processo de ensino-aprendizagem na instituição, a contribuição da assistência estudantil no desempenho escolar, a influência do IFPR e dos cursos oferecidos no desenvolvimento regional, a relação professor-aluno, a reprovação no ensino médio, bem como o nível de acompanhamento da escola no dia-a-dia dos alunos, buscando atender as necessidades do estudante e de sua família, interferindo, assim, em seu desempenho escolar.

Por fim, foram entrevistados no *campus* IFPR/Ivaiporã o Diretor-geral e a Coordenadora de ensino e docentes que responderam ao questionário de pesquisa voluntariamente. A entrevista versou sobre o tema da reprovação e desenvolvimento da aprendizagem no IFPR e as respostas dos entrevistados contribuíram neste trabalho para auxiliar na elaboração da proposta de diminuição dos índices de reprovação no *campus*.

O texto está dividido em três capítulos. O primeiro se inicia com um

resgate histórico sobre a educação profissional no Brasil, bem como a história da criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e, posteriormente, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com sua proposta de inovação curricular para o ensino médio integrado à educação profissional. Os IFs, assim como as demais instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, são criados para atuar de forma pluricurricular e multicampi, como autarquias detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008a) e, por isso, neste primeiro capítulo, também realizamos uma breve análise sobre o termo *Accountability*, ligando-o à questão da responsabilização pelos resultados, e como esse fator interfere na questão da autonomia dos *campi* dos Institutos Federais.

Em seguida expomos a criação do *campus* do Instituto Federal do Paraná (IFPR), implantado no município de Ivaiporã/PR no final do ano de 2009. Ao final, realizamos uma contextualização da região, da instituição de ensino e de sua equipe gestora, descrevendo, ainda, o perfil dos docentes e dos demais profissionais do *campus*, além de evidenciarmos o perfil dos alunos do ensino médio da instituição. Ao fim do capítulo, apresentamos os programas de inclusão social da instituição e seus impactos na vida escolar e social do estudante e de sua família e, por fim, apresentamos o caso da reprovação no ensino médio no IFPR/Ivaiporã.

No capítulo 2 apresentamos uma discussão sobre o tema do dualismo escolar entre ensino propedêutico e profissional no ensino médio discutido por Kuenzer (2012) e Cunha (2000). Na sequência apresentamos o tema da reprovação escolar no Brasil e no mundo, baseado em dados da UNESCO, em resultados do PISA e o IDEB, ao lado de referenciais teóricos como Paro (2003). A seguir, no capítulo 2, há uma análise dos dados da pesquisa realizada no *campus* com a comunidade escolar, sobre temas como desempenho escolar dos alunos do *campus* IFPR-Ivaiporã/PR, processos de ensino-aprendizagem, relação professor-aluno, reprovação, assistência estudantil e impacto do IFPR no desenvolvimento local e regional. Para tanto, apresentamos os aspectos teóricos conjugados à interpretação e à análise dos dados da pesquisa.

Por fim, o capítulo 3 propõe a construção de um Plano de Intervenção Educacional, a ser executado no Instituto Federal do Paraná, que contribua para a diminuição das taxas de reprovação e aumente o nível de aprendizagem dos alunos do ensino médio integrado do *campus* IFPR-Ivaiporã. Esse Plano de Intervenção pretende elaborar estratégias de ação que envolvam os alunos e suas famílias, como acompanhamento psicopedagógico e familiar, recuperação paralela e reforço escolar. Relativamente aos docentes e demais servidores do *campus*, com estratégias de estudo para conscientização sobre a missão, valores e objetivos dos Institutos Federais e propostas de adequação para os programas de inclusão social.

I. O CASO DE GESTÃO SOBRE A REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO NO IFPR CAMPUS IVAIPORÃ/PR

Este capítulo tem por objetivo apresentar o caso de gestão sobre a reprovação no ensino médio no IFPR *campus* Ivaiporã/PR. Para iniciar, buscando levar o leitor a compreender o papel da educação profissional no contexto histórico brasileiro, é realizado um resgate histórico sobre o tema e a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no ano de 2008, dando origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que apresentam uma proposta de inovação curricular para o ensino médio integrado à educação profissional.

Conforme a Lei nº 11892/2008, os Institutos Federais foram criados para atuar de forma pluricurricular e multicampi, como autarquias detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008a), sendo assim, se deparam com a questão da responsabilização pelos resultados, denominada *Accountability*. Como a responsabilização interfere na autonomia dos *campi* e como o processo de descentralização administrativa está em fase de execução no IFPR, também são temas discutidos neste primeiro capítulo.

Finalizando o capítulo, realizamos um breve relato sobre a criação do Instituto Federal no Estado do Paraná (IFPR) e apresentamos o *campus* implantado no município de Ivaiporã/PR, fazendo uma contextualização da região, da instituição, da equipe gestora; descrevendo o perfil dos profissionais, docentes e alunos do ensino médio integrado à educação profissional; citando os programas de inclusão social ofertados no *campus* e por fim apresentamos o caso da reprovação no ensino médio verificada entre 2012 e 2014 no IFPR/Ivaiporã.

1.1 A educação profissional no Brasil

Segundo Aranha (2006), o Brasil do século XIX, comparado ao início da colonização, não obteve muitos avanços na área educacional. Continuando em um modelo de educação elitista e aristocrático, a formação escolar ainda era para poucos. Com uma sociedade amplamente agrária e escravocrata, em

que a maioria da população exercia profissões que não exigiam nenhum nível de escolaridade, o índice de analfabetismo continuava alto, pois ainda não havia uma política sistematizada de educação pública do Estado, poucos eram os professores e a falta de estrutura de escolas era notável.

No campo da educação profissional, o ensino de uma profissão manual em expansão na época – como as ocupações de ferreiros, carpinteiros, agricultores, tecelões, pedreiros, etc. – era amplamente relacionada à condição das classes socialmente inferiores e acontecia informalmente nos próprios locais de trabalho, sem relacionar-se ao ensino das primeiras letras. Em 1809, D. João VI cria o primeiro Colégio das Fábricas, em caráter assistencialista e sem relacionar-se à escolarização, “destinado a ensinar ofícios aos órfãos que aqui chegaram com a comitiva real e aprendiam com artífices que também vieram de Portugal” (ARANHA, 2006, p.228).

Devido aos conflitos em Portugal, em 1821, D. João VI retorna para a metrópole e D. Pedro I, filho do monarca português, assume o governo da Colônia, proclamando, em 1822, com a pressão dos latifundiários produtores de açúcar e algodão, que lutavam pelo país autônomo, a Independência do Brasil (ARANHA, 2006).

Na primeira Constituição Brasileira, de 1824, influenciados pelos ideais da Revolução Francesa, houve a intenção dos deputados em criar um sistema público nacional de ensino, mas mesmo com a publicação do Decreto Imperial de 1827, “que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e escolas de meninas nas vilas mais populosas” (ARANHA, 2006, p. 222), a determinação ficou apenas no papel. O estado precário das escolas, a escassez e a má formação dos professores e a falta de investimento financeiro da educação, diante do crescimento populacional, estagnava cada vez mais a possibilidade de uma educação igualitária para todos (ARANHA, 2006).

Já sob o reinado de D. Pedro II, tentando dividir a responsabilidade pela oferta de ensino, mediante a reforma do Ato Adicional de 1834, o ensino elementar das primeiras letras, o secundário e o de formação de professores foram descentralizados para as províncias e apenas o ensino superior ficou a encargo da Coroa. Entretanto, mesmo alheia à responsabilidade sobre o

ensino secundário, em 1837, a Coroa funda no Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro, o Colégio D. Pedro II, que passa a ser referência nacional no ensino secundário propedêutico, que tem por objetivo preparar o estudante para seguir seus estudos em nível superior (ARANHA, 2006).

A Constituição Federal de 1891 instaurou no Brasil o governo republicano. Durante a República Velha (1891-1930) teve início a industrialização no país e acontecimentos como a abolição da escravatura e o aumento do número de imigrantes assalariados, ocasionaram mudanças no plano social e econômico brasileiro. A formação técnica tornou-se cada vez mais necessária e diante desse quadro, o governo brasileiro começou a intensificar as propostas de criação de instituições profissionalizantes. Afonso Pena, em seu discurso de posse como Presidente da República, no dia 15 de novembro de 1906, fez a seguinte declaração: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. (BRASIL, 2009, p.2).

Em 23 de setembro de 1909, após a morte de Afonso Pena, o então presidente Nilo Peçanha, através do Decreto 7.566, criou dezenove Escolas Federais de Aprendizes Artífices – nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo–, inaugurando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2009).

Direcionada para os filhos das classes proletárias – jovens potencialmente sujeitos a aquisição de vícios e hábitos nocivos à sociedade - a Rede teve como fundamento uma política de caráter moral-assistencialista, voltada a conter a “desordem social” (BRASIL, 2008), como trazia o preâmbulo do Decreto nº 7566/1909:

(...) o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909).

A Figura 1 apresenta a localização das 19 escolas de Aprendizizes Artífices fundadas em 1909:

Figura 1: Escolas de Aprendizizes Artífices, Brasil – 1909



Fonte: Elaboração da autora (2014).

Analisando a Figura 1 verificamos que as Escolas de Aprendizizes Artífices foram estrategicamente implantadas nas capitais dos Estados da República, que na época apresentavam as maiores concentrações populacionais, maior índice de imigração e consequentemente maior índice de mão-de-obra. O Decreto nº 7.566/1909, em seus artigos 1º e 2º, estabelece que as escolas seriam mantidas pelo Governo Federal e ofertariam ensino profissional primário gratuito:

Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito.

Parágrafo único. Estas escolas serão instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.

Paraphrased. Estas oficinas e outras, a juízo do Governo, ir-se-hão installando á medida que a capacidade do predio-escolar, o numero de alumnos e demais circunstancias o permittirem (BRASIL, 1909).

Para a educação brasileira, as décadas de 1910 a 1930 foram décadas de grande reflexão pedagógica e de choques de interesse entre conservadores - que eram defensores de uma educação tradicional - e liberais, que, influenciados pelos ideais da Escola Nova, sonhavam em democratizar o ensino e transformar a sociedade por meio da escola. O embate entre as diferentes vertentes influenciavam nas decisões do governo em relação às diversas reformas educacionais (ARANHA, 2006).

Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, dando início a uma fase de expansão do ensino profissionalizante com ênfase nas formações industriais. Dentre as ações do Estado Novo, a Constituição Federal de 1937 fora formulada, sendo que pela primeira vez o ensino técnico, profissional e industrial foi citado em uma Carta Magna. Naquele mesmo ano de 1937, a Lei nº 378, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus, também fora formulada (CURY, 2008).

Entre 1942 e 1946, o então ministro Gustavo Capanema realizou diversas reformas no ensino brasileiro, conhecidas em seu conjunto como Reforma Capanema, em que a modalidade de ensino profissionalizante passou a ser reconhecida como ensino de nível médio (CURY, 2008). O Decreto nº 4.127/42 transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas e os alunos formados nos cursos técnicos ficaram autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação. Na Reforma Capanema, foram criadas diversas Leis Orgânicas do Ensino, entre as quais podemos citar: Lei Orgânica do Ensino Industrial; Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Lei Orgânica do Ensino Secundário; Lei Orgânica do Ensino Comercial; Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, todas relacionadas ao ensino profissionalizante. Ainda em 1946, surgiu uma nova Constituição que retomou ao texto constitucional diversos

princípios estabelecidos na Carta Magna de 1824 sobre a educação, inclusive o princípio de que é dever da União estabelecer as diretrizes e bases da educação (CURY, 2008).

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão, ocorrendo uma intensificação na formação de técnicos, devido à aceleração do processo de industrialização (ARANHA, 2006). Doze anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nº. 5.692, de 1971, apresentou a profissionalização do ensino médio, estabelecendo que todo currículo do segundo grau seria ofertado em modalidade técnica-profissional, na tentativa de superar o ensino secundário propedêutico (ARANHA, 2006).

Já em 1978, a Lei nº 6.545 transformou as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) visando à formação de engenheiros de operação e tecnólogos. Segundo Pereira (2003), a criação dos CEFETs trouxe para o campo da educação profissional uma maior autonomia didático-pedagógica que permitiu a ampliação das ações nos campos da formação, da pesquisa aplicada e na produção de inovações tecnológicas, de grande relevância para o desenvolvimento social e econômico local. No entanto, para formação em nível superior – a formação técnica em nível médio iniciou a partir do Decreto 87.310 de 1982 que em seu artigo 3, inciso I, incluiu nas características básicas dos CEFETs: “integração do ensino técnico de 2º grau com o ensino superior” (BRASIL, 1982). No final da década de 80, surgiu o Movimento dos CEFETs, liderado pelo CEFET-MG, que buscava a reforma dos currículos dos cursos técnicos,

(...) considerando que as características dos cursos não atendiam mais às exigências do mundo produtivo diante da “globalização”, da intensificação do uso da microeletrônica com acentuados reflexos na organização e gestão dos processos produtivos e mudança no perfil dos profissionais de nível técnico. Este trabalho é abortado em meio à alegação de falta de recursos por parte do MEC para financiá-lo. (PEREIRA, 2003, p.75)

Além dos avanços educacionais descritos, a Constituição Federal de 1988, reconheceu a educação como direito público subjetivo e deu

prosseguimento à obrigatoriedade de sua oferta gratuita a todos pelo Estado. Entretanto, a Constituição não deu ênfase ao ensino profissionalizante, o que foi posteriormente regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9394, de 1996, que buscou superar o enfoque da educação profissional como assistencialista presente nas primeiras leis da educação. A LDB 9.394/96 procurou estabelecer os princípios da educação profissional em diferentes níveis e modalidades da educação.

Em 1997 foi publicado o Decreto nº 2.208, que contrariou a integração proposta na LDB. Tal Decreto vedou a articulação entre o ensino médio regular e o ensino profissional. Visando os interesses do mercado, a normativa propunha uma forma fragmentada e aligeirada da formação técnica (CURY, 2002). Após muitas críticas e manifestos dos educadores contra o Decreto nº 2.208/97, houve sua revogação em 2004 e o Decreto nº 5.154 foi instituído em seu lugar, resgatando os princípios da integração da educação profissional ao ensino médio.

O investimento do Governo Federal na expansão do ensino profissionalizante continuou nos anos seguintes. Em 2005, a Lei nº11.195 expandiu a Rede Federal de Educação Profissional criando mais 64 unidades e transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – a primeira universidade tecnológica do Brasil. Em 2006, o Decreto nº 5.840 criou o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e neste mesmo ano foi lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 29 de dezembro de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

1.2 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

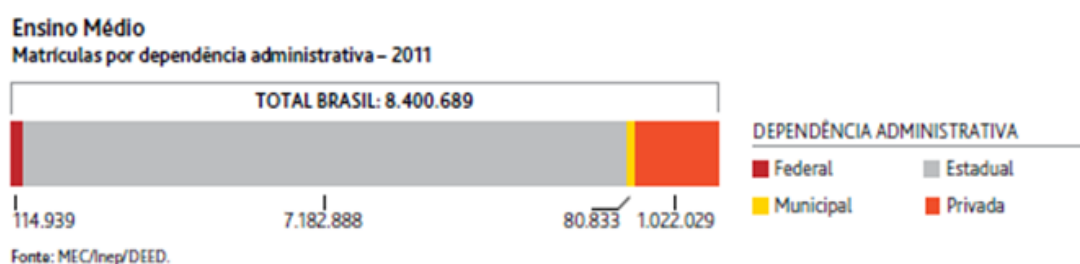
Em 2008, por meio da Lei nº 11.892, o Governo Federal iniciou um movimento de expansão dos Institutos Federais para todas as regiões

brasileiras. Diante desse processo, no ano de 2014, a Rede Federal conta com 38 Institutos Federais, uma Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 24 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (RJ), totalizando 66 instituições que se ramificam em vários *campus* alcançando diversas regiões do país. Conforme matéria publicada no site IFPR Informa!, entre 2008 e 2014, a Rede Federal passou por um significativo processo de expansão,

(...) recebendo investimentos superiores a R\$ 4 bilhões, entre 2011 e 2013. De 140 escolas e cerca de 160 mil matrículas em 2002, a Rede saltou para 562 unidades de ensino, um milhão de matrículas e 60 mil servidores em 2014. Projetam-se mais 210 unidades a serem implantadas até 2018 (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014)

Mesmo com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica iniciada em 2008, dados do Anuário da Educação de 2013 demonstram que, em 2011, o número de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional em todas as dependências administrativas estava em 3,07% das matrículas totais do ensino médio, sendo as matrículas na rede federal, apenas 1,37%, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Ensino Médio – Estabelecimentos por dependências administrativas - 2011



Fonte: Todos pela educação (2013).

Para que se consolidem as propostas educacionais de que trata a Meta 11 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005 de 25 de junho de 2014, que pretende “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (BRASIL, 2014), é necessário forte investimento do governo em programas de formação de docentes para a

educação tecnológica e formação profissional, pois a carência de pessoal docente qualificado é um dos fatores que impedem a expansão da educação profissional no país. Para efetivação das propostas educacionais para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é necessário que os docentes possuam uma formação consistente, fundamentada e crítica.

1.2.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, atuando no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão universal, tendo um compromisso com a equidade, a justiça social, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática. Essa proposta de formação integral, para o fomento de cidadãos emancipados, se distingue das Escolas Federais de Aprendizizes Artífices, como evidencia o documento do MEC “Um novo modelo em educação profissional e tecnológica – Concepções e Diretrizes” (BRASIL, 2008b). Em documento, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) indica que

Os Institutos Federais reservam aos protagonistas do processo educativo, além de incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados pelo indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade. (BRASIL, 2008 p. 21).

Diante das diretrizes institucionais, Pacheco (2009) expressa que os Institutos Federais são criados como autarquias de regime especial de base educacional humanística-técnico-científica. No tocante à regulação, avaliação e supervisão, são equiparados às universidades federais. Os IFs também possuem autonomia didático-pedagógica para estabelecer seus cursos e currículos e com a orientação de implantar *campi* nas regiões interiores dos Estados e não apenas centrais. O objetivo é encontrar na região onde estão estabelecidos elementos singulares para a definição de sua identidade (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2010).

Podemos verificar na Figura 2 que os Institutos Federais estão distribuídos pelas regiões brasileiras alcançando todos os estados, com pelo menos um Instituto, que por sua vez, se expande por meio de seus *campi*. O Estado do Amazonas, por exemplo, possui apenas o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), mas já possui 15 *campi* espalhados pelo Estado. Podemos verificar também que alguns estados, como Minas Gerais, possuem mais de um Instituto Federal, que antes da criação dos IFs, eram Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas Federais.

Conforme o artigo 5º da Lei 11.892, de 2008, os 38 Institutos Federais se originaram em 2008 por meio da transformação de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e de mais 7 Escolas Técnicas das Universidades Federais em Institutos Federais, além da integração de 36 Escolas Agrotécnicas Federais aos CEFETs que se tornaram os novos Institutos. Estas unidades integradas passaram a atuar como *campi* dos Institutos Federais aos quais se integraram.

Os Institutos Federais em sua criação receberam autonomia administrativa e equiparação às universidades. Sua administração é efetivada por meio de órgãos superiores (Colégio de Dirigentes- CODIR e Conselho Superior- CONSUP), pela reitoria constituída por um Reitor e 5 Pró-Reitores e pelos Diretores-Gerais de cada *campus* (BRASIL, 2008a).

Em 2014, as reitorias dos Institutos Federais iniciaram um processo de descentralização administrativa para os *campi*, visando uma maior autonomia para atuação dos mesmos e também de fatores de responsabilização por resultados, oque veremos a seguir.

1.2.2 Accountability- responsabilização pelos resultados, eficácia e eficiência na educação profissional: o Termo de Acordos e Metas MEC/SETEC

As políticas públicas, após serem planejadas e implementadas, precisam necessariamente passar por monitoramento, avaliação e responsabilização de seus resultados, buscando acompanhar a efetivação da política e corrigir possíveis erros. A avaliação externa é importante, pois

qualquer investimento público deve ser analisado com relação aos seus objetivos, alcance de suas metas, eficiência e eficácia de ação (CONDÉ, 2012).

Conforme Magrone (2013), umas das etapas finais da avaliação externa constitui-se como sistemas de responsabilização:

A denominação de “sistemas de responsabilização” deriva da tradução para o português do vocábulo de origem anglo-saxônica *accountability*. As políticas de *accountability* foram adotadas principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir da década de oitenta do século ora encerrado. Sua emergência esteve relacionada sempre à ampliação da democracia e seu corolário, ou seja, a busca de maior eficiência na gestão pública, estreitamente relacionada à ampliação da autonomia e à avaliação sistemática (*assessment*) dos resultados (MAGRONE, 2013, p. 01).

De forma genérica, pode-se definir *accountability* como a responsabilidade do gestor na prestação de contas de suas ações, de uma forma democrática, para maior eficiência e dinamização das ações dos agentes públicos, de forma a otimizar o bem-estar dos cidadãos com ampla transparência.

Em relação à gestão da educação pública, como no caso dos Institutos Federais, quando se refere ao termo *accountability*, a responsabilização não aponta somente para a prestação de contas financeiras da gestão, mas pede resultados de eficiência e eficácia nos índices de abertura de vagas, matrículas, aprovação e evasão.

Uma questão que está presente nos discursos dos membros da Reitoria, que está em pauta nas reuniões do Conselho Superior (CONSUP), e que se planeja resolver a partir de 2015 na gestão do Instituto Federal do Paraná é a limitada ou quase nula autonomia administrativa, patrimonial e financeira dos *campi*, que dependem totalmente da Reitoria nessas questões. Diferentemente de uma escola da rede Estadual ou Municipal que movimenta um determinado recurso financeiro, todas as compras e pagamentos das unidades dos Institutos Federais são realizados pela Reitoria. Não existe dinheiro disponível para uma emergência de manutenção, para a realização de um evento para os alunos ou para a compra de um material para uso de urgência.

Essa forma de gestão centralizada na Reitoria já foi tema de diversos debates entre os gestores, por isso em 2014, no IFPR, iniciou-se o

processo de descentralização administrativa para os *campi*. Com essa descentralização, torna-se mais fácil responsabilizar as gestões locais por seus resultados.

Conforme Magrone (2013),

A responsabilização seria necessária ao avanço da democracia como instrumento de verificação e prestação de contas à sociedade dos atos dos gestores autônomos ou delegados. Se a delegação, a autonomia e a flexibilização da burocracia são fundamentais para elevar a eficiência e o ajuste das Políticas Públicas às demandas dos cidadãos em cada contexto, a responsabilização é o instrumento de equilíbrio para o restabelecimento dos mecanismos democráticos da representação e da credibilidade, sem o qual haveria um “déficit democrático” permanente. (MAGRONE, 2013, p. 4)

Uma das formas de avaliação e responsabilização por resultados, que o MEC estabeleceu com os Institutos Federais, está especificada no Termo de Acordos e Metas (TAM), realizado entre a SETEC e o Instituto Federal do Paraná (IFPR), em julho de 2010.

Conforme o TAM, os Institutos Federais têm o compromisso de implantar novas unidades e trabalhar com programas e sistemas de gestão comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos públicos investidos.

O TAM estabelece 19 metas para o IFPR tendo como marco para curto prazo, 2013, médio prazo, 2016 e longo prazo 2022. As metas relacionam-se com o aumento do número de matrículas; diminuição da evasão e reprovação; oferta de cursos; desenvolvimento de pesquisa, inovação, empreendedorismo e extensão; programas de inclusão; projetos de formação e capacitação docente e tecnologia aplicada à informatização e segurança das informações.

Entre as metas estabelecidas é interessante ressaltar as de eficiência e eficácia, diretamente relacionadas com o tema desta pesquisa.

Índice de eficiência - relação ingresso/aluno permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas ativas no mesmo período. Neste item, o TAM propõe as metas de 75% para o ano de 2013 e 90% para 2016. O *campus* Ivaiporã alcançou 74% em 2013 – índice consideravelmente bom –

mas precisa elaborar um planejamento eficaz para conseguir avançar 16% em 3 anos e atingir a meta de 90% para 2016.

EQUAÇÃO BÁSICA – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA:

$$\text{Relação ingresso/ aluno} = \frac{\text{nº de ingressos}}{\text{nº de matriculados}} \times 100$$

Índice de eficácia – relação concluintes/aluno permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ativas e o total de alunos que concluíram o ano escolar. Neste item, o TAM propõe as metas de 70% para o ano de 2013 e 80% para 2016. O *campus* Ivaiporã alcançou 74% em 2013, superando a meta e se aproximando da meta de 80% para 2016.

EQUAÇÃO BÁSICA – ÍNDICE DE EFICÁCIA:

$$\text{Relação concluintes/ aluno} = \frac{\text{nº de concluintes}}{\text{nº de matriculados}} \times 100$$

Diante das metas do TAM, o MEC/SETEC, além de se comprometer em acompanhar, supervisionar e fiscalizar o cumprimento das metas, também se responsabiliza em viabilizar recursos financeiros e humanos para que o IFPR cumpra seus objetivos.

A cláusula oitava do TAM trata sobre os efeitos do descumprimento do acordo, sendo:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – suspensão do envio do recurso da parcela orçamentária programada, no ano subsequente à aferição das metas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – suspensão do acréscimo de professores ao banco de professores equivalentes da instituição, quando da atualização anual do mesmo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – o Instituto ficará desobrigado ao cumprimento estrito das metas acordadas caso haja descumprimento por parte do MEC das suas obrigações pactuadas neste acordo. (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ /SETEC, 2010)

Diante da leitura das cláusulas citadas, é possível verificar que a responsabilização por resultados estabelecidos neste acordo não inclui reforços positivos por alcance ou superação das metas, mas sim consequências punitivas de suspensão de repasse financeiro à Reitoria do IFPR.

1.3 O Instituto Federal do Paraná

Conforme o relato histórico do IFPR que consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013, a instituição tem sua origem na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), que por sua vez, tem origem na Escola Alemã, fundada em 1869 por Gottlieb Müller e Augusto Gaetner e que pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba. Depois de 1914, o estabelecimento passou a ser chamado de Colégio Progresso e posteriormente de Academia Comercial Progresso (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2009).

No ano de 1941, a Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sendo assim autorizada a funcionar com a denominação de Escola Técnica de Comércio. Em 22 de janeiro de 1974, o Conselho Universitário decidiu integrar a Escola Técnica de Comércio à Universidade como órgão suplementar e, a partir de 1986, ela passou a ser denominada Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná (IFPR *CAMPUS* CURITIBA, 2010).

Já no final de 1990, em 14 de dezembro, foi aprovada a reorganização administrativa da Universidade. O Conselho Universitário alterou a denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, vinculando-a a Pró-reitoria de Graduação e, em novembro de 1997, por decisão deste mesmo Conselho, foi classificada como Unidade da UFPR.

Alguns anos depois, em sessão do Conselho Universitário (COUN) da UFPR, realizada em 19 de março de 2008, a Escola Técnica foi autorizada a aderir ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), cujo principal objetivo era a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Sendo assim, após 68 anos, a ET-UFPR foi desvinculada da UFPR e se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR *CAMPUS* CURITIBA, 2010).

Conforme dados divulgados no Portal de Informações do IFPR, em 2014 o IFPR contava com 14 *campi* em funcionamento nos municípios de Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e

Umuarama e mais 6 *campi* avançados em construção que iniciaram suas atividades em 2014 e 2015 nos municípios de Astorga, Barracão, Capanema, Colombo, Coronel Vivida, Guaíra, Jaguariaíva, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu e União da Vitória.

Distribuídos entre Reitoria e *campi*, em outubro de 2014, o IFPR contava com 1419 servidores ativos, entre docentes e técnicos-administrativos, para atender um total de 9125 alunos dos cursos presenciais técnicos e superiores.

Com relação à divisão administrativa, a Reitoria localiza-se no município de Curitiba e funciona no mesmo prédio das cinco Pró-reitoras: Pró-reitora de Ensino (PROENS), Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), Pró-reitora de Gestão de Pessoas (PROGEPE), Pró-reitora de Administração (PROAD), Pró-reitora de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI). Além das Pró-reitoras, o IFPR possui também a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) que atua hierarquicamente em nível de Pró-reitora.

A Pró-reitoria de Ensino (PROENS), que é a Pró-reitora mais relacionada com este estudo, possui entre seus departamentos, a Diretoria de Ensino Médio e Técnico (DEMTEC) que cuida da gestão burocrática que rege a abertura e o funcionamento dos cursos técnicos de nível médio dentro do IFPR e também faz o levantamento dos dados de matrículas, aprovação, reprovação e evasão, de todos os *campus* distribuídos no Paraná. Com base nos dados analisados, a DEMTEC faz anualmente um comparativo dos resultados obtidos em cada *campus* e, dentro dos índices alcançados, reúne os Diretores de Ensino dos *campi* e orienta sobre os pontos críticos dos resultados, cobrando das equipes de ensino uma proposta de trabalho que vise à melhoria dos mesmos. Nos *campi*, as equipes de gestores locais são formadas pela Direção Geral, Direção de Administração e Planejamento e a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, que funcionam com os demais departamentos de forma hierárquica conforme o organograma da Figura 3:

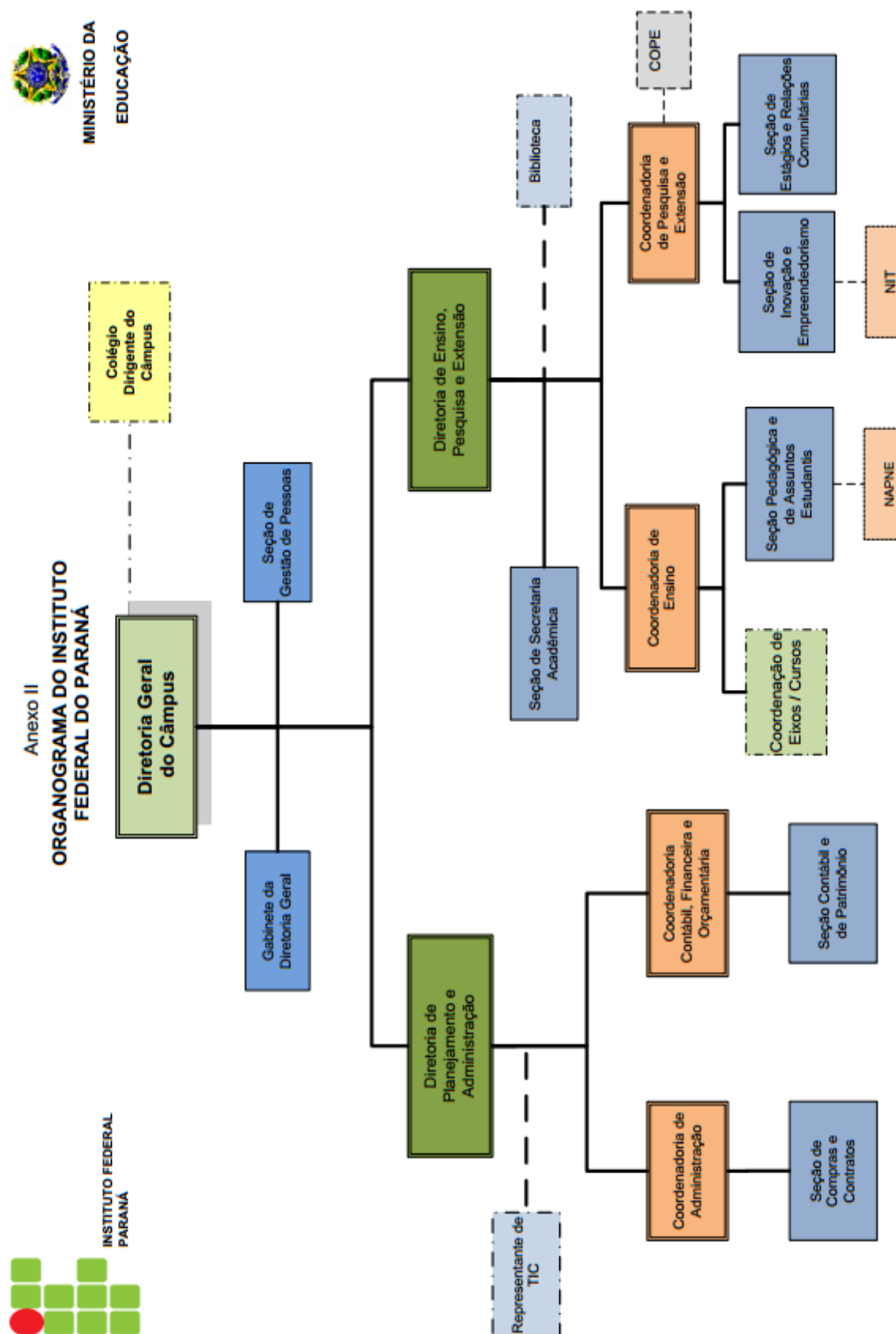


Figura 3: Organograma da organização administrativa dos Campus do Instituto Federal do Paraná (2014)

Fonte: Portaria nº 594, de 22 de dezembro de 2012, IFPR.

Como o IFPR possui uma forma de gestão democrática e descentralizada (no sentido de autonomia dos *campi* de criar suas propostas de cursos), a Reitoria concede às diretorias de ensino, pesquisa e extensão dos campi, conforme a Portaria nº. 594 de 22 de dezembro de 2012, autonomia para elaborar e efetivar suas propostas de melhoria da qualidade do ensino, aplicadas *in loco*, podendo servir como projetos pilotos para futura implementação nos demais *campi*, neste caso, já como uma política própria do IFPR, não só de um *campus* específico.

1.3.1 A implantação do *campus* do IFPR no município de Ivaiporã/PR

Conforme dados do Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFPR *Campus* Ivaiporã (2014), o município de Ivaiporã está localizado na região central do Estado do Paraná. Próximos à cidade de Ivaiporã, localizam-se outros quatorze municípios: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Godoy Moreira, Grandes Rios, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. Juntos, esses municípios ocupam um território de 6.161,014 km². É importante salientar que o *Campus* Ivaiporã atende alunos desses municípios, portanto, é importante descrever a condição sociocultural e econômica da região.

Criado pela Lei estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, o município de Ivaiporã conta com uma população de 31.781 habitantes, segundo dados do censo 2010 (IBGE, 2013). Desse total, 27.438 pessoas moram na zona urbana (86,33%) e 4.378 pessoas habitam a zona rural (13,67%), sendo que 16.966 pessoas são economicamente ativas dentre o quantitativo total. A agricultura e a pecuária são as atividades econômicas responsáveis pelo maior número de ocupações (22,81%), sendo as demais ocupações distribuídas em vários setores como a indústria, o comércio, os serviços de ordem pública, entre outros. Muitos desses trabalhadores atuam na informalidade (IBGE, 2013).

Os indicadores econômicos apontam para um município que, embora localizado em uma região visualmente rica e pujante, possui uma taxa

de pobreza de 30%, apresentando, pois, uma média bem acima da taxa do estado (20%). O Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,764 e aproxima-se ao índice estadual, de 0,787. Apesar de este índice ser considerado bom, a observação da realidade do município mostra uma situação de grande contraste social e econômico.

Na região existe uma baixa oferta de educação profissional e tecnológica, o que dificulta o acesso dos estudantes e da população às informações necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção e comercialização.

Nesse contexto, a atuação do IFPR prevê ações que possam colaborar para a superação das defasagens educacionais e a oferta de cursos que possam promover o desenvolvimento local e regional, com a finalidade de atender às necessidades da comunidade local, que necessita de uma formação escolar capaz de formar cidadãos conscientes e críticos, e também para atender às exigências da sociedade moderna, que busca profissionais com sólida formação tecnológica (IFPR IVAIPORÃ, 2014).

A atuação do IFPR no município de Ivaiporã teve início em 2009 como Unidade Avançada do *Campus* IFPR de Telêmaco Borba, passando ao *status* de *campus* em 2011. Em 2014 o *campus* ainda está em processo de implantação. Com diversos prédios em construção, ainda não foi oficialmente inaugurado, tendo sua inauguração prevista para o ano de 2015. Atualmente estão em funcionamento 2 blocos didáticos e 1 bloco de laboratórios. Para 2015 a previsão é a entrega do bloco administrativo, do ginásio de esportes e de mais um bloco didático.

1.3.2 O perfil dos docentes e profissionais do *campus* IFPR /Ivaiporã

Conforme informações da Diretoria de Planejamento e Administração do IFPR/Ivaiporã, em março de 2015 o *campus* contava com um total de 67 funcionários, sendo 56 servidores efetivos (30 servidores técnico-administrativos e 26 servidores docentes), a equipe de 14 terceirizados e um estagiário.

Para 2015 está prevista a contratação de mais 08 servidores

docentes e 06 servidores técnicos-administrativos efetivos, além da equipe de terceirizados que vai aumentar as contratações conforme o término das construções dos novos blocos.

A Tabela 1 apresenta a relação de servidores do *campus* e sua formação acadêmica.

Tabela 1: Formação acadêmica-Servidores Efetivos Docentes e Técnicos-administrativos do IFPR, Ivaiporã, 2015

Servidores	Ens. Fund.	Ens. Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Docentes	--	--	01	04	17	04
Técnicos-adm.	--	04	05	19	02	--

Fonte: Gestão de Pessoas, IFPR Ivaiporã. Documentos internos, 2015. Tabela elaborada pela autora.

Na tabela 1 verificamos que dos 26 docentes efetivos do Campus, 17 são mestres, 4 doutores, 4 especialistas e 1 possui apenas a graduação, sendo que entre os 17 mestres, 7 estão cursando o doutorado. Dos 30 técnicos administrativos, 2 são mestres, 19 especialistas, 5 graduados e 4 concluíram o ensino médio.

1.3.3 O perfil dos alunos do IFPR *campus* Ivaiporã/PR

Em outubro de 2009, o IFPR iniciou em Ivaiporã suas primeiras turmas dos cursos técnicos subsequentes de Técnico em Agroecologia e Técnico em Eletrotécnica, totalizando 60 alunos.

Em 2014 o *Campus* contava com os cursos de Ensino Médio Técnico Integrado em Informática (3 turmas) e Técnico Integrado em Eletrotécnica (1 turma), Técnico em Agroecologia ofertado na modalidade concomitante (2 turmas), e o curso técnico subsequente em Eletrotécnica (2 turmas), totalizando 230 alunos ativos (frequentes) em novembro de 2014.

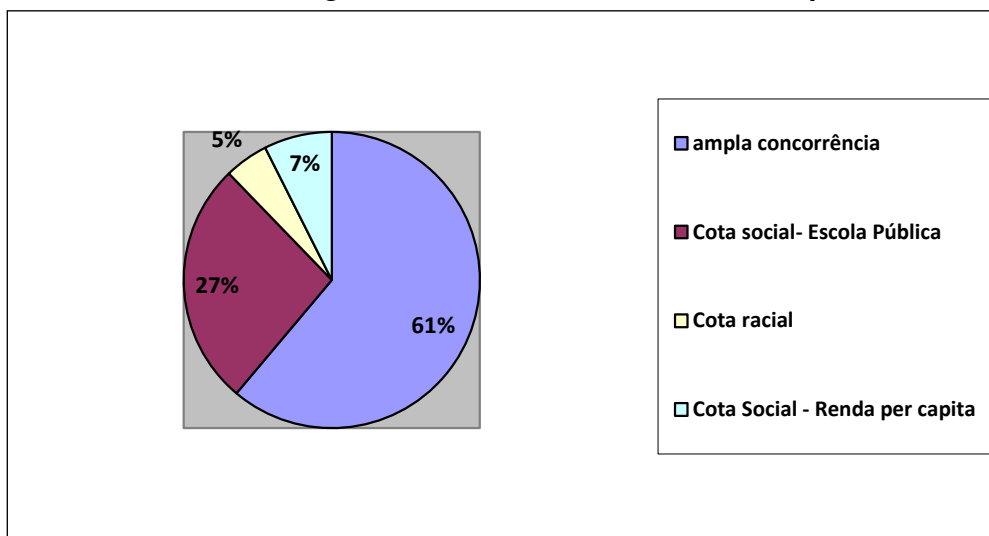
Tabela 2: Alunos ativos - IFPR/Ivaiporã, maio de 2015

Curso/ano	Modalidade	Nº de matrículas iniciais	Nº de ativos no curso
Técnico em Informática/2012	Ensino médio integrado	35 alunos	19 alunos
Técnico em Informática/2013	Ensino médio integrado	35 alunos	24 alunos
Técnico em Informática/2014	Ensino médio integrado	40 alunos	38 alunos
Técnico em Informática/2015	Ensino médio integrado	37 alunos	37 alunos
Técnico em Eletrotécnica/2014	Ensino médio integrado	40 alunos	36 alunos
Técnico em Eletrotécnica/2015	Ensino médio integrado	37 alunos	37 alunos
Técnico em Agroecologia/2015	Ensino médio integrado	36 alunos	35 alunos
Técnico em Eletrotécnica/2015	Subsequente	43 alunos	43 alunos
Técnico em Eletrotécnica/2014	Subsequente	40 alunos	25 alunos
Técnico em Agroecologia/2015	Concomitante	28 alunos	28 alunos
Técnico em Agroecologia/2014	Concomitante	40 alunos	21 alunos
Licenciatura em Física/2015	Graduação	40 alunos	36 alunos
TOTAL		451 alunos	379 alunos

Fonte: Secretaria Acadêmica, IFPR Ivaiporã. Documentos internos, 2015. Tabela elaborada pela autora.

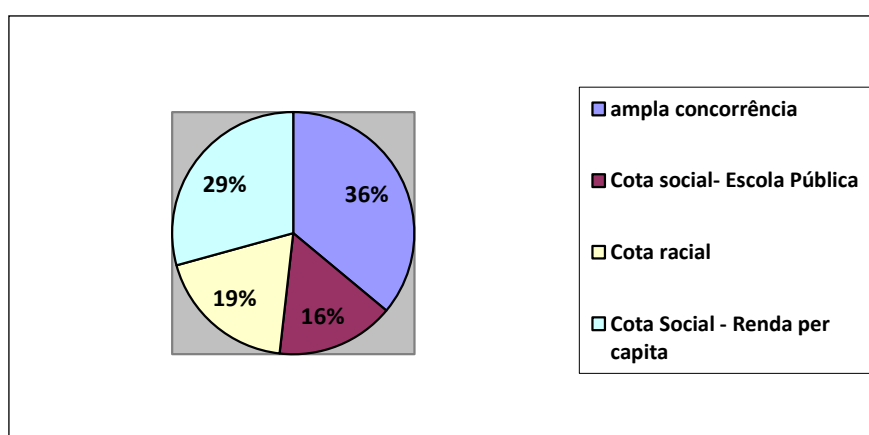
Conforme a Tabela 2, dos 379 estudantes ativos no *campus*, 226 cursam o ensino médio no IF, 49 cursam o ensino médio em outra instituição e 104 já concluíram o ensino médio. Dos alunos do ensino médio, 8 são maiores de 18 anos (3,6%) e 218 alunos (96,4%) estão na faixa etária entre 14 e 17 anos.

Com relação à forma de ingresso nos cursos, podemos verificar no Gráfico 2 que em 2014, mesmo sendo ofertado os 50% das vagas de inclusão no processo seletivo, não houve candidatos suficientes e as vagas foram preenchidas com candidatos de ampla concorrência. Desse modo, o *campus* ainda não havia atingido a meta de inclusão, pois do total de matrículas dos alunos aprovados no processo seletivo, 39% ingressaram por meio da cota de inclusão social, dentre os quais 27% dos alunos são oriundos de escola pública, 7% de cota social de escola pública e renda igual ou inferior a 1,5 salários *per capita* e 5% de cota racial.

Gráfico 2: Forma de ingresso dos alunos ativos-IFPR Ivaiporã, 2014

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos da Secretaria Acadêmica, IFPR Ivaiporã. Documentos internos, 2014.

Já no Processo Seletivo de 2015, com cota de inclusão de 80%, ingressam 223 novos alunos, sendo que 80 ingressam por ampla concorrência (35,9%), 35 por cota social de escola pública (15,9%), 65 por cota social de escola pública e renda *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos (29,3%) e 42 alunos por cota racial (18,9%) totalizando 142 matrículas por inclusão (63,67%), conforme gráfico 3. Em relação às vagas para indígenas, embora previstas em edital, não houve candidatos inscritos.

Gráfico 3: Forma de ingresso dos novos alunos -IFPR, Ivaiporã 2015

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos da Secretaria Acadêmica, IFPR Ivaiporã. Documentos internos, 2015.

No ano de 2015 o *campus* iniciou dois novos cursos: o curso de Ensino Médio Integrado em Agroecologia e o curso superior de Licenciatura em Física, atingindo uma média de 380 alunos matriculados.

1.3.4 A equipe gestora local – Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão

Como determinação da Reitoria do IFPR, cada gestão dos *campi* funciona com um Diretor-Geral e mais dois diretores – Diretor de Planejamento e Administração e Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O setor administrativo do *campus*, a Direção de Planejamento e Administração, atua em todas as questões relacionadas ao financeiro, gestão de pessoas e contratos, enquanto o setor do ensino, de responsabilidade da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, atua em todas as questões que envolvem os processos didáticos e pedagógicos do ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão.

A equipe técnica da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Ivaiporã tem como papel fundamental realizar o planejamento, a orientação e a supervisão das atividades de ensino-aprendizagem, avaliando-as para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. A autora, como parte desta equipe, atua como Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão, em conjunto com a Coordenadora de Ensino, a Coordenadora de Pesquisa e Extensão, a Pedagoga, a Psicóloga e a Assistente Social. Assim, tais servidoras atuam como protagonistas na construção de todo o processo que visa à análise de dados, a avaliação de resultados, a elaboração de propostas e o acompanhamento do aluno que culminem na melhoria da qualidade do ensino no *campus*. A equipe atua ainda em interação com a Direção Geral do campus, com os coordenadores dos cursos, com as seções de Inovação e Empreendedorismo e de Estágio e Relações Comunitárias, e trabalhando dentro das resoluções e pareceres estabelecidos pela Reitoria do IFPR e pela Pró-reitora de Ensino, com suas respectivas Diretorias.

A equipe de ensino, também atua na promoção da interação e parceria entre pais, direção, corpo docente e discente, buscando alcançar os melhores resultados possíveis na formação dos alunos. Em coerência com sua proposta de gestão democrática e participativa, busca compreender o processo

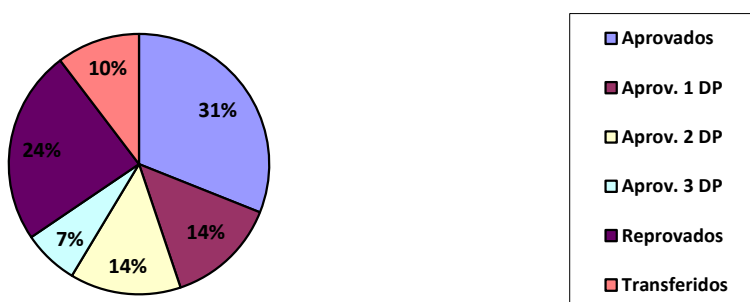
educativo não apenas pela ótica dos elaboradores das políticas públicas do IFPR, mas, principalmente, pela ótica do estudante, da comunidade na qual ele está inserido e do mercado de trabalho local e regional para o qual o aluno está sendo preparado. Muitas das decisões tomadas são baseadas nos relatos da comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem no Campus Ivaiporã.

1.3.5 A reprovação no ensino médio no IFPR *campus* Ivaiporã/PR

Os cursos profissionalizantes na modalidade de Ensino Médio integrado tiveram início no IFPR de Ivaiporã em 2012. A primeira turma iniciada foi de Técnico em Informática, com um total de 30 alunos.

Dados de dezembro de 2013, coletados na secretaria acadêmica do IFPR – *campus* Ivaiporã, sobre aprovação e reprovação dos alunos do 1º ano do ensino médio integrado do curso de Técnico em Informática, apresenta um índice de reprovação de série de 22,6% dos alunos, sendo que dos 77,4% aprovados, cerca de 50% foram aprovados levando pelo menos uma disciplina como dependência para o 2º ano, como representado no Gráfico 4. Em linhas gerais, dos alunos que ingressaram no curso em 2013, 67,7% seguiram para o 2º ano, na mesma Instituição.

Gráfico 4: Índice de aprovação/reprovação dos alunos do 1º ano integrado Técnico em Informática- IFPR/Ivaiporã, 2013

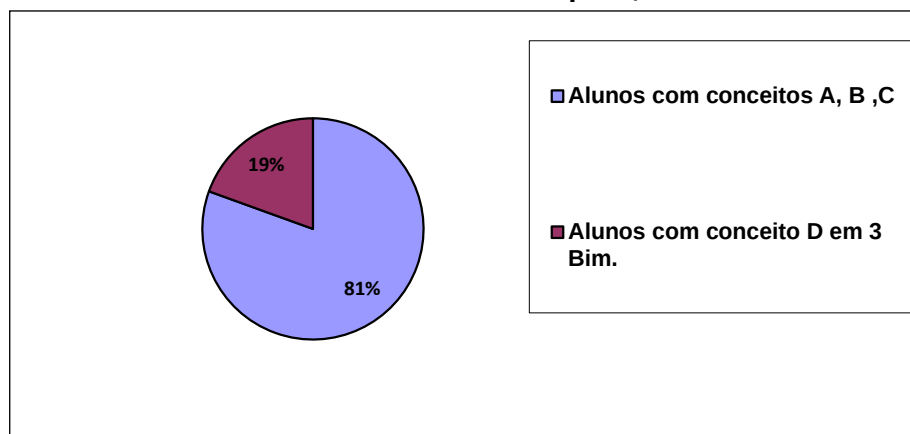


Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos da Secretaria Acadêmica, IFPR Ivaiporã. Documentos internos, 2014.

O Gráfico 5, apresenta dados coletados na Secretaria Acadêmica do *campus* em outubro de 2014 sobre os conceitos bimestrais dos estudantes do

1º ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de 2014. Os números apontam que dos 77 estudantes matriculados no final do 3º bimestre do ano letivo, 15 possuíam conceitos “D” consecutivos nos três primeiros bimestres em pelo menos um componente curricular, estando assim em linha de risco de reprovação.

Gráfico 5: Estudantes das turmas de 1º ano do Ensino Médio profissionalizante conceitos nos 3 Bimestres- IFPR/Ivaiporã, 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos da Secretaria Acadêmica, IFPR Ivaiporã. Documentos internos, 2014.

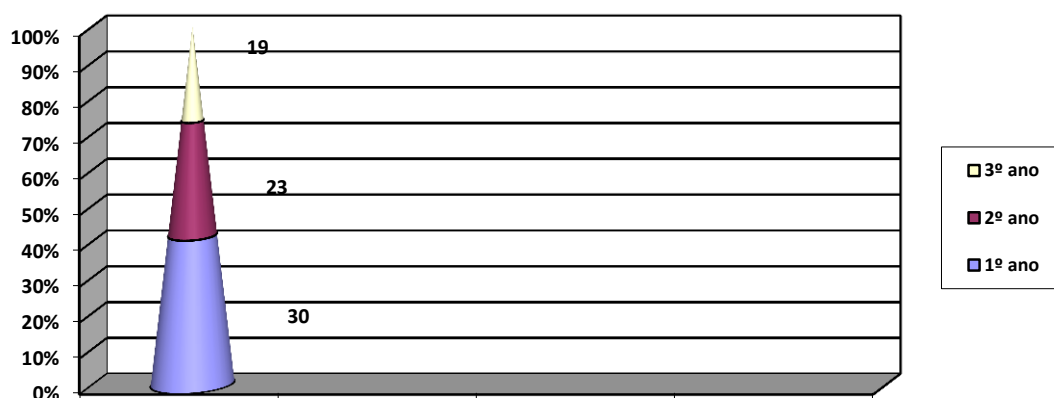
No acompanhamento pedagógico realizado, os estudantes alegam que são muitas matérias (13 componentes curriculares no 1º ano) para se dedicarem e por isso não conseguem obter êxito em todas. A dificuldade maior é que se estes estudantes levarem componentes curriculares do 1º ano como dependência anual para o 2º ano – que possui uma grade curricular com 14 componentes – a situação ficará ainda mais difícil para os jovens alunos.

O que se espera do aluno de nível médio do IFPR é que ele avance no seu aprendizado e aos poucos supere as dificuldades encontradas ao longo do curso, apresentando crescimento significativo no seu processo formativo e na sua qualificação para o trabalho, mas uma das grandes preocupações é o afunilamento da relação números de ingresso e continuidade no curso até sua conclusão, o que tem sido observado anualmente no campus Ivaiporã.

O Gráfico 6 apresenta o número de alunos matriculados no 1º ano do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio em 2012 e como o número de alunos ativos na turma foi diminuindo ao longo do curso, devido às

reprovações e transferências de escola. De 30 matrículas iniciais em 2012, 36,7 % não estão mais frequentando o curso.

Gráfico 6: Número de alunos cursando ensino médio integrado no IFPR/Ivaiporã -2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos da Secretaria Acadêmica, IFPR Ivaiporã. Documentos internos, 2014.

No capítulo a seguir, a análise sobre a reprovação no ensino médio, principalmente, na modalidade integrada à educação profissional, será aprofundada, buscando compreender as causas, as consequências e possíveis soluções para o problema, com base nas pesquisas realizadas à luz do referencial teórico que proporcionarão subsídios para a estruturação de uma proposta de intervenção que diminua o índice de reprovação no *campus* IFPR/Ivaiporã.

II. ANÁLISES DO CONTEXTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E DO RENDIMENTO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO CAMPUS IFPR/IVAIPORÃ/PR.

No capítulo 1, foi realizada a descrição do caso de gestão, objeto de estudo desta dissertação, contextualizando, assim, o leitor quanto ao lugar que ocupa a pesquisadora, o contexto local e regional da escola analisada e mostrando um relato da trajetória da educação profissional no Brasil, até chegar à atual expansão da Rede Federal de Educação Profissional por meio das implantações de diversos *campi* dos Institutos Federais em todo o Brasil, principalmente em regiões predominantemente rurais e distantes dos grandes centros urbanos, como no caso do *campus* do IFPR estudado, no município de Ivaiporã/PR.

Neste capítulo, pretende-se responder a algumas questões sobre o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no IFPR Ivaiporã nos anos de 2012 a 2014, a fim de analisar o contexto do índice de reprovação dos estudantes no 1º ano do ensino médio.

No primeiro momento, fundamentado em referenciais teóricos como Paro (2002), Kuenzer (2012), Cunha (2000), entre outros, este capítulo apresenta uma discussão sobre o tema histórico do dualismo escolar e da reprovação na educação pública brasileira, principalmente na educação profissional. Também são apresentados dados sobre o investimento na educação pública, principalmente aqueles que o Governo Federal tem realizado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nas atuais políticas afirmativas e de assistência estudantil que têm sido implementadas no IFPR.

O capítulo 2 finaliza-se com a análise da pesquisa realizada com 65 estudantes, 2 gestores e 14 professores do *campus* Ivaiporã/PR que foram entrevistados sobre a efetividade da proposta dos Institutos Federais e seus resultados no *campus* local.

2.1 Ensino médio profissionalizante: o dilema do dualismo escolar

Conforme Cunha (2000), o dualismo escolar de nível médio, que faz a separação entre a escola para ricos e a escola para pobres - existente entre a educação propedêutica (formação geral para posterior especialização em determinada área do conhecimento) e a educação profissional - tem profunda relação com as transformações históricas do trabalho humano e sua representação social no país.

Cunha (2000) apresenta três especificidades da dualidade escolar brasileira, sendo o papel social de separação entre trabalho intelectual e trabalho manual produzido com o final da escravidão; o processo de industrialização do país que exigia a formação de uma grande massa populacional de força de trabalho em relação aos poucos postos de trabalho de supervisão e administração das indústrias ocupados pela burguesia e as especificidades da educação para o trabalho artesanal, agrícola, manufatureiro e industrial no país.

A dualidade da escola brasileira sempre esteve vinculada às representações sociais² sobre o trabalho e por isso traz historicamente uma ideia ainda presente em nossa sociedade atual: de que o trabalho intelectual e a educação propedêutica pertencem aos brancos e ricos e a educação profissional e artesanal é direcionada aos afro- brasileiros e de classes sociais baixas (CUNHA, 2000).

Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), este dualismo escolar teve um caráter estrutural principalmente com a criação das leis orgânicas promulgadas na gestão do ministro Gustavo Capanema, na década de 40. A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 acentuava a antiga tradição do ensino secundário propedêutico, acadêmico e aristocrático.

²Conforme Sá (2000), a Teoria das Representações Sociais (TRS) surge em Paris, nos anos 70, a partir das discussões e teorias de Moscovici e Jodelet na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e chega ao Brasil na década de 80. A TRS tem por objetivo explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade do sujeito. A TRS, no contexto acadêmico da psicologia social e das ciências humanas, está relacionada com o estudo das simbologias sociais, ou seja, com o estudo das trocas simbólicas desenvolvidas em nossos ambientes sociais e nas nossas relações interpessoais e de como esses símbolos influenciam a construção do conhecimento cultural de um povo em determinada época.

A equivalência entre os ensinos secundário e técnico veio a ser estabelecida, primeiro, nos anos de 1950, com as Leis de Equivalência e, depois, a equivalência plena somente com a LDB de 1961, podendo os concluintes do colegial técnico se candidatar a qualquer curso de nível superior. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2012, p. 32).

Na década de 90, a criação do Decreto Lei nº 2.208/97, formalizou a separação entre o ensino propedêutico e o profissional no ensino médio, reforçando ainda mais o dualismo escolar e a exclusão social da classe trabalhadora, tornando cada vez mais distante o sonho de frequentar uma universidade, uma vez que diante da escolha, a formação profissional imediata seria mais rápida e necessária para entrar no mercado de trabalho.

Apenas em 2004 o princípio da integração do ensino médio à educação profissional, defendido desde 1930 por Anísio Teixeira, e resgatado, com a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a criação do Decreto nº 5.154/04.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), a proposta de integração no ensino médio trazida pelo Decreto nº 5.154/04, que em 2008 foi integrada ao texto da Lei 11.741/08 que estabelece diretrizes para a organização e oferta da educação profissional, marca a história do ensino brasileiro, pois aponta uma proposta fundamentada na concepção de uma educação tecnológica e/ou politécnica para uma formação omnilateral³, “centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação imediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2012, p.44).

Segundo Bremer e Kuenzer (2012), a proposta do ensino médio integrado apresentada no Decreto nº 5.154/04 e na Lei nº 11.741/08 trazem para o cenário da educação pública brasileira.

(...) os princípios fundamentados em Marx, Engels e Gramsci para a formação omnilateral dos sujeitos, através da oferta de uma formação profissional que incorpora em sua concepção o trabalho como princípio educativo, a união entre ensino, trabalho produtivo e cultura (politecnia), para que seja possível dar continuidade à identificação de estratégias de formação humana necessárias para a reapropriação do domínio teórico-prático do trabalho pelos alunos da escola pública (BREMER E KUENZER, 2012, p. 7).

³Omnilateral é um pensamento da teoria marxista que defende que o homem deve se sentir completo com seu trabalho e sua convivência na sociedade, oposta a formação unilateral das relações de trabalho alienado, da divisão social do trabalho e da divisão de classes sociais. Uma educação omnilateral prepara o indivíduo de forma completa, para a vida e para o trabalho (NEVES, 2009).

Um dos objetivos político-pedagógicos dos Institutos Federais é superar o dualismo escolar, possibilitando a todos os estudantes, principalmente aos oriundos da classe trabalhadora, uma sólida formação geral ofertada no ensino propedêutico integrada a uma formação profissional de qualidade, além de uma formação para a cidadania crítica.

Os investimentos do governo nos Institutos Federais devem ser aplicados em aquisição de recursos humanos, materiais e tecnologias que possibilitem a criação de escolas focadas na qualidade do ensino, na produção e na inovação científica e tecnológica, onde atuam professores pesquisadores portadores de excelentes qualificações profissionais.

Este padrão de escola atrai o público das classes sociais mais abastadas, pela oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, por isso a necessidade de existirem as cotas sociais e raciais para ingresso na instituição, visando a não elitização do público atendido pelos Institutos Federais, cuja criação tem como alvo ser uma escola de qualidade de acesso para todos. Entretanto, um dos obstáculos para que os Institutos Federais cumpram sua função social de formar com qualidade, autonomia e sucesso profissional os seus alunos, é a questão da reprovação escolar, que discutiremos a seguir.

2.2 Brasil: um país de reprovações

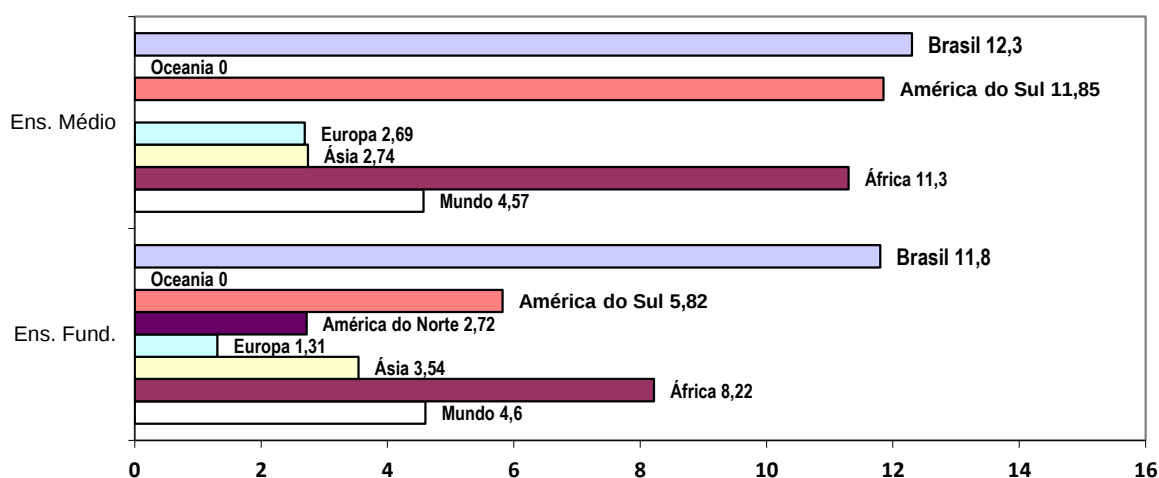
Segundo a UNESCO (2012), o Brasil está entre os países que mais reprovam no mundo e na América Latina. Ele lidera o *ranking* de reprovação no ensino médio entre 20 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).

Em relação aos índices de reprovação (2012), no ensino fundamental, o Brasil (11,8%) atinge um índice menor de reprovação do que em países da África como: Serra Leoa (14,07%), Mali (19,22%), Madagascar (20,52%), Congo (22,79%) e Burundi (33,07%) e na reprovação no ensino médio, o Brasil (12,3%) perde para Moçambique (13,58%), Marrocos (15,14%), Congo (16,92%), Nigéria (19,4%) e Burundi (24,03%). Todos estes países

citados como exemplo estão muito distantes ao Brasil em questão de desenvolvimento econômico, social e educacional, entretanto ficam muito próximos do Brasil na classificação quando o assunto é a reprovação escolar.

Dado da UNESCO de 2012 demonstram que o Brasil supera as médias mundiais de reprovação escolar na educação básica, como pode verificar no Gráfico 7.

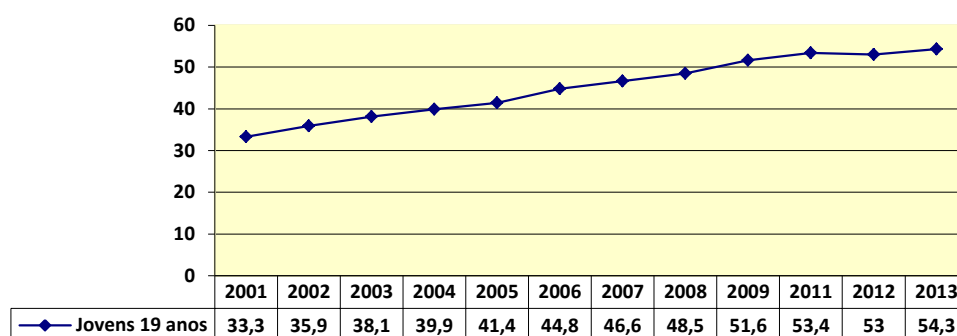
Gráfico 7: Índice de reprovação na Educação Básica – Brasil e o Mundo (2012)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da UNESCO-2012.

Em 2009, com a Lei nº 12.061, que alterou o artigo 4º da LDB 9.394/96, tornou-se dever do Estado a universalização do ensino médio, garantindo por lei a obrigatoriedade da oferta de vagas. Com esta medida, o Brasil alcançou um avanço no número de jovens de 19 anos⁴ que concluem o ensino médio (gráfico 08).

⁴ O IBGE, para realização da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, que investiga anualmente características gerais da população, estabelece como indicador a idade adequada para conclusão do ensino fundamental de 16 anos e para a conclusão do ensino médio, 19 anos.

Gráfico 8: Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

Fonte: Observatório do PNE, 2015.

Mesmo com o avanço do número de jovens concluindo o ensino médio, a distorção idade-série, gerada pela reprovação e pelo abandono escolar, em 2013, estava em quase 30% no ensino médio, como podemos verificar na Tabela 3.

Tabela 3: Taxa de distorção idade-série no Ensino médio- Brasil, 2014

Taxa de distorção idade-série no Ensino médio- Brasil	
2006	44,9
2007	42,5
2008	33,7
2009	34,4
2010	34,5
2011	32,8
2012	31,1
2013	29,5

Fonte: Observatório do PNE, 2014.

Este fenômeno acontece principalmente no ensino médio por representar uma quebra na vida escolar dos jovens brasileiros, na conclusão do ensino fundamental para uma possível entrada no ensino médio. Ainda é muito comum jovens que ao concluir o ensino fundamental entrem no mercado de trabalho e/ou constituam famílias e não cursem o ensino médio.

Em 2013, cerca de 40,5% dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos que deveriam estar matriculados no ensino médio, estavam fora da escola, conforme a PNAD/IBGE. Muitos só retornam aos estudos na idade adulta, em

busca de melhores empregos, já que o mercado de trabalho exige níveis de escolaridade cada vez mais altos e formações técnicas específicas.

Um aspecto positivo é que, embora o índice de distorção idade-série apresente taxas altas, estes números vêm caindo ao longo dos anos. Conforme a Tabela 3, podemos verificar que em 7 anos, de 2006 a 2013, esta taxa caiu 15,4% e se prosseguirmos neste mesmo ritmo de diminuição da distorção idade-série, poderemos chegar em 2024, no término do decênio do Plano Nacional de Educação de 2014 com uma taxa média de 15% de distorção idade-série no Ensino Médio. A meta 2 do PNE é chegar em 2024 com 95% dos estudantes brasileiros concluindo o ensino fundamental com a idade de 14 anos e a meta 3 propõe que 85% dos estudantes de 15 a 17 anos estejam matriculados no ensino médio nesta mesma época.

Na Tabela 4 verificamos os resultados das metas e dos valores observados no IDEB para o ensino médio, de 2005 a 2013 e a meta para 2021. É possível conferir que as metas de 2007 a 2011 foram alcançadas e superadas, o que não ocorreu em 2013, com uma estagnação do resultado obtido em 2011.

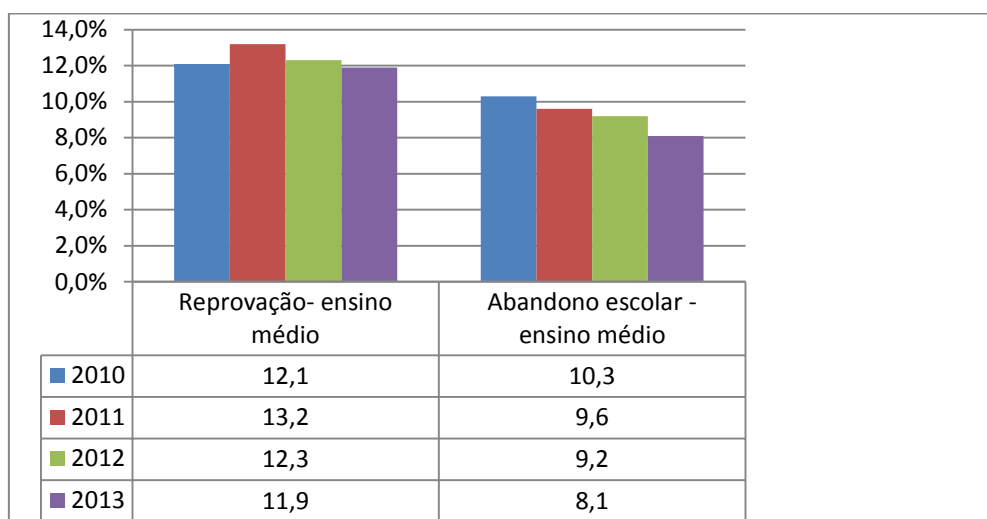
Tabela 4: IDEB – Resultados e Metas Nacionais – Ensino Médio, 2014

	IDEB Observado					METAS				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
TOTAL	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Os resultados destacados referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Fonte: INEP (2014).

O Gráfico 9 apresenta o percentual de reprovação e abandono escolar no Ensino Médio, entre os anos de 2010 e 2013, onde podemos verificar o aumento da reprovação em 1,1% de 2010 a 2011 e na sequência a diminuição da reprovação em torno de 0,7% ao ano de 2011 a 2013.

Gráfico 9: Reprovação e abandono escolar no Ensino Médio – Brasil (2010-2013)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do QEdu, 2015.

Ainda no Gráfico 9, podemos verificar que de 2010 a 2013 houve uma queda no índice de reprovação e de abandono escolar no Ensino Médio brasileiro, o que não comprova uma melhoria na qualidade da educação, pois em contrapartida os resultados do IDEB⁵, apresentados na Tabela 4, demonstram que a proficiência dos estudantes do Ensino Médio brasileiro não está avançando conforme as metas propostas pelo governo.

A reprovação escolar é um problema recorrente na educação brasileira. Como afirma Paro (2002), é necessário superá-la, mas tentar apenas sair da reprovação para a aprovação automática é um erro ainda maior. É necessário criar estratégias para que o aluno aprenda e isso inclui iniciativas de todos os envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem, começando das instâncias governamentais superiores, passando pela legislação da educação, pelo investimento financeiro, pelas propostas político-pedagógicas das instituições formadoras de docentes até chegar ao chão da escola, onde deve existir um compromisso dos gestores, coordenadores, pedagogos, professores, alunos, familiares e toda a comunidade escolar em favor da aprendizagem do aluno.

⁵O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007 e reúne em um só indicador dois conceitos: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Ele é a principal ferramenta para acompanhamento de metas de qualidade da educação brasileira (Observatório do PNE, 2014)

Segundo Paro (2003), a reprovação escolar está diretamente ligada à avaliação. O que se avalia na escola, como e quando o processo é realizado, envolve muito mais do que um conteúdo ensinado em uma série escolar: envolve uma relação de poder. Os professores e os gestores escolares possuem o poder de decidir o futuro do aluno, permitindo que este, diante de suas atitudes no dia a dia escolar, siga para a série seguinte ou permaneça naquela que está usando a reprovação como uma punição.

(...) no momento de identificar a razão do não aprendizado, apenas um elemento é destacado: o aluno. Só ele é considerado culpado, porque só ele é diretamente punido com a reprovação. Como se tudo, absolutamente tudo, dependesse apenas dele, de seu esforço, de sua inteligência, de sua vontade. Para que, então, serve a escola? (PARO, 2002).

A reprovação cria um desgaste psicológico que pode levar o aluno ao abandono escolar. Segundo o Relatório “Educação de Qualidade para Todos: um assunto de direitos humanos” da UNESCO,

(...) a repetência e o consequente atraso escolar, não só implica um desperdício de recursos, tanto públicos quanto das famílias, mas também afeta negativamente as probabilidades de prosseguimento e conclusão dos estudos dos atingidos. Desse ponto de vista, e de acordo com uma concepção da educação como um direito, o “fracasso escolar”, habitualmente entendido como um fracasso dos estudantes aos quais a reprovação concede uma “segunda oportunidade” deve ser mais bem visto como um fracasso da operação do sistema educacional que não garante aos estudantes a continuação fluida dos estudos e, finalmente, reduz suas oportunidades em vez de proporcionar-lhes outras novas (UNESCO, 2008, p.57).

No estudo “Fatores Associados ao Sucesso Escolar” (FASE), elaborado por Felício e pela Fundação Itaú Social (FELÍCIO, 2010), são analisados diversos fatores que contribuem para o sucesso escolar. No estudo foi verificado que quanto maior a escolaridade dos pais, o nível socioeconômico da família, o maior acesso aos bens culturais e o fato de morar com o pai e a mãe, maior o índice de sucesso escolar do aluno. Já o fato do estudante morar só com o pai ou a mãe ou sem nenhum, os pais possuírem menor nível de escolaridade e a necessidade do estudante trabalhar e estudar devido à necessidade socioeconômica da família representam fatores de forte relação com a reprovação escolar.

Assim, compreendemos que a reprovação escolar não pode ser considerada como responsabilidade única do aluno ou da escola, mas sim representada por uma cadeia de relações como a representada na Figura 4.

Figura 4: Fatores relacionados à reprovação escolar



Fonte: Elaborado pela autora com base em Paro (2003), UNESCO (2008), Felicio (2010), 2015.

Diante de todos estes fatores que se relacionam com a reprovação escolar, podemos questionar: será que nos países que não reprovam, como França, Portugal e Noruega, ou que possuem baixos índices de reprovação como a China e a Alemanha, os estudantes são aprovados mesmo sem aprender? Os dados do PISA⁶ (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes), desenvolvido pela Organização para Cooperação e

⁶O PISA acontece a cada 2 anos aplicado para estudantes na faixa de 15 anos e em cada edição do programa uma área do conhecimento é avaliada. A última edição realizada em 2012 teve como foco as competências dos estudantes em Matemática, em 2015 o conhecimento avaliado será em Ciências.

Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentados na Tabela 5 demonstram que não, pelo contrário. Podemos verificar que os países que não reprovam ou apresentam baixos índices de reprovação vêm alcançando melhores resultados no PISA a cada edição.

Tabela 5: Reprovação escolar e média no PISA – Países, 2012

PAÍSES	Reprovação (%) Ensino Fund.	Reprovação (%) Ensino Médio	Média PISA 2012
Alemanha	0,47	2,19	515
Argentina	3,55	8,50	397
Brasil	11,8	12,3	402
Chile	4,69	12,72	436
China (Xangai)	0,17	0,15	588
Colômbia	2,46	3,83	393
Estados Unidos	---	---	492
França	---	---	500
Indonésia	2,90	0,35	384
Itália	0,29	3,60	490
México	2,89	1,86	417
Noruega	---	---	496
Peru	4,80	3,98	375
Portugal	---	---	488
Suíça	1,31	2,21	518

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados sobre reprovação da UNESCO e resultados do PISA, 2015.

Diminuir e erradicar a reprovação escolar são desafios complexos, bem como construir estratégias que favoreçam o sucesso escolar em larga escala e diferentes contextos, como no caso do Brasil. Um dos fatores importantes para diminuir a reprovação escolar e proporcionar um melhor rendimento da aprendizagem dos estudantes é um maior investimento financeiro na educação pública com planejamento estratégico e metas alcançáveis, como veremos a seguir.

2.2.1 O investimento na educação pública

Conforme dados estatísticos divulgados no *site* do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2014, o Brasil se classificava como a sétima maior

economia mundial, em relação ao valor do PIB – Produto Interno Bruto⁷, com um PIB estimado em 2,215 trilhões de dólares, sendo superado apenas pelos Estados Unidos (US\$ 17,528), China (US\$ 10,027), Japão (US\$ 4,846), Alemanha (US\$ 3,875), França (US\$ 2,885) e Reino Unido (US\$ 2,827).

O Brasil está entre os 10 países mais desenvolvidos do mundo e também é um dos países com maior taxa populacional, classificando-se como 6º país mais populoso do mundo, conforme dados de 2014 da CIA – Agência Central de Inteligência, sendo os cinco países mais populosos a China, a Índia, a União Europeia, os Estados Unidos e a Indonésia.

Porém, apesar de ser um dos 10 países mais ricos do mundo, quando se trata de investimento em educação, o Brasil não fica entre as melhores posições no *ranking* mundial. No investimento do percentual do PIB em educação, com um investimento de 5,8%, conforme Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2014, o Brasil ficou na 19ª posição entre os 33 países que mais investem em educação, ficando abaixo da média da OCDE (6,07%) e perdendo para países de menor desenvolvimento econômico como Bélgica, Chile e México.

Com uma população de mais de 200 milhões de habitantes dentre os quais mais de 60 milhões estão na faixa etária de 0 a 18 anos (IBGE, 2010), o Brasil enfrenta um grande desafio quando se trata da oferta de escola pública, gratuita e de qualidade para todas as crianças e jovens do país.

Conforme a matéria “*Infância e adolescência no Brasil*”, publicado no *site* do Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef (2014),

Aproximadamente uma em cada quatro crianças de 4 a 6 anos estão fora da escola. 64% das crianças pobres não vão à escola durante a primeira infância. A desnutrição entre crianças menores de 1 ano diminuiu em mais de 60% nos últimos cinco anos, mas ainda cerca de 60 mil crianças com menos de 1 ano são desnutridas. Com 98% das crianças de 7 a 14 anos na escola, o Brasil ainda tem 535 mil crianças nessa idade fora da escola, das quais 330 mil são negras. Nas regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, somente 40% das crianças terminam a educação fundamental. Nas regiões mais desenvolvidas, como o Sul e o Sudeste, essa proporção é de 70%. Esse quadro

⁷O PIB – Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens de um país, uma medida monetária do valor dos bens e serviços que o país produz num período, na agropecuária, indústria e serviços. Quanto maior o PIB pode-se concluir que mais desenvolvido se torna o país.

ameaça o cumprimento pelo País do ODM 2 – que diz respeito à conclusão de ciclo no ensino fundamental. O Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. De cada 100 estudantes que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série e apenas 40, o ensino médio. A evasão escolar e a falta às aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência. O país registra anualmente o nascimento de 300 mil crianças que são filhos e filhas de mães adolescentes. (UNICEF, 2014).

Por contar com um grande número de crianças e jovens no país, quando o percentual do valor do PIB nacional investido em educação é dividido por aluno e calculado em dólares, comparado aos 35 países que mais investem em educação no mundo, o Brasil fica em situação ainda mais difícil, como apresenta os dados do Relatório Anual do OCDE de 2014.

Dos 35 países pesquisados, 15 investem mais de US\$ 10.000 por aluno anualmente: Suíça (US\$ 16.090), Estados Unidos (US\$ 15.344), Noruega (US\$ 14.288), Áustria (US\$ 13.116), Suécia (US\$ 12.426), Dinamarca (US\$ 12.136), Holanda (US\$ 11.700), Bélgica (US\$ 11.584), Finlândia (US\$ 10.904,63), Alemanha (US\$ 10.904,29), Irlanda (US\$ 10.856), Austrália (US\$ 10.710), Japão (US\$ 10.645), França (US\$ 10.454) e Reino Unido (US\$ 10.412).

Com um investimento médio de US\$ 3.065,59 por aluno, bem abaixo da média da OCDE de US\$ 9.251,54, o Brasil fica em penúltimo na relação dos 35 países que mais investem em educação, superando apenas o investimento realizado na Indonésia, que está calculado em apenas US\$ 625,48 por aluno.

Dados do INEP apresentados na Tabela 6 demonstram a distribuição do investimento por aluno no Brasil.

Tabela 6 – Investimento Público Direto por estudante e percentual do PIB – por Nível de Ensino - Brasil, 2006 – 2013

Estimativa do Investimento Público Direto em Educação por Estudante e percentual total do PIB, por Nível de Ensino - Brasil 2006-2013														
ANO	Todos os níveis de ensino		Educação Básica		Educação Infantil		Ensino Fundamental				Ensino Médio		Educação Superior	
							De 1ª a 4ªSéries ou Anos Iniciais		De 5ª a 8ªSéries ou Anos Finais					
	R\$ Per capita	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB
2006	2.974	5,0	2.583	4,1	2.247	0,4	2.690	1,6	2.937	1,5	1.995	0,6	16.938	0,8
2007	3.473	5,2	3.024	4,3	2.724	0,4	3.162	1,6	3.338	1,5	2.421	0,7	17.897	0,9
2008	3.931	5,4	3.473	4,5	2.910	0,4	3.643	1,7	3.885	1,7	2.800	0,8	16.542	0,9
2009	4.324	5,7	3.802	4,8	2.915	0,4	4.111	1,8	4.292	1,8	2.953	0,8	18.579	0,9
2010	4.975	5,8	4.374	4,9	3.579	0,4	4.698	1,8	4.708	1,7	3.720	0,9	19.748	1,0
2011	5.442	6,1	4.741	5,0	4.235	0,5	4.863	1,8	4.876	1,7	4.610	1,1	21.041	1,1
2012	5.797	6,4	5.143	5,3	4.993	0,6	5.237	1,8	5.031	1,7	5.246	1,2	19.110	1,1
2013	6.203	6,6	5.495	5,4	5.434	0,7	5.519	1,8	5.459	1,7	5.546	1,2	21.383	1,2

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do INEP, 2014.

É interessante verificar que em 2013 na Educação Básica foram investido 5,4% do PIB em relação aos 1,2% investido no Ensino Superior, mas quando este percentual do PIB é dividido por aluno de cada etapa do ensino, a distribuição gira em torno de R\$ 4.267,00 por aluno da Educação Básica e R\$ 20.690,00 por aluno do Ensino Superior.

O PNE – Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, prevê um aumento do investimento do PIB brasileiro em educação:

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (PNE, 2014).

Para alcançar recursos financeiros que atinjam o investimento de 10% do PIB, foi sancionada a Lei nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, de destinação dos *royalties* do petróleo, que estabelece que 75% desses recursos e 50% do Fundo Social do Pré-Sal serão destinados à educação, sendo esta uma das principais fontes para se atingir, em 10 anos, a meta equivalente a R\$ 50 bilhões anuais para a educação. Também será necessária uma redistribuição orçamentária, especialmente do governo federal – que passará a ter maior participação no investimento total em

educação, além da criação de novas fontes de recursos que garantam que o objetivo do PNE seja atingido⁸.

A proposta do aumento do investimento do PIB no Brasil para 10% na educação até 2024, aparentemente parece um grande salto, pois se configura em um aumento de quase 100% do investimento realizado atualmente, mas quando este valor é dividido pelo investimento *per capita* dos alunos⁹, é possível constatar que o Brasil avançaria para um investimento de aproximadamente US\$ 6.000, o que ainda estaria abaixo da média da OCDE de US\$ 9.251 por aluno anualmente.

Em relação ao investimento brasileiro *per capita* anual na Educação Profissional, conforme a Matriz Conif¹⁰ de 2015, que leva em consideração uma série de fatores de investimentos, como investimento na expansão de novos *campi* da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, investimento da produção de pesquisas e inovações tecnológicas, um fator de potencialização do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) por região onde se localiza o *campus* e, por fim, o investimento por aluno – que também ganha um fator de cálculo diferente conforme nível de escolaridade e modalidade de ensino, o investimento *per capita* dos alunos em 2014 ficou em torno de R\$ 7.911,00. Mas somam-se a este valor todos os demais investimentos que estão sendo realizados anualmente para a expansão da Rede Federal e o aumento das matrículas. Conforme a matriz Conif 2015, em 2014 a Rede Federal alcançou o número de 511.823 matrículas distribuídas em 582 *campi* e o investimento total do governo foi em torno de R\$ 2,3 bilhões, sendo que aproximadamente R\$ 356 milhões deste valor foram investidos diretamente nos programas de assistência estudantil.

⁸Site Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: dez. 2014.

⁹No prazo de dois anos a partir da vigência do PNE 2014, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), um valor nacional mínimo que deverá ser investido por estudante para garantir a qualidade do ensino a cada etapa da educação básica. O indicador será referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional, e terá o financiamento calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem. O CAQi será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) Fonte: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011.

¹⁰ A Matriz Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) é uma matriz de planejamento orçamentário elaborado anualmente para organizar a distribuição dos recursos destinados pela SETEC às unidades que compõem a Rede Federal em todo o Brasil.

O recurso financeiro destinado ao IFPR em 2014 foi no valor total de R\$ 195.147.557,00, conforme Tabela 7 dos quais R\$ 1.573.245,97 foi destinado ao *Campus Ivaiporã*, conforme Tabela 8.

Tabela 7: Plano de Distribuição Orçamentária (PDO) IFPR, 2014

Origem	Valor (R\$)
Matriz CONIF	88.496.613,00
Assistência Estudantil	10.646.335,00
Pessoal	85.015.032,00
Benefícios Folha	6.798.452,00
Pessoal Inativo	845.000,00
Projeção Financeira	548.223,00
Projeção de Contratos	2.024.896,00
Projeção de Convênios	773.006,00
TOTAL	R\$ 195.147.557,00

Fonte: PDO IFPR, 2014.

A Tabela 8 apresenta os recursos orçamentários do IFPR em 2014, na forma em que foi distribuído entre as unidades. A distribuição orçamentária entre os campi é realizada levando em consideração diversos fatores, como tempo de implantação do *campi*, número de estudantes, número de cursos ofertados, necessidade de obras e infraestrutura.

Tabela 8: Destinação de Recursos Orçamentários Por Unidade (PDO) IFPR, 2014

Unidade- IFPR	Valor (R\$)
Reitoria	8.963.905,44
Pró-reitora de Administração-PROAD	811.650,99
Pró-reitora de Ensino- PROENS	294.216,72
Pró-reitora de Extensão, Pesquisa e Inovação- PROEPI	275.885,52
Pró-reitora de Gestão de Pessoas - PROGEPE	225.137,93
Pró-reitora de Planejamento – PROPLAN	264.261,20
Gabinete do Reitor	672.089,23
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação-DTIC	170.889,80
<i>Campus</i> Assis Chateaubriand	1.472.790,00
<i>Campus</i> Campo Largo	1.508.917,00
<i>Campus</i> Cascavel	1.100.000,00
<i>Campus</i> Curitiba	5.344.473,98
<i>Campus</i> Foz do Iguaçu	1.868.620,00
<i>Campus</i> Irati	1.527.991,06
<i>Campus</i> Ivaiporã	1.573.245,97
<i>Campus</i> Jacarezinho	1.729.311,12
<i>Campus</i> Londrina	1.731.228,00
<i>Campus</i> Palmas	2.527.518,69
<i>Campus</i> Paranaguá	2.131.541,39
<i>Campus</i> Paranavaí	1.511.945,00
<i>Campus</i> Telêmaco Borba	1.699.805,00
Umuarama	1.767.982,75
Educação à Distância – EAD	2.573.230,95
TOTAL	R\$ 41.746.637,73

Fonte: PDO IFPR, 2014.

A Tabela 9 apresenta o orçamento do recurso destinado à assistência estudantil de 2014.

Tabela 9: Recursos da Assistência Estudantil (PDO) IFPR, 2014

Item – Assistência Estudantil	Valor (R\$)
Auxílio a estudantes	5.961.948,00
Material de Consumo Acadêmico	1.192.390,00
Serviços de Terceiros Pessoa Física	85.170,00
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.277.560,00
Material Permanente Acadêmico	2.129.267,00
TOTAL	R\$ 10.646.335,00

Fonte: PDO IFPR, 2014.

Como podemos verificar, para a assistência estudantil, os recursos financiados com as verbas do PNAES e distribuídos pela SETEC/MEC aos Institutos Federais, não são repassados para gestão dos *campi*, mas administrados pela Pró-reitora de Ensino (PROENS), por meio da Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais (DAES), que tem a responsabilidade de elaborar editais para seleção dos beneficiários de bolsas e demais atividades de assistência estudantil da instituição.

2.3. As políticas afirmativas e de assistência estudantil para a educação profissional

Conforme o texto “Oque são ações afirmativas?” do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA¹¹ (2011), as políticas afirmativas, destinadas a combater discriminações étnicas, religiosas, raciais, de grupos ou de gênero, têm por objetivo ampliar o direito da participação de minorias no acesso aos bens culturais, nos processos políticos, econômicos e sociais, no acesso à educação, emprego, moradia, meios de comunicação, esporte, lazer, saúde e segurança.

Como exemplo de políticas afirmativas no Brasil voltadas à inclusão na educação, podemos citar o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que conforme o artigo 1º se destina a garantir à população negra

¹¹O GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa) é um grupo de pesquisa dedicado ao estudo das ações afirmativas, com inscrição no CNPq e sede no IESP-UERJ. João Feres Júnior (UERJ), Luiz Augusto Campos (UERJ) e Marcia Rangel Candido (UFRJ) são alguns dos pesquisadores que participam do GEMAA.

“a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Por sua vez a Lei nº 12.711/2012 estabelece reserva de vagas para o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas - pretos, pardos e indígenas e com renda familiar inferior a 1, 5 salários-mínimos *per capita* nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

As políticas afirmativas associadas à educação são pautadas no princípio da equidade, que vai além da igualdade formal. Conforme a UNESCO (2008),

Equidade não é o mesmo que igualdade, embora estejam estreitamente relacionadas. A fusão entre ambos os conceitos trouxe como consequência tratamentos homogêneos para todos os que se aprofundaram nas desigualdades. A equidade compreende os princípios de igualdade e diferenciação, porque somente uma educação ajustada às necessidades de cada um garantirá que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de tornar efetivos seus direitos e alcançar os fins da educação em condições de igualdade. Assegurar o pleno exercício do direito a uma educação de qualidade para todos requer, portanto, garantir o direito à igualdade de oportunidades, ou seja proporcionar mais a quem mais necessite e dar a cada um a ajuda e os recursos de que precisa para que esteja em igualdade de condições de aproveitar as oportunidades educacionais. Não basta oferecer oportunidades, é preciso gerar as condições para que estas sejam aproveitadas por qualquer pessoa, de modo que possam participar, aprender e desenvolver-se plenamente (UNESCO, 2008, p. 41).

Baseadas também no princípio da equidade surgem as políticas de assistência estudantil, como o Decreto nº 7.234/2010, que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES abrange ações de assistência estudantil direcionadas prioritariamente aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários-mínimos e são executadas por instituições federais de ensino superior e ensino médio, alcançando estudantes do ensino médio profissionalizante. Conforme o artigo 4º, parágrafo único, as ações do PNAES visam proporcionar igualdade de oportunidades aos estudantes, com o intuito de contribuir para o sucesso escolar e evitar a evasão ou reprovação que decorram da falta de recursos financeiros do aluno (BRASIL, 2010).

Para Cury (2005) as políticas inclusivas afirmam-se como estratégias voltadas para a focalização de direitos de determinados grupos marcados por uma diferença específica, em uma história marcada pela exclusão, que os coloca em uma situação socialmente vulnerável. “Focalizar grupos específicos permitiria, então, dar mais a quem mais precisa, compensando ou reparando perversas sequelas do passado” (Cury, 2005, p. 15), tratando “desigualmente os desiguais”. Para Cury (2005) a equidade estabelece uma dialética com a igualdade e a justiça, que visa à eliminação das discriminações e a efetivação da igualdade de oportunidades para se alcançar o direito da cidadania..

No IFPR, a oferta de assistência estudantil, que pode chegar a até R\$ 850,00 no acúmulo de benefícios oferecidos conforme a renda *per capita* aos estudantes do IFPR Ivaiporã/PR, é um forte atrativo para que os jovens da região desejem estudar na instituição.

Conforme dados do IBGE do Censo 2010, a média salarial de Ivaiporã era de R\$ 1040,21 para trabalhadores com carteira assinada sem ensino superior. O *campus* possui alunos que ingressam na instituição com 14 anos e que possuem baixa condição socioeconômica. Estes jovens recebem auxílio e bolsas estudantis e a oportunidade de se dedicarem em tempo integral aos estudos e à participação em pesquisas. Desse modo, tendo a oportunidade de crescer em seu processo de aprendizagem e concluir o ensino médio satisfatoriamente, com uma formação profissional aos 18 anos, o que aumenta suas chances equitativas de obter um emprego e com isso, modificar a condição social e econômica de sua família, diminuindo a desigualdade social.

Ramalho (2013), que avalia a política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional, afirma que

(...) é importante que a instituição reflita sobre os seus próprios mecanismos de equidade com relação ao ingresso, desempenho e conclusão dos cursos pelos estudantes, de modo a contribuir, no âmbito institucional, para uma sociedade mais justa. Além disso, é relevante avaliar em que grau o seu programa de bolsas favorece a permanência dos alunos contemplados e em que medida isso contribui para o sucesso educacional (Ramalho, 2013, p. 93).

Além dos programas de assistência estudantil para os alunos já matriculados, buscando promover a democracia e a justiça social no ingresso ao ensino técnico e tecnológico, com a promulgação da Lei nº 12.711, no ano de 2012, os IFs passaram a garantir no processo seletivo a reserva de no mínimo 50% das vagas por curso e turno para alunos oriundos integralmente do ensino fundamental público para os cursos de nível médio e que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública para os casos dos cursos de nível superior. Conforme os artigos 4º e 5º da Lei, dentre estas vagas, 50% é reservada aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita* e estas vagas serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à verificada na população do Paraná, segundo o último censo do IBGE.

Conforme o Edital nº 05/2014 do Processo Seletivo do IFPR, para o ano de 2015 ficou reservada a cota de 80% das vagas para inclusão social, sendo distribuída no artigo 5º da seguinte forma:

I – 60% (sessenta por cento) são reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); ou tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino. Esse percentual será distribuído da seguinte maneira:

a) 50% (cinquenta por cento) serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita*.

b) 50% (cinquenta por cento) serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita*.

II – 15% (quinze por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas aos candidatos autodeclarados pretos ou pardos;

III – 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas aos candidatos autodeclarados indígenas;

IV – 20% (vinte por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas à concorrência geral.

§ 1º A disponibilização de vagas descrita neste artigo confere 80% (oitenta por cento) de cotas destinadas à inclusão.

§ 2º A disponibilização de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas deste Edital está de acordo com os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em conformidade com a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, com o Decreto nº. 7.824, de 11 de outubro de 2012 e com a Portaria Normativa nº. 18, de 11 de outubro de 2012. (Processo Seletivo, Edital 05/2014, IFPR, 2014).

A Seção Pedagógica de Assuntos Estudantis de cada *campus* do IFPR é responsável por incluir e acompanhar os alunos matriculados que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica em programas de auxílios financeiros. O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE), objetiva oferecer apoio aos estudantes propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio-moradia (até R\$ 250,00), auxílio-alimentação (R\$ 100,00) e auxílio-transporte municipal (R\$ 100,00) e intermunicipal (R\$ 150,00), contribuindo para sua permanência e conclusão do curso. O PBIS (Programa de Bolsas de Inclusão Social), no valor de R\$ 350,00, consiste em oportunizar a estes alunos em vulnerabilidade socioeconômica, por meio de bolsa, o incentivo à participação em propostas acadêmico-escolares que contribuam com a sua formação escolar.

Para a participação dos estudantes nos programas da assistência estudantil, é considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, de reprovação ou dificuldades de desempenho durante o curso e a disponibilidade para participação nos projetos de pesquisa em diversas áreas do saber, orientado por professores do *campus*, com dedicação de 6 a 12 horas semanal, dependendo da modalidade do programa.

Conforme a Resolução nº 064/2010, aprovada pelo Conselho Superior do IFPR em 28 de julho de 2010, foi criado o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS). Para participar do PBIS, o estudante precisa se comprometer em dispor de uma carga horária semanal para envolvimento no projeto para o qual foi selecionado. Estudando em um período e participando do projeto em outro, o estudante dificilmente poderá ter um vínculo empregatício paralelo, pois não disporá de tempo para isso.

Em 2014, o estudante recebia o valor de 350,00 reais de bolsa do PBIS, sendo o valor do auxílio maior do que nos programas de assistência de moradia, transporte ou alimentação, podendo acumular-se, conforme a renda *per capita* do estudante, chegando ao limite máximo de R\$ 850,00, na situação em que o estudante pudesse receber a bolsa do PBIS (R\$350,00), o auxílio-moradia (R\$ 250,00), o auxílio-alimentação (R\$ 100,00) e o auxílio-transporte intermunicipal (R\$ 150,00).

Conforme o artigo 5º da Resolução nº 64/2010, o PBIS objetiva:

- I. Propiciar experiência acadêmica – profissional aos estudantes;
- II. Promover articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão de maneira a assegurar o seu caráter interdisciplinar e objetivando a flexibilização curricular, conforme estabelecido no projeto político pedagógico do curso;
- III. Ampliar as experiências de qualificação profissional e de responsabilidade social;
- IV. Contribuir com as condições de permanência e conclusão de curso dos estudantes;
- V. Colaborar com instrumentos avaliativos para o aprimoramento acadêmico e com a redução da evasão e da repetência e;
- VI. Cooperar com ações de integração da comunidade estudantil com a comunidade em geral de maneira ética, social, política e profissional (IFPR, 2010).

A Política de assistência estudantil no IFPR, conforme a Resolução nº 11/2009, tem como objetivo incentivar o respeito à diversidade socioeconômica, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade mais justa, democrática e cidadã, fundamentando-se nos seguintes princípios:

- I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
- II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão do curso;
- III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;
- V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação. (IFPR CAMPUS TELÊMACO BORBA, 2013, p. 13).

De acordo com a Resolução nº 64/2010, o estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativo-pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos *Campus* como nas Pró-reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo obrigatória a orientação direta de um docente ou técnico-administrativo (IFPR, 2010).

O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE) é regulamentado pela Resolução nº 011/2009 do Conselho Superior (CONSUP) que criou a Política de Apoio Estudantil (PACE) e por meio da Instrução Interna de Procedimentos nº 20/PROENS, 27/02/2012. O programa tem por objetivo oferecer apoio financeiro mensal aos estudantes regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da oferta de auxílio-

alimentação, auxílio-transporte e auxílio-moradia, visando contribuir para sua permanência e conclusão do curso (IFPR *Campus* Curitiba, 2010).

O IFPR também oferece outras modalidades de auxílios, como participação nos cursos de Formação Inicial Continuada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Bolsa Estudante Atleta, Bolsa Monitoria, Programa de Apoio para participação em Eventos, Assistência Estudantil PROEJA, e também Programas diversos de Bolsas para participação em pesquisas, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-Jr) para estudantes dos cursos técnicos de nível médio, além dos Projetos de Extensão desenvolvidos em cada *campus*, para os estudantes dos cursos de nível médio e superior, o que contribui para o desenvolvimento local e regional com o envolvimento da comunidade.

No final de 2013 foi realizada com os estudantes do *campus* Ivaiporã, que recebiam algum tipo de assistência estudantil, uma pesquisa intitulada “O investimento pessoal dos recursos PBIS e PACE”, que buscou analisar a contribuição e os impactos dos programas de inclusão social desenvolvidos no IFPR *campus* Ivaiporã.

Na pesquisa foram entrevistados 71 bolsistas, dos quais 39 utilizam o dinheiro que recebem com transporte, 62 com alimentação, 22 com despesas da família, 48 em outras questões e 5 somente guardavam o dinheiro.

Quando questionados sobre bens adquiridos com o dinheiro das bolsas de estudo e auxílios estudantis, os itens mais citados são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Bens adquiridos – alunos bolsistas, 2013

Bens adquiridos – alunos bolsistas 2013	
Itens	Nº de alunos
Roupas	26
Notebook	12
Calçados	15
Celular	04
Diversos	24

Fonte: Fonte: Silva, Tatiana O. C. “O investimento pessoal dos recursos PBIS e PACE”. Documentos internos – IFPR/*Campus* Ivaiporã, 2014.

Como se observa, os itens de roupas, calçados e computador foram os que mais se destacaram. Para o item de roupas, muitos alegaram que compraram o uniforme do IFPR.

Alguns alunos entrevistados, principalmente aqueles que dependem do transporte, reclamaram que com o atraso no pagamento dos auxílios fica muito complicado para os alunos de outros municípios que pagam transporte fretado para o *campus*. Quando há o atraso das bolsas o pagamento não é possível de ser feito no dia do vencimento, tendo então assim, juros a mais a ser pago ao motorista. E não só no caso para o pagamento do transporte, os alunos que compraram objetos parcelados também têm prejuízo ao pagar a mensalidade da compra após a data de vencimento.

Mas de modo geral, 98% dos entrevistados declararam que estavam satisfeitos com o recebimento do auxílio estudantil, pois estava auxiliando na permanência deles na Instituição, mesmo com os contratempos dos atrasos.

Em 2014, no Encontro da Pró-reitora de Ensino do IFPR, que teve como tema os programas da assistência estudantil, foi apresentada uma entrevista realizada com alguns estudantes beneficiados pelos programas, sendo o relato a seguir de uma estudante do *campus* Ivaiporã:

A aluna X, de 17 anos, estudante do 1º ano do curso de Agroecologia concomitante, foi contemplada pelo Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social e pelo Programa de Assistência Complementar ao Estudante com os auxílios transporte e alimentação. A aluna relata que os programas que recebe fazem muita diferença e está sendo de grande ajuda, pois com o dinheiro ela pode ajudar nas despesas da família, e quando precisa comprar algo para seu uso pessoal não precisa pedir ajuda de seus pais. “Se eu não conseguisse a bolsa não poderia continuar o curso, porque eu teria que trabalhar para ajudar em casa. Fiquei muito feliz por ter conseguido, pois eu não queria parar o curso. Gosto muito da Agroecologia e quero concluir o curso. Quero ser uma profissional da área de Agroecologia”.¹²

Em 2014, o *campus* estava com 230 matriculados, dos quais 141 estudantes receberam pelo menos um auxílio financeiro da assistência estudantil. Em 2015, com o número estimativo de matrículas em torno de 400 alunos, calcula-se que o número de beneficiados chegue a 300 estudantes que receberão pelo menos um tipo de auxílio estudantil.

¹² Texto publicado em um *Banner* da Seção Pedagógica de Assistência Estudantil do IFPR Campus Ivaiporã/PR exposto no Encontro da Pró-reitora de Ensino do IFPR, 2014.

2.4. Análise do contexto didático-pedagógico – estratégias de ensino-aprendizagem e participação dos estudantes

Para realizar uma análise sobre o contexto didático-pedagógico do IFPR *Campus Ivaiporã/PR*, conhecendo a opinião dos professores, estudantes e gestores do *campus* sobre temas como a reprovação escolar, as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil e o papel que a instituição tem desempenhado no município e região do Vale do Ivaí foi realizada uma pesquisa de campo, em que estudantes e professores de forma voluntária e anônima responderam a um questionário e o Diretor-Geral e a Coordenadora de Ensino foram entrevistados. A análise dos dados coletados está descrita nas seções a seguir.

2.4.1 Questionários com estudantes

O objetivo de aplicar um questionário aos estudantes das turmas de 2º, 3º e 4º anos dos cursos técnicos de Informática e de Eletrotécnica integrados ao ensino médio do IFPR *campus Ivaiporã*, foi conhecer um pouco da vida escolar dos estudantes, sua dedicação aos estudos, seu olhar em relação aos processos de ensino-aprendizagem no curso, a relação com professores, sua opinião sobre a assistência estudantil e como esta pode influenciar a vida escolar do estudante e de sua família e qual a importância do IFPR em suas vidas.

Segundo Lück (2009),

(...) os estudantes são as pessoas para quem a escola existe e para quem deve voltar as suas ações, de modo que todos tenham o máximo sucesso nos estudos que realizam para sua formação pessoal e social (LÜCK, 2009, p. 21).

Sendo assim, é importante conhecer a opinião desses atores, para que as ações de um plano de intervenção sejam voltadas para atender e melhorar a carreira escolar e o convívio dos estudantes no ambiente institucional, favorecendo a diminuição da taxa de reprovação escolar e promovendo a melhoria da qualidade do ensino.

Para receber a participação dos estudantes, foi elaborado um questionário para ser respondido de maneira voluntária e anônima, com 19

perguntas, das quais 17 eram objetivas e 2 eram discursivas. A questão discursiva nº 11 solicitava que o respondente escrevesse a sua opinião sobre a reprovação escolar e a questão nº 19 era uma oportunidade para o estudante citar alguma sugestão, reclamação ou crítica sobre o IFPR *Campus Ivaiporã*. Os questionários foram entregues em sala de aula pela pesquisadora, que fez uma breve explicação sobre o objetivo e a relevância da pesquisa e solicitou ao líder de cada turma que distribuisse os questionários e, em até 3 dias, entregasse na sala da equipe de ensino os questionários que foram preenchidos.

No total foram entregues 116 questionários, dos quais 65 retornaram respondidos, conforme a Tabela 10.

Tabela 10: Questionários – Participação dos estudantes, Ivaiporã, 2015

Questionários – Participação dos estudantes		
Turmas	Entregues	Respondidos
Técnico em Informática/2012 (4º ano)	19	14 (73,68%)
Técnico em Informática/2013 (3º ano)	24	11 (45,83%)
Técnico em Informática/2014 (2º ano)	37	26 (70,27%)
Técnico em Eletrotécnica/2014 (2º ano)	36	14 (38,88%)
TOTAL	116	65 (56,03%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

Dos 65 alunos respondentes, houve participação do sexo feminino (50,7%) e masculino (49,3%). Em relação ao tipo de escola na qual o aluno cursou o ensino fundamental, os dados coletados apontam para um total de 47 estudantes oriundos de escola pública (72,3%), 10 estudantes que declararam ter cursado o ensino fundamental integralmente em escola particular (15,4%) e 08 estudantes que cursaram o ensino fundamental parcialmente em escola pública e particular (12,3%). Os estudantes da turma do 4º ano do curso Técnico Integrado em Informática apresentaram o maior índice de participação na pesquisa (73,68%), provavelmente pela carreira acadêmica, já concluindo o último ano do curso e maior maturidade dos estudantes. A turma com menor participação na pesquisa foi o 2º ano do curso Técnico Integrado em Eletrotécnica (38,88%), que na época da pesquisa, apresentava-se como a

turma com maiores reclamações dos professores em relação ao compromisso e participação dos estudantes nas atividades escolares.

A questão nº 4, que perguntava se no ano de 2014 o estudante havia ficado com conceito “D” (insatisfatório) em algum bimestre, 2 participantes não responderam, 15 responderam que não, 2 responderam que ficaram com conceito “D” mas não responderam em quantas matérias e 46 participantes afirmaram ter finalizado pelo menos um bimestre de 2014 com conceito “D”, conforme a Tabela 11, de forma que 76,2% dos estudantes que responderam esta questão obtiveram pelo menos um conceito bimestral insatisfatório em 2014.

Tabela 11: Estudantes com conceito “D” em Bimestres de 2014, Ivaiporã, 2015

Estudantes com conceito “D” em Bimestres de 2014	
Nº de matérias	Nº de estudantes
1 Matéria	11
2 Matérias	14
3 Matérias	4
4 Matérias	9
5 Matérias	4
6 Matérias	4
8 Matérias	1
17 Matérias	1
Nenhum "D"	15

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

É interessante observar que dos 15 estudantes que declararam não ter concluído nenhum bimestre de 2014 com conceito “D”, a maioria cursou o ensino fundamental em escola pública (7 estudantes), 4 cursaram parcialmente em escola pública e particular e apenas 2 cursaram o ensino fundamental integralmente em escola particular, demonstrando que os alunos oriundos da rede pública da região estão obtendo sucesso escolar no IFPR e não apenas aqueles que cursaram no ensino fundamental na rede privada.

Em relação à reprovação, não apenas no IFPR, mas durante a vida escolar, dos 65 participantes, 60 declararam nunca ter reprovado de série escolar (92,3%), 4 declaram ter reprovado uma vez (6,15%) e um participante não respondeu. O resultado obtido nesta questão difere do número de reprovações registrado na secretaria acadêmica. Como o questionário não foi

censitário, mas voluntário e 56,03% do público alvo participou, diversos fatores podem justificar este resultado, supondo, por exemplo, que os estudantes que reprovaram não responderam ao questionário, alguns reprovados já mudaram de escola, os reprovados no 1º ano de 2014 estão na turma de 2015 e para estas turmas não foi aplicado o questionário. Podemos perceber a reprovação e a transferência de escola pelo índice de matrículas e alunos ativos nos cursos, como na turma do Ensino Médio Integrado Técnico em Informática que iniciou em 2012 com 35 alunos e finalizou 2014 com 19 matriculados.

A questão nº 7, que abordava diversos acompanhamentos pedagógicos que o estudante teve nos componentes curriculares em que teve dificuldades em 2014, as respostas estão relacionados na Tabela 12.

Tabela 12: Matérias com dificuldades em 2014. Resposta dos estudantes, Ivaiporã, 2015

Questões:	SIM		NÃO	
7. Nas matérias que você teve dificuldades em 2014:	Nº	%	Nº	%
Teve acompanhamento individual do professor?	31	48	34	52
Foi encaminhado para o reforço ou atendimento de monitoria?	39	60	26	40
Participou das aulas de reforço?	50	77	15	23
Teve acompanhamento da equipe pedagógica?	26	40	39	60
Teve auxílio da família nos estudos em casa?	41	63	24	37

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

Analisando as respostas dos estudantes na questão 7, é possível verificar que 52,3% dos respondentes não receberam acompanhamento individual do professor nas matérias que tiveram dificuldades, o que é preocupante, pois, a maioria dos professores do *campus* trabalha no regime de dedicação exclusiva e devem reservar 4 horas semanais para o atendimento ao aluno. É necessário investigar por qual motivo este problema de acompanhamento aconteceu.

Em relação ao encaminhamento e participação no reforço, foram verificados 60% de encaminhamento e 77% de frequência nessas aulas, outro fator que merece atenção. Um ponto positivo é que alguns estudantes, mesmo não sendo encaminhados para o reforço, participam por interesse próprio, já que as aulas são abertas para todos os estudantes que desejam participar.

Sobre o acompanhamento da equipe pedagógica, os dados comprovam que é necessário reforçar o acompanhamento dos estudantes, já que 60% dos participantes alegaram não ter recebido este acompanhamento durante o ano. No auxílio da família nos estudos em casa, 63,07% afirmam que receberam apoio familiar.

Quanto aos alunos que estudam e trabalham ou só estudam, dos 65 participantes, 56 responderam que só estudam (86,1%), enquanto que os outros 13,9% responderam que estudam e trabalham, sendo que 6 participantes responderam que trabalham com a família, 2 declararam trabalhar como estagiários e 1 estudante declarou trabalhar como aprendiz em empresa ou comércio. Este índice demonstra que 86,1% dos estudantes do *campus* podem dedicar-se de forma mais efetiva aos estudos, com maior disponibilidade de tempo para participar, por exemplo, de aulas de reforço ou atendimento individual pelo professor no contra turno, já que não trabalham.

A questão nº 10 solicitava ao participante que avaliasse alguns aspectos do processo de ensino-aprendizagem no *Campus*, em uma escala de 1 a 4, sendo 1-Ruim, 2- Regular, 3- Bom e 4-Ótimo. Dos participantes, 64 estudantes responderam, como demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13: Avaliação dos estudantes – Processo de ensino-aprendizagem no IFPR, Ivaiporã, 2015

Questões:	1-RUIM		2-REGULAR		3- BOM		4-ÓTIMO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
10. Sobre o processo de ensino-aprendizagem no IFPR:								
Relação professor x aluno	3	4,7	14	21,9	30	46,9	17	26,5
Métodos de ensino	3	4,7	9	14,0	43	67,3	9	14,0
Atendimento individual ao aluno	2	3,1	18	28,1	27	42,3	17	26,5
Aulas de reforço	1	1,6	15	23,4	32	50,0	16	25,0
Facilidade de acesso ao professor para tirar dúvidas	3	4,7	17	26,5	30	46,9	14	21,9
Acompanhamento pedagógico	9	14,1	21	32,8	18	28,1	16	25,0
Acompanhamento psicológico	8	12,5	18	28,1	19	29,7	19	29,7
Acompanhamento e assistência social da família	10	15,7	17	26,5	17	26,5	20	31,3
Condições de oferta: recursos de informática, laboratórios, etc.	9	14,1	16	25,0	28	43,7	11	17,2

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

De acordo com as respostas dos estudantes para a questão nº 10 relacionadas na Tabela 13 verificamos que as avaliações sobre o processo de

ensino-aprendizagem no *campus* foram em sua maioria classificadas como “Bom” e “Ótimo”. Os itens melhores classificados, unindo as respostas “Bom” e “Ótimo”, foram: “Métodos de ensino”, com 81,26%, “Aulas de reforço”, com 75% e “Relação professor x aluno”, com 73,45%. Já o item “Acompanhamento pedagógico”, foi classificado como “Bom” e “Ótimo” por 53,1% dos estudantes, mas foi o item que obteve o maior índice de avaliação com “Regular” (32,82%) e o 2º item com o maior índice de avaliação “Ruim” (14,1%), o que demonstra uma opinião diferente entre os estudantes e exige uma atenção especial da equipe pedagógica para atender os estudantes de uma forma mais efetiva.

A questão nº 11 abordava o tema da reprovação escolar solicitando ao respondente que escrevesse “em sua opinião, porque um aluno reprova em uma matéria ou ano escolar?”. Dos 65 participantes, 5 não responderam à questão. Dos estudantes que responderam, a maioria utilizou frases simples, como “Não estuda”, “Não se esforça”, “Falta de interesse”, “Não se dedica, não se compromete”, “Devido ao acúmulo de matérias”, “Defasagem do ensino fundamental”, “Falta de atenção”, atribuindo a responsabilidade da reprovação aos próprios alunos.

Dentre os estudantes que responderam à questão nº 11, 40 participantes (75%) atribuíram a reprovação unicamente ao esforço e interesse do aluno, 4 participantes (6,66%) atribuíram a reprovação também aos problemas familiares e 11 estudantes (18,33%) citaram os métodos de ensino e de avaliação e relacionamento com os professores como fatores que contribuem para a reprovação. Um exemplo disto é o participante que relatou que um aluno reprova “por diversos motivos, como déficit do aprendizado, falta de interesse, falta de acompanhamento da família e relação professor x aluno” e outro que afirma que “o método de ensino é inadequado para determinado aluno, pois nem todo aluno tem a mesma capacidade de aprendizagem”. Um participante também comentou que “os alunos do 1º e 2º ano não buscam reforço e atendimento ao aluno suficiente de acordo com sua dificuldade e alguns entram somente pelas bolsas e não “ligam” para os estudos”.

Estas afirmações dos estudantes confirmam a concepção tradicional do ensino, que Paro (2003) relata, de que a escola e os professores sempre fazem um bom trabalho, transmitindo os conhecimentos, mas a

responsabilização pela reprovação do aluno sempre recai sobre ele próprio ou sobre um fator externo ou anterior ao ano escolar no qual não obteve sucesso.

As questões de nº 12 e 13 abordaram o tema da assistência estudantil. A questão nº 12 solicitou que o estudante assinalasse os recursos da assistência estudantil ou bolsa para participação em projetos de pesquisa que recebeu em 2014. Dos 65 participantes, 64 responderam esta questão, sendo que 11 estudantes responderam que em 2014 não receberam nenhum auxílio financeiro do programa de assistência estudantil ou de participação em projetos de pesquisa, 19 responderam que receberam 1 auxílio, 19 receberam 2 auxílios, 14 receberam 3 auxílios e um estudante declarou ter recebido 4 auxílios. A Tabela 14 apresenta o percentual de estudantes que receberam algum destes auxílios, sendo possível verificar que dos participantes da pesquisa, 82,81% foram atendidos com pelo menos um recurso financeiro em 2014.

Tabela 14: Número de recursos da assistência estudantil recebidos por estudantes participantes da pesquisa -2014, Ivaiporã, 2015

Nº de recursos da assistência estudantil recebidos por estudantes participantes da pesquisa- 2014	
Nº de auxílios estudantis	Nº de Estudantes
Nenhum	11
1 auxílio	19
2 auxílios	19
3 auxílios	14
4 auxílios	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

É importante citar que na análise dos questionários os estudantes que assinalaram receber algum auxílio financeiro são em grande maioria (96,87%) alunos que cursaram o ensino fundamental integralmente em escola pública e também parcialmente em escola pública e privada, confirmando a proposta da política de assistência estudantil de atender aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e oriundos das escolas públicas. Foi verificado que dos estudantes pesquisados que afirmaram ter cursado o ensino fundamental integralmente em escola particular, apenas 2 estudantes do sexo masculino declararam ter recebido bolsa estudantil no Programa Bolsa Atleta

em 2014, que também pode ser recebida por alunos que não se encontram em vulnerabilidade socioeconômica e que se destacam em modalidades esportivas.

Na questão nº 13, foi solicitado ao participante que avaliasse a política de assistência estudantil do IFPR, em uma escala, sendo CP – Concordo Plenamente, C – Concordo, D – Discordo, DP – Discordo Plenamente. Dos estudantes, 63 responderam, de acordo com a Tabela 15.

Tabela 15: Avaliação dos estudantes - Assistência Estudantil no IFPR, Ivaiporã, 2015

Questões:	CP- Concordo Plenamente		C - Concordo		D – Discordo		DP – Discordo Plenamente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
13. Assistência estudantil no IFPR:								
O recurso financeiro contribui para o sucesso escolar do aluno	24	38,1	24	38,1	9	14,3	6	9,5
O tempo dedicado aos projetos atrapalha os estudos dos alunos	3	4,7	16	25,4	34	54,0	10	15,9
O envolvimento nas pesquisas promove o desenvolvimento do aluno	36	57,1	25	39,7	1	1,6	1	1,6
O recurso financeiro não é suficiente	11	17,5	15	23,8	30	47,6	7	11,1
A assistência estudantil contribui para que o aluno não desista dos estudos	24	38,0	23	36,5	11	17,5	5	8,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

Segundo as respostas dos estudantes para a questão nº 13 relacionadas na Tabela 15, verificamos que no item “O recurso financeiro contribui para o sucesso escolar do aluno” 76,2% dos participantes responderam que concordam (38,1%) e concordam plenamente (38,1%) e apenas 23,8% responderam que discordam. Sobre “o tempo dedicado aos projetos atrapalha os estudos dos alunos”, 69,9% respondeu que discorda (54%) e discorda plenamente (15,9%), mas 30,1% acredita que dedicar tempo para participação de projetos de pesquisa atrapalha no tempo de estudo. Mesmo que para vários participantes o tempo dedicado aos projetos atrapalhe nos estudos, 96,8% respondeu que a participação nos projetos de pesquisa contribui para o desenvolvimento dos alunos. No item “o recurso financeiro não é suficiente”, 58,7% dos participantes responderem que discordam e 41,3% esperam que o valor dos auxílios aumente, pois responderam que concordam (23,8%) e concordam plenamente (17,5%) que o valor é insuficiente. No último

item da questão “A assistência estudantil contribui para que o aluno não desista dos estudos”, 74,5% dos participantes respondeu que concordam (36,5%) concordam plenamente (38%) e apenas 25,5% acreditam que os auxílios da assistência estudantil não contribuem para o combate a evasão. Diante desta análise é possível concluir que de forma geral, os estudantes avaliaram de forma positiva a política de assistência estudantil na instituição, reconheceram sua importância para que o aluno que dela necessite conclua seus estudos e também concordaram que a participação nos projetos de desenvolvimento de pesquisas é importante para a formação dos estudantes.

A questão nº 14 abordou o tema da escolha em estudar no IFPR e foi solicitado ao participante que avaliasse as opções apresentadas em uma escala, sendo CP – Concordo Plenamente, C – Concordo, D – Discordo, DP – Discordo Plenamente. Dos 65 participantes, 63 responderam e podemos verificar o resultado das respostas na Tabela 16.

Tabela 16: Avaliação dos estudantes – Escolha em estudar no IFPR, Ivaiporã, 2015.

Questões:	CP – Concordo Plenamente		C - Concordo		D – Discordo		DP – Discordo Plenamente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
14. Escolhi estudar no IFPR:								
Por escolha de meus pais ou responsáveis	11	17,5%	17	27%	21	33,3%	14	22,2%
Porque oferece um ensino de qualidade	40	63,5%	20	31,7%	02	3,2%	01	1,6%
Porque quero me formar em um curso técnico	15	23,8%	27	42,9%	13	20,6%	08	12,7%
Porque quero passar no vestibular	35	55,5%	18	28,6%	08	12,7%	02	3,2%
Porque meus amigos estudam no IFPR	---	0,0%	08	12,7%	21	33,3%	34	54%
Pela possibilidade de receber auxílio financeiro	05	7,9%	15	23,8%	21	33,3%	22	35%

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

Conforme as respostas dos estudantes para a questão nº 14, verificamos que 55,5% dos participantes declarou que a escolha em estudar no IFPR não foi de seus pais ou responsáveis, mas 44,5% dos participantes, entre as alternativas “concordo” (27%) e “concordo plenamente” (17,5%) responderam que houve influência da família na escolha de estudar na instituição. No item “Porque oferece um ensino de qualidade” a grande maioria, 95,2% dos participantes, respondeu que concordam plenamente (63,5%) e

concordam (31,7%) e apenas 4,8% responderam que este não foi um critério para a escolha de estudar no IFPR.

Continuando na questão nº 14, no item “Porque quero me formar em um curso técnico”, 66,7% dos respondentes, entre as opções “concordo plenamente” (23,8%) e “concordo” (42,9%), afirmaram que ter uma formação técnica foi um dos motivos de optar por estudar no IFPR, o que diferencia do discurso de alguns educadores do *campus* que acreditam que o jovem deseja estudar no IFPR com um único propósito de passar no vestibular e que o mesmo não se importa com a formação profissional.

Quando questionado sobre a escolha de estudar no IFPR para passar no vestibular, 84,1% respondeu que concorda (28,6%) e concorda plenamente (55,5%) e apenas 15,9% afirmou que este não foi seu motivo de escolha pelo IFPR. É importante verificar que esta resposta não contraria a resposta anterior de alcançar uma formação técnica, mas comprova que os estudantes estão interessados em obter uma profissão no nível médio e prosseguir nos estudos de nível superior.

No item “Porque meus amigos estudam no IFPR”, verifica-se que uma atitude normal dos jovens e adolescentes de estar sempre perto de seus amigos, não foi levada em consideração pela maioria dos respondentes, pois 87,3% dos participantes responderem que ter seus amigos estudando no IFPR não foi fator determinante para a escolha da escola. É interessante enfatizar que este foi o único item que não obteve nenhuma resposta “concordo plenamente” e apenas 12,7% respondeu que concorda, isto é, que seus amigos estudarem no IFPR influenciou sua escolha pela instituição.

No último item da questão nº 14, que questionava se o participante escolheu estudar no IFPR “Pela possibilidade de receber auxílio financeiro”, 31,7% dos participantes respondeu que concordam (23,8%) e concordam plenamente (7,9%), mas a maioria dos respondentes (68,3%) afirmou que este não foi um dos motivos de optar pelo IFPR, o que demonstra que o discurso de muitos estudantes e de alguns servidores que acreditam que os alunos só querem estudar no IFPR para receber auxílio financeiro não se comprova.

As questões de nº 15 a 18 investigavam a opinião dos participantes sobre o tempo dedicado aos estudos, no ensino fundamental e agora cursando

o ensino médio. Na questão nº 15, que perguntava se o participante estudava diariamente fora do horário das aulas, no ensino fundamental, 61 estudantes responderam, sendo que 39 participantes (64%) responderam que no ensino fundamental não realizavam estudos extraclasse e 22 participantes (36%) responderam que sim.

A questão nº 16, respondida por 62 participantes, questionava quantas horas diárias o aluno dedicava aos estudos no ensino fundamental e conforme a Tabela 17, 90,4% dos participantes responderam que estudavam no máximo 2 horas diárias e apenas 9,6% responderam que no ensino fundamental mantinham o hábito de estudar acima de 2 horas por dia.

Tabela 17: Horas de estudo diário cursando o ensino fundamental - estudantes do ensino médio do IFPR Ivaiporã, 2015

Questão:	Estudantes	
16. Quantas horas por dia você estudava, quando cursava o ensino fundamental:	Nº	%
Nenhuma	21	34%
Menos de 1 hora	19	30,6%
De 1 a 2 horas	16	25,8%
De 2 a 3 horas	03	4,8%
De 3 a 4 horas	02	3,2%
Acima de 4 horas	01	1,6%

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

A questão nº 17 buscou analisar quantas horas diárias o aluno dedicava aos estudos agora que está cursando o ensino médio e 62 participantes responderam. Conforme a Tabela 18, 80,5% dos participantes responderam que estudavam no máximo 2 horas diárias e 19,5% responderam que no ensino médio costumam estudar acima de 2 horas por dia.

Tabela 18: Horas de estudo diário cursando o ensino médio - estudantes do ensino médio do IFPR Ivaiporã, 2015

Questão:	Estudantes	
17. Quantas horas por dia você estuda agora, cursando o ensino médio:	Nº	%
Nenhuma	17	27,3%
Menos de 1 hora	12	19,3%
De 1 a 2 horas	21	33,9%
De 2 a 3 horas	04	6,5%
De 3 a 4 horas	04	6,5%
Acima de 4 horas	04	6,5%

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

Comparando as respostas das questões nº 16 e 17, houve um aumento nas horas de estudo dos alunos entre o ensino fundamental e médio. No entanto, este dado ainda é pouco significativo, pois mesmo que 76,2% dos participantes responderem que tiveram dificuldades nos estudos em 2014 (questão nº 04), 80,5% dos participantes declararam que ainda estudam menos de 2 horas por dia, o que demonstra a necessidade do *campus* elaborar orientações sobre técnicas e tempo de estudo para que os alunos aprendam a desenvolver o hábito de estudar, que é diretamente ligado ao sucesso escolar.

Fazendo uma análise comparativa entre as respostas das questões, dos 06 participantes que declararam estudarem mais de 2 horas diárias no ensino fundamental (2 do 2º ano, 2 do 3º ano e 2 do 4º ano), todos mantiveram ou aumentaram as horas de estudo no ensino médio, todos declararam ter estudado o ensino fundamental integralmente em escola pública, 2 declararam que já reprovaram (um na 2ª série do Ensino Fundamental e outro no 1º ano do ensino médio) e todos foram aprovados em 2014.

A questão nº 18 perguntava quantos dias por semana o participante realiza estudo extraclasse e na Tabela 19 podemos verificar que poucos alunos estudam diariamente (4,8%) e 77,5% dos 62 respondentes estudam menos de três dias semanais fora do horário escolar.

Tabela 19: Tempo semanal de estudo extraclasse - estudantes do ensino médio do IFPR Ivaiporã, 2015

Questão:	Estudantes	
	Nº	%
18. Quantos dias por semana você realiza estudos extraclasse?		
Nenhum	13	21%
De 1 a 2 dias	26	42%
De 2 a 3 dias	09	14,5%
De 3 a 4 dias	08	12,9%
De 4 a 5 dias	03	4,8%
Todos os dias da semana	03	4,8%

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

A questão nº 19 que encerrava o questionário apresentava um espaço para o estudante se manifestar, escrevendo alguma sugestão, reclamação ou crítica sobre o IFPR *Campus* Ivaiporã. Dos 65 participantes, 22 não responderam (33,8%), enquanto a maioria, 43 estudantes (66,2%), deixou algum comentário. O contexto dos comentários foram todos sobre reclamações

e sugestões sobre assuntos do dia a dia escolar que segundo a opinião dos estudantes, precisam de melhorias. Como foram muitas respostas e os participantes comentaram sobre vários assuntos, as sugestões e reclamações foram organizadas por temas: infraestrutura/organização escolar, relação professor x aluno, processo de ensino-aprendizagem e assistência estudantil, buscando filtrar nas frases dos participantes suas maiores reivindicações, conforme apresentado na Tabela 20.

Tabela 20: Sugestões, reclamações ou críticas dos estudantes sobre o IFPR, Ivaiporã, 2015

Questão:	Nº de Estudantes
19. Você tem alguma sugestão, reclamação ou crítica sobre o IFPR Campus Ivaiporã?	
INFRAESTRUTURA / ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	
Instalação de bebedouro no Bloco 01	04
Salas de aula pequenas	01
Separar Laboratório de Agroecologia de Biologia e Química	01
Falta de materiais didáticos	01
Falta de transporte	01
Preço alto na cantina	05
Falta de iluminação	02
Consertar portas das salas de aula	01
Falta de um campo de futebol e de uma quadra de esportes	01
Tornar uso do uniforme obrigatório	01
Organizar melhor horário de entrada e saída das turmas	02
Falta de materiais e equipamentos nos laboratórios	01
RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO	
Professor “Z” muito inteligente, mas não explica bem e não atende os alunos para reforço	07
Cobranças exageradas dos professores, pressão com os alunos	03
Mais diálogo entre professores, técnicos e alunos	05
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Mudar/melhorar metodologias de ensino de alguns professores	02
Mudar/melhorar metodologias de avaliação	04
Melhor organização dos cursos	02
Estudante deve ter direito de fazer recuperação	03
Realizar treinamentos e orientações para o vestibular	01
Ensino deve ser mais rígido	01
Mudança constante de professores prejudica os alunos	03
Comportamento dos alunos, muita bagunça	02
Aumentar acompanhamento pedagógico e psicológico	01
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
Auxílios estudantis para aqueles que precisam, melhor avaliação socioeconômica	05
Bolsa Estudante Atleta só para aqueles que já praticam esportes	02
Aumento do número de bolsas para participação em projetos	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos estudantes, 2015.

Analisando a Tabela 20, é possível constatar que alguns pontos de reclamação são citados mais vezes, como a reclamação sobre um determinado professor que segundo os estudantes é muito inteligente, mas não explica bem e não atende os alunos para reforço (07), necessidade de mais diálogo entre estudantes, professores e gestores da escola (05), preço alto na cantina (05), melhor distribuição dos auxílios da assistência estudantil (05), adequação das metodologias de avaliação (04) e instalação de um bebedouro no Bloco 01.

Diante da análise das críticas e sugestões dos estudantes, é possível verificar a necessidade de criar na instituição espaços de maior abertura para a participação estudantil, de modo que estes tenham voz mais ativa dentro do *campus* e assim, equipe gestora, corpo docente e técnico administrativo possam compreender o processo de ensino-aprendizagem pela ótica do estudante, criando possibilidades de melhoria na qualidade do ensino.

Finalizando a análise da pesquisa com estudantes, o Quadro 2 apresenta uma síntese dos principais temas abordados nos questionários e a opinião dos participantes.

Quadro 2: Síntese das respostas dos estudantes, Ivaiporã, 2015

Quadro síntese – Análise dos questionários com estudantes	
Assunto abordado	Síntese dos resultados
Desempenho escolar em 2014	✓ Alto índice de conceitos “D” (insatisfatório) nos Bimestres – 76,2%
Matérias com dificuldades	✓ Não recebeu acompanhamento individual do professor – 52%; ✓ Não foi encaminhado para o reforço – 40%; ✓ Não recebeu acompanhamento da equipe pedagógica – 60%; ✓ Não teve auxílio da família nos estudos domésticos – 37%
Estudo e trabalho	✓ Só estudam – 86,1% ✓ Trabalham e estudam – 13,9%
Avaliação dos estudantes em relação ao processo de ensino-aprendizagem no <i>campus</i>	✓ Relação professor x aluno, acompanhamento psicológico e da assistência social, metodologias de ensino, condições de oferta dos cursos, avaliados como “bom” e “ótimo”; ✓ Acompanhamento pedagógico avaliado como Regular (32,8%).
Reprovação -Por que o aluno reprova?	✓ Falta de esforço e interesse do estudante – 75%; ✓ Falta de esforço e influência de problemas familiares – 6,6%; ✓ Metodologias de ensino, relação com professor – 18,3%
Porque estudar no IFPR	✓ Oferece ensino de qualidade – 95,2% ✓ Pretende se formar em um curso técnico – 66,7% ✓ Pretende passar no vestibular – 84,1% ✓ Os amigos estudam no IFPR – 12,7% ✓ Possibilidade de receber auxílio financeiro – 31,7%
Sobre a assistência estudantil	✓ Estudantes que recebem auxílio estudantil – 96,87% ✓ A assistência estudantil contribui para o sucesso escolar – 76,2% ✓ A participação nos projetos de pesquisa contribui para o desenvolvimento dos alunos – 96,8% ✓ A assistência estudantil contribui para que o aluno não desista dos estudos – 74,5%
Tempo dedicado aos estudos	✓ Ensino Fundamental, máximo de 2 horas – 90,4% ✓ Ensino Médio, máximo de 2 horas – 80,5% ✓ Estudo extraclasse, diariamente – 4,8%
Sugestões, reclamações e críticas	✓ Relação professor x aluno; ✓ Metodologias de avaliação; ✓ Mudança constante de professores; ✓ Melhor avaliação socioeconômica para distribuição de auxílios estudantis.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da resposta dos estudantes, 2015.

Os resultados obtidos na pesquisa, relacionados no Quadro 2, apresentam pontos críticos da organização didático-pedagógica do *campus* IFPR Ivaiporã e que serão considerados nas ações do plano de intervenção, apresentado no capítulo 3.

2.4.2 Questionários com professores

Pesquisar a opinião dos docentes que estão atuando no IFPR *campus* Ivaiporã, teve por objetivo analisar a visão destes com relação à proposta pedagógica dos Institutos Federais e sobre o tema da reprovação, buscando compreender como eles podem colaborar com o avanço da implementação e cumprimento das missões e valores do IFPR na região.

Conforme Lück (2009),

Os professores são profissionais que influem diretamente na formação dos alunos, a partir de seu desempenho baseado em conhecimentos, habilidades e atitudes e sobretudo por seus horizontes pessoais, profissionais e culturais. De sua postura diante da vida, dos desafios, da educação e das dificuldades do dia-a-dia depende a qualidade de seu trabalho. Professores bem informados e bem formados são fundamentais para a orientação competente de seus alunos. Sua atuação junto de seus alunos deve ser aberta, com forte liderança e perspectivas positivas orientadas para o sucesso. Professores com elevadas expectativas no sentido de fazer diferença na aprendizagem de todos e cada aluno são aqueles que mais contribuem para a formação desses (LÜCK, 2009, p.21).

Diante do exposto, compreendemos que professores comprometidos com o Projeto Político Pedagógico da escola e que criam laços profissionais e relacionais com servidores, estudantes, familiares e demais membros da comunidade escolar, são peças fundamentais na melhoria da qualidade do ensino ofertado e no sucesso escolar dos estudantes.

Para conhecer o perfil dos docentes do IFPR *Campus* Ivaiporã e a opinião dos mesmos com relação ao processo de ensino-aprendizagem do IFPR; as políticas afirmativas e de assistência estudantil, foi elaborado um questionário com questões objetivas e discursivas para ser respondido de forma voluntária e anônima, a partir de um link enviado por e-mail que tornava possível o acesso ao questionário online elaborado no Google Drive. O e-mail foi enviado quatro vezes durante duas semanas, para todos os professores efetivos do *campus* Ivaiporã. Na ocasião da pesquisa, o IFPR *Campus* Ivaiporã contava com 31 servidores docentes, sendo 26 efetivos, 04 substitutos e 01 temporário. Dos 26 efetivos, que foram o alvo da pesquisa, 04 estavam em afastamento para mestrado, doutorado ou licença maternidade e 14 (53,8%) responderam ao questionário.

Dos 14 professores pesquisados, 08 homens e 06 mulheres, 01 tem doutorado, 08 tem mestrado, 04 possuem especialização e um é graduado. Sobre a área de formação em nível superior de cada pesquisado, 07 possuem Licenciatura, 03 são bacharéis, 02 são Engenheiros e 02 declaram ter cursado a Licenciatura e o Bacharelado.

A questão nº 03 versava sobre o tempo de trabalho como docente, tanto no IFPR quanto em outras instituições. Como podemos verificar na Tabela 21, apenas 02 professores possuem tempo inferior a 5 anos de docência, mas como docentes no IFPR, um não respondeu, 04 possuem acima de 4 anos na instituição e 09 (64,2%) entraram recentemente, possuindo menos de 1 ano e meio de exercício no IFPR. O número elevado de novos servidores docentes na instituição explica-se pela expansão dos cursos e pela saída de professores mais antigos que conseguiram a remoção para outro *campus* de seu interesse. Nos últimos 18 meses antes da pesquisa, 11 professores efetivos entraram na instituição e 09 deles responderam o questionário (82%), demonstrando um interesse efetivo em colaborar com pesquisas sobre o IFPR. Em contrapartida, dos professores com mais tempo de exercício no *campus*, apenas 33 % responderam o questionário.

Tabela 21: Tempo de trabalho como docente – Questionário com Professores, Ivaiporã, 2015

Questões:				
Tempo de trabalho como docente:	Nº de docentes		Tempo de trabalho como docente no IFPR:	Nº de docentes
Mais de 10 anos	03		Mais de 10 anos	---
De 7 a 10 anos	05		De 7 a 10 anos	---
De 3 a 6 anos	05		De 3 a 6 anos	04
De 1 a 2 anos	---		De 1 a 2 anos	01
Menos de 1 ano	01		Menos de 1 ano	08
			Não respondeu	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos professores, 2015.

As questões de nº 04 e 05, que ainda abordavam o tema da experiência profissional docente, perguntavam sobre as instituições de ensino (públicas ou privadas) que o professor já trabalhou e quais os níveis e modalidades de ensino que o entrevistado já atuou. Dos respondentes, 10 declararam ter experiência anterior tanto em escola pública como em escola particular, 03 declararam que antes do IFPR, só atuaram em escola de rede

privada e um declarou que ser professor no IFPR é sua primeira experiência com a docência.

Em relação à experiência com a educação profissional, dos 14 participantes, 06 já atuaram como docente em cursos técnicos apenas da rede pública, 01 declarou que já atuou em cursos técnicos tanto da rede pública como da rede privada e 07 professores (50%) declararam que o IFPR é sua primeira experiência com a educação profissional.

Na questão nº 05, sobre a experiência de atuação dos professores nos diferentes níveis e modalidades de ensino, de acordo com a Tabela 22 é possível verificar que as experiências docentes são bem diversificadas entre os participantes. Apenas 02 professores responderam ter experiência com um único nível de ensino: um somente com ensino médio e outro somente com educação profissional. Um professor declarou ter experiência em todos os níveis e modalidade de ensino citados e os demais assinalaram pelo menos três experiências.

Tabela 22: Experiência nos diversos níveis e modalidades de ensino – questionário com professores, Ivaiporã, 2015

Questão 05 – experiência docente		Professores	
Níveis e modalidades de ensino	Nº	%	
Educação Infantil	02	14,3	
Ensino Fundamental I	05	35,7	
Ensino Fundamental II	09	64,3	
Ensino Médio	12	85,7	
EJA	04	28,6	
Educação Profissional	07	50,0	
Magistério Superior	07	50,0	
EAD	02	14,3	

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos professores, 2015.

Como se verifica na Tabela 22, os níveis de ensino que os professores mais declararam ter experiência foram o Ensino Médio (85,7%) e o Ensino Fundamental (64,3%), seguidos por Educação Profissional (50%) e Magistério Superior (50%).

A questão nº 06 buscou investigar quais os principais motivos que levaram os professores a escolherem trabalhar no IFPR e foi solicitado ao participante que avaliasse as opções apresentadas em uma escala, sendo CP

– Concordo Plenamente, C – Concordo, D – Discordo, DP – Discordo Plenamente. Todos os participantes responderam e podemos verificar o resultado das respostas na Tabela 23.

Tabela 23: Avaliação dos professores – Escolha em ser docente no IFPR, Ivaiporã, 2015

Questões:	Concordo plenamente		Concordo		Discordo		Discordo plenamente	
6. Em relação a sua escolha em ser docente no IFPR:	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pelo plano de carreira docente e incentivo a qualificação	07	50	07	50	----	----	----	----
Pela remuneração e possibilidades de gratificações	07	50	07	50	----	----	----	----
Pela estabilidade do serviço público federal	08	57,1	06	42,8	----	----	----	----
Devido minha formação para atuar em cursos técnicos	04	28,6	05	35,7	04	28,6	01	7,1
Porque acredito na proposta curricular, missão e valores dos IFs	08	57,1	05	35,7	----	----	01	7,1
Porque surgiu a oportunidade de fazer um concurso público	06	42,8	05	35,7	02	14,3	01	7,1
Por incentivo de meus amigos e familiares	04	28,6	06	42,8	03	21,4	01	7,1

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos professores, 2015.

Segundo as respostas dos professores para a questão nº 06 relacionadas na Tabela 23, sobre os motivos que levaram o professor a ser docente no IFPR, verificamos que nos itens “Pelo plano de carreira docente e incentivo a qualificação” e “Pela remuneração e possibilidades de gratificações” 100% dos participantes responderam que concordam (50%) e que concordam plenamente (50%) e no item “Pela estabilidade do serviço público federal”, da mesma forma, 100% dos participantes responderam que concordam plenamente (57,1%) e concordam (42,8%), demonstrando que a remuneração e a estabilidade são fatores fundamentais na escolha do concurso público para trabalhar no IFPR.

Ainda na questão nº 06, no item “Devido à minha formação para atuar em cursos técnicos”, 28,6% respondeu que concordam plenamente, 35,7% afirmou que concordam, 28,6% respondeu que discorda e um participante respondeu que discorda plenamente. Sobre a credibilidade dos professores na proposta curricular, missão e valores dos Institutos Federais, apenas um professor respondeu que discorda plenamente que escolheu atuar no IFPR por este motivo e os demais responderam que concordam (35,7%) e

concordam plenamente (57,1%). No item “Porque surgiu a oportunidade de fazer um concurso público” 78,5% dos participantes responderam que concordam (35,7%) e concordam plenamente (42,8%) e apenas 21,4% declararam que não fizeram o concurso simplesmente porque surgiu a oportunidade, demonstrando que já estudavam e se planejavam para esta realização.

No último item da questão nº 06 “Por incentivo de meus amigos e familiares”, 71,5% dos professores respondeu que receberam este incentivo, mas 28,5% afirmaram que não escolheram atuar no IFPR por incentivo de familiares e amigos.

A questão nº 7, que abordava o tema da relação do professor com a região e com o município de Ivaiporã, buscou identificar a profundidade dos vínculos que os professores possuem com a comunidade escolar e se sua atuação no *campus* trará estabilidade para os estudantes ou se o professor não deseja fixar-se com sua família na região.

Tabela 24: Avaliação dos professores – Relação com o *campus* IFPR Ivaiporã, Ivaiporã, 2015

Questões:	SIM		NÃO		Sem resp.
7. Em relação ao <i>campus</i> para o qual prestou o concurso:	Nº	%	Nº	%	
Já morava no município ou região	02	14,3	12	85,7	----
Minha família mora no município ou região	03	21,4	11	78,6	----
Continuo morando em outro município, fico em Ivaiporã nos dias de trabalho	04	28,6	10	71,4	----
Mudei-me para o município ou proximidades COM a família	03	21,4	11	78,6	----
Mudei-me para o município ou região sozinho	08	57,1	06	42,9	----
Pretendo conseguir remoção para um local mais próximo de minha família e/ou outra região.	05	41,7	07	58,3	02

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos professores, 2015.

Analisando a Tabela 24 com as respostas dos professores para a questão 07, é possível notar que quando os participantes da pesquisa escolheram fazer o concurso público para o IFPR, sabendo que seriam lotados no município de Ivaiporã, 85,7% não morava no município ou região e 78,6 % não possuíam familiares morando na cidade ou entorno. Ao iniciarem as

atividades no *campus*, 78,5% declararam que fixaram residência em Ivaiporã ou região, sendo que 57,1% mudaram-se sozinhos e apenas 21,4% trouxe a família. Dos respondentes, 28,6% afirmaram que continuam morando em outro município e só ficam em Ivaiporã durante os dias de trabalho. Finalizando a questão, no item “Pretendo conseguir remoção para um local mais próximo de minha família e/ou outra região”, 02 participantes não responderam, 58,3% dos respondentes declararam que não, mas 41,7% responderam que pretendem deixar o *campus* de Ivaiporã e se instalar em outra região de seu interesse, o que poderia criar uma descontinuidade de seu trabalho docente na instituição. Além disso, este dado está em acordo com as reclamações dos estudantes sobre as mudanças de professores.

Por Ivaiporã ser um município pequeno, do interior do Paraná, aqueles que vieram de outras regiões, principalmente dos grandes centros, muitas vezes não se adaptam na região e assim que encontram uma oportunidade, deixam o *campus*. Morar na região e ter a cidade como sua residência fixa, facilita a presença do professor no *campus*, a participação em reuniões e eventos, proporciona a integração da equipe de professores e é fator fundamental para desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão que contribuam para o desenvolvimento local e regional, que é uma das finalidades dos IFs.

A questão nº 08 solicitava ao participante que avaliasse o processo de ensino-aprendizagem no *Campus*, em uma escala de 1 a 4, sendo 1-Ruim, 2- Regular, 3- Bom e 4-Ótimo. Todos os participantes responderam, conforme demonstrado na Tabela 25.

Tabela 25: Avaliação dos professores – Processo de ensino-aprendizagem no IFPR, Ivaiporã, 2015

Questões:	1-RUIM		2-REGULAR		3- BOM		4-ÓTIMO		Sem resp.
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
08. Sobre o processo de ensino-aprendizagem no IFPR:									
Relação professor x aluno	02	14,3	02	14,3	07	50,0	03	21,4	---
Metodologias e instrumentos de ensino	02	14,3	03	21,4	08	57,1	01	7,2	---
Laboratórios e equipamentos	02	14,3	06	42,8	05	35,7	01	7,2	---
Propostas curriculares dos cursos	---	0,0	06	42,8	07	50,0	01	7,2	---
Organização e planejamento dos	04	28,5	07	50,0	02	14,3	01	7,2	---

eixos									
Dedicação e compromisso dos alunos	02	14,3	09	64,3	03	21,4	---	0,0	---
Participação da família no processo	02	16,7	09	75	01	8,3	---	0,0	02
Dedicação e compromisso dos docentes	---	0,0	04	28,6	07	50,0	03	21,4	---
Acompanhamento pedagógico	---	0,0	02	15,4	07	53,8	04	30,8	01
Acompanhamento psicológico	01	7,7	01	7,7	07	53,8	04	30,8	01
Acompanhamento e assistência social da família	02	16,7	---	0,0	07	58,3	03	25	02
Dedicação e compromisso dos coordenadores de cursos	01	7,3	04	28,6	04	28,5	05	35,7	---
Dedicação e compromisso da equipe gestora	---	0,0	04	30,8	06	46,1	03	23,1	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos professores, 2015.

A questão nº 08 também foi realizada com os estudantes (questão nº 10 do questionário com estudantes), mas em uma abordagem diferente da que foi feita com os professores. Comparando as perguntas semelhantes para ambos os questionários, professores e estudantes classificaram os itens “relação professor x aluno” e “metodologias de ensino” como “bom”, no item sobre laboratórios, equipamentos e condições de oferta, os estudantes classificaram como “bom” (43,7%) e os professores classificaram como “regular” (42,8%) e sobre os itens de acompanhamento pedagógico, psicológico e social, a maioria dos docentes classificaram como “bom” e os estudantes já tiveram impressões diferentes, classificando os acompanhamentos psicológico e social como “bom” e “ótimo” e o acompanhamento pedagógico como “regular”.

Ainda na questão nº 08, nos itens que foram específicos para o questionário com os professores, verificamos na Tabela 25 que as questões sobre o processo de ensino-aprendizagem no *campus* foram em sua maioria classificadas como “regular” e “bom”, ficando apenas o item “Dedicação e compromisso dos coordenadores de curso” classificado como “ótimo” (35,7%). Os demais itens melhores classificados, que obtiveram a resposta “Bom”, foram: “Propostas curriculares dos cursos” (50%), “Dedicação e compromisso dos docentes” (50%) e “Dedicação e compromisso da equipe gestora” (46,1%). Os itens “Organização e planejamentos dos eixos” (50%), “Dedicação e

compromisso dos alunos” (64,3%), “participação da família no processo” (75%) foram classificados como “regular”.

A questão nº 09 foi apresentada para que o professor pudesse escrever sua opinião sobre quais os impactos que a reprovação pode causar na vida escolar do estudante. Dos 14 participantes, 01 não respondeu. O Quadro 3 apresenta as respostas dos participantes.

Quadro 3: Impactos da reprovação na vida escolar dos estudantes –respostas dos professores, Ivaiporã, 2015

Impactos da reprovação na vida escolar dos estudantes - respostas dos professores
Participante 01 não respondeu.
“Há aspectos negativos e positivos. Quanto aos negativos, há a desmotivação e a sensação de fracasso. Por outro lado, há impactos positivos, como a cobrança e o desenvolvimento de senso de responsabilidade, que ajuda a refletir que seus atos e escolhas apresentam consequências.” (Participante 02).
“Pode gerar impactos tanto positivos, como negativos. Os positivos seriam no caso do estudante entender que a reprovação não é uma punição e sim uma oportunidade de rever aquilo que deixou de fazer para conseguir alcançar o nível esperado para estudantes de sua idade e nível; já o impacto negativo seria no caso do estudante entender a reprovação como uma punição e sentir-se desmotivado para ir à escola, chegando ao ponto de desistir dos estudos.” (Participante 03).
“choque de realidade” (Participante 04)
“O impacto pode ser negativo, mas em alguns casos necessário, para o amadurecimento do próprio aluno” (Participante 05).
“Ou ele se mostra persistente e estuda mais no ano seguinte; ou ele desiste.” (Participante 06).
“Não há um consenso nesse caso. Depende do aluno e das circunstâncias. Se o aluno tem dificuldades em conteúdos básicos que são pré-requisitos para o próximo ano, a reprovação irá preencher essa lacuna com o fato dele ter mais um ano para se preparar melhor. No entanto se houver alguma situação externa, que foge ao seu domínio e o deixa vulnerável por um período, ocasionando a reprovação, isso pode gerar traumas por ser o aluno capaz de acompanhar no próximo ano.” (Participante 07).
“A reprovação não pode ser uma punição na vida do estudante, a reprovação nada mais é do que uma forma do aluno corrigir as deficiências que ficaram durante o ano letivo. Assim, essa reprovação pode motivá-lo e causar melhora no rendimento escolar visto que seus conceitos serão revistos.” (Participante 08).
“Desmotivação.” (Participante 09)
“Desmotivação.” (Participante 10)
“Desestimula o estudante, com a reprovação dá a sensação de que você perdeu tempo.” (Participante 11).
“Principalmente, a desmotivação. Porém, devemos compreender quais são os motivos da reprovação, pois o impacto da reprovação tem relações íntimas com os motivos da mesma.” (Participante 12).
“Existe a possibilidade de ser positiva, quando o aluno realmente apresenta dificuldades e impossibilidade de acompanhar a próxima série, ou de modo negativo quando o aluno que reprovou não consegue superar o estigma da reprovação e avançar em sua formação.” (Participante 13).
“Depende da situação.” (Participante 14).

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos professores, 2015.

Como podemos conferir no Quadro 3, das respostas obtidas, de forma geral, todos os participantes afirmaram que mesmo que a reprovação

tenha aspectos positivos, a desmotivação e a sensação de fracasso são aspectos de grande impacto na vida escolar do estudante. Contudo, muitos professores acreditam que a reprovação possa ser positiva para o aluno.

Esta visão dos professores sobre a reprovação fundamenta a reflexão de Paro (2002) de que a reprovação e o fracasso escolar no Brasil são sempre encarados como responsabilidade do aluno, como se o sucesso escolar “dependesse apenas dele, de seu esforço, de sua inteligência, de sua vontade” (Paro 2002). Na pesquisa com estudantes, assim como na resposta dos professores, é possível verificar, com também afirma Paro (2002), que é extremamente necessário não utilizar a reprovação como um recurso pedagógico ameaçador ou punitivo, mas desenvolver no estudante o hábito de estudar. O autor acrescenta ainda que

A verdadeira motivação deve estar no próprio estudo que precisa ser prazeroso e desejado pelo aluno. Nisso se resume o papel essencial da escola: levar o aluno a querer aprender. Este é um valor que não se adquire geneticamente; é preciso uma consistente relação pedagógica para apreendê-lo. Sem ele, o aluno só estuda para se ver livre do estudo, respondendo a testes e enganando a si, aos examinadores e à sociedade (Paro 2002).

Na sequência no questionário, ainda tratando do assunto sobre a reprovação escolar, a questão nº 10 perguntava ao professor se durante sua carreira docente ele já havia reprovado algum aluno e no caso de reprovação, quais foram os motivos que levaram o professor a tomar esta decisão. Dos participantes, 11 responderam que já reprovaram alunos (78,6%) e 03 responderam que não (21,4%). Dos professores que responderam que já reprovaram alunos, os motivos apresentados foram desinteresse do aluno, falta de domínio de conteúdos básicos e necessários para seguir no próximo ano escolar, indisciplina e infrequência nas aulas.

A questão nº 11 que finalizou o questionário com professores, abordava o tema das políticas de inclusão e de assistência estudantil do IFPR. Conforme a Tabela 26, verificamos como os participantes avaliaram os itens citados, em uma escala, sendo CP – Concordo Plenamente, C – Concordo, D – Discordo, DP – Discordo Plenamente.

Tabela 26: Avaliação dos professores – Cota de inclusão e Assistência Estudantil, Ivaiporã, 2015

Questões:	Concordo plenamente		Concordo		Discordo		Discordo plenamente		Sem resp
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
11. A assistência estudantil no IFPR:									
A cota de inclusão de 80% do IFPR é um avanço na luta contra a desigualdade social e racial	04	28,6	05	35,7	05	35,7	----	----	----
Os alunos que entram por cotas apresentam déficit de aprendizagem	04	28,6	06	42,9	03	21,4	01	7,1	----
Os alunos que entram por cotas conseguirão concluir o curso no IFPR	03	23,1	08	61,5	02	15,4	----	----	01
O recurso financeiro da assistência estudantil contribui para o sucesso escolar do aluno	03	21,4	07	50,0	04	28,6	----	----	----
O tempo dedicado aos projetos de pesquisa atrapalha os estudos dos alunos	----	----	01	7,1	04	28,6	09	64,3	----
Os auxílios financeiros deveriam ser condicionados às notas dos alunos	04	28,6	05	35,7	01	7,1	04	28,6	----
O envolvimento nas pesquisas promove o desenvolvimento do aluno	10	71,4	03	21,5	---	----	01	7,1	----
O recurso financeiro não é suficiente para auxiliar o aluno e família	01	7,1	08	57,2	04	28,6	01	7,1	----
A assistência estudantil contribui para que o aluno não desista dos estudos	04	28,6	10	71,4	----	0,0	----	0,0	----

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas dos professores, 2015.

Segundo as respostas dos professores para a questão nº 11 relacionadas na Tabela 26, verificamos que no item “A cota de inclusão de 80% do IFPR é um avanço na luta contra a desigualdade social e racial”, 28,6% dos participantes responderam que “concordam plenamente”, 35,7% “concordam” e 35,7% discordam, apontando para um índice considerável de docentes que discordam da política afirmativa de inclusão do IFPR. Na afirmativa “Os alunos que entram por cotas apresentam déficit de aprendizagem”, 71,5% dos professores responderam que “concordam” (42,9%) e “concordam plenamente” (28,6%) e 28,5% negam esta afirmativa, respondendo que “discordam” (21,4%) e “discordam plenamente” (7,1%).

Ainda na questão nº11, em relação ao item “Os alunos que entram por cotas conseguirão concluir o curso no IFPR”, um participante não respondeu e dos respondentes, apenas 15,4% acredita que os estudantes cotistas não alcançarão sucesso escolar no IFPR, enquanto que 23,1% responderam que “concorda plenamente” com esta possibilidade e 61,5% respondeu que “concorda”. No quesito “O recurso financeiro da assistência estudantil contribui para o sucesso escolar do aluno”, uma questão também

realizada com os estudantes, 71,4% dos professores respondeu que concordam (50%) e concordam plenamente (21,4%) e apenas 28,6% responderam que discorda, um resultado bem próximo da resposta dos estudantes, que ficou em 76,2% de respostas favoráveis e 23,8% de respostas afirmando discordar que o recurso financeiro da assistência estudantil contribui para o sucesso escolar do aluno. No item “O tempo dedicado aos projetos de pesquisa atrapalha os estudos dos alunos”, também questionado com estudantes, 92,9% dos professores respondeu que discorda (28,6%) e discorda plenamente (64,3%), com apenas 7,1% respondendo que “concorda”. No caso dos estudantes, nesta questão, 30,1% dos participantes acredita que dedicar tempo para participação de projetos de pesquisa atrapalha no tempo de estudo dos alunos.

Na sequência dos quesitos da questão nº 11, foi abordado se os professores concordavam ou não que “Os auxílios financeiros deveriam ser condicionados às notas dos alunos” e 64,3% respondeu que “concorda plenamente” (28,6%), e “concorda” (35,7%), enquanto que 35,7% manifestou-se contrário a esta afirmativa, de forma a acreditar que não deva existir este condicionamento entre notas e auxílios assistenciais ao estudante do IFPR. Sobre “O envolvimento nas pesquisas promove o desenvolvimento do aluno”, assim como os estudantes (96,8%), a maioria dos professores participantes (92,9%) respondeu de forma afirmativa, demonstrando que tanto na visão do professor, quanto do aluno, a oportunidade que os estudantes têm de participar do desenvolvimento de pesquisas dentro do *campus*, é uma experiência enriquecedora para o processo de ensino-aprendizagem.

No item “o recurso financeiro não é suficiente”, houve diferença entre as respostas de professores e estudantes. Enquanto que a maioria dos professores (64,3%) afirmou que o recurso é pouco para as famílias, a maioria dos estudantes (58,7%) afirmou que não acredita que o recurso seja pouco. Esta oposição de opiniões pode ser justificada pela maturidade e experiência financeira dos professores que são chefes de família e dos estudantes (a maioria adolescentes) que usam o recurso recebido apenas para suprir algumas de suas necessidades pessoais, não incorporando o dinheiro da assistência estudantil na renda familiar.

No último item da questão nº 11 “A assistência estudantil contribui para que o aluno não desista dos estudos” 100% dos professores participantes respondeu que concordam (71,4%) e concordam plenamente (28,6%), que os auxílios da assistência estudantil contribuem para o combate a evasão.

Por fim, o Quadro 4 apresenta uma síntese da análise dos principais temas abordados nos questionários com os professores, a opinião dos participantes e os dados mais relevantes diagnosticados nesta pesquisa.

Quadro 4: Síntese das respostas dos professores, Ivaiporã, 2015

Quadro síntese – Análise dos questionários com professores	
Assunto abordado	Síntese dos resultados
Tempo de exercício do magistério acima de 3 anos	✓ Geral: 10 professores (71,4%) ✓ No IFPR: 04 professores (28,6%)
Experiência nos diferentes níveis e modalidades do ensino	✓ Ens. Fund. I – 35,7% ✓ Ens. Fund. II – 64,3% ✓ Ensino Médio – 85,7% ✓ Educação Profissional – 50% ✓ Magistério Superior – 50%
Por que trabalhar no IFPR	✓ Pelo plano de carreira, incentivo à qualificação, remuneração, estabilidade – 100% ✓ Pela proposta curricular do IFPR – 92,8%
Relação do professor com o <i>campus</i>	✓ NÃO morava em Ivaiporã – 85,7% ✓ Mudou-se para Ivaiporã com a família – 21,4% ✓ Mudou-se para Ivaiporã sozinho – 57,1% ✓ Continua morando em outro município – 71,4% ✓ Pretende conseguir remoção – 41,7%
Processo de ensino-aprendizagem	Classificados como “regular”: ✓ Laboratórios e equipamentos; ✓ Organização e planejamento dos eixos; ✓ Dedicção e compromisso dos alunos; ✓ Participação da família no processo.
Impacto da reprovação na vida escolar do estudante	De forma geral, todos os participantes afirmaram que mesmo que a reprovação tenha aspectos positivos, a desmotivação e a sensação de fracasso são aspectos de grande impacto na vida escolar do estudante. Contudo, muitos professores acreditam que a reprovação possa ser positiva para o aluno. ✓ Já reprovaram alunos – 78,6% Causas apresentadas: desinteresse do aluno, falta de domínio de conteúdos básicos e necessários para seguir no próximo ano escolar, indisciplina e infrequência nas aulas.
Sobre a cota de inclusão	✓ A cota de inclusão de 80% do IFPR NÃO é um avanço na luta contra a desigualdade social e racial – 35,7%; ✓ Os alunos que entram por cotas apresentam déficit de aprendizagem – 71,5%; ✓ Os alunos que entram por cotas conseguirão concluir o curso no IFPR – 84,6%
Sobre a assistência estudantil	✓ A assistência estudantil contribui para o sucesso

	escolar – 71,4% ✓ Os auxílios financeiros deveriam ser condicionados às notas dos alunos – 64,3% ✓ A participação nos projetos de pesquisa contribui para o desenvolvimento dos alunos – 92,9% ✓ A assistência estudantil contribui para que o aluno não desista dos estudos – 100%
--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir da resposta dos professores, 2015.

Os resultados obtidos na pesquisa com professores, relacionados no Quadro 4, apresentam situações relevantes do dia a dia escolar do *campus* IFPR Ivaiporã que foram consideradas na elaboração das ações do plano de intervenção, apresentado no capítulo 3.

2.4.3 Entrevistas com gestores do *campus* Ivaiporã/PR

Para compreender a visão dos gestores escolares sobre os aspectos positivos e negativos da implantação de um *campus* do IFPR no município de Ivaiporã, foram realizadas entrevistas com o Diretor-Geral do *campus* e com a coordenadora de ensino. Ambos os gestores são pioneiros na implantação do IFPR em Ivaiporã, fazendo parte dos 15% dos docentes que entraram em 2010 e permanece lotado no *campus* até 2015, um fator importante, pois ambos podem falar com propriedade sobre a expansão e os resultados obtidos no decorrer destes 5 anos de funcionamento da instituição na cidade.

2.4.3.1 Entrevista com o diretor-geral do *campus* Ivaiporã/PR

Na entrevista com o Diretor-Geral, foi abordado o tema do impacto na comunidade com a implantação de uma unidade do IFPR na região. Segundo o diretor, o impacto foi positivo em vários aspectos, como social, educacional, econômico, proporcionando inclusão social e racial e possibilidade de receber auxílios estudantis, ofertando educação básica e profissional de qualidade, superior ao nível do ensino ofertado pelas escolas públicas da região e o desenvolvimento de um trabalho educativo focado no desenvolvimento de pesquisas e extensão na região.

A respeito do Estatuto do IFPR, o qual aponta que uma das missões da Instituição é contribuir para o desenvolvimento dos arranjos

produtivos locais o entrevistado relatou que Ivaiporã ainda não tem um arranjo produtivo local organizado e esta é uma das metas do IFPR na região. O eixo produtivo que mais se desenvolve na região e que possui alguns conselhos organizados e instituições governamentais que estão trabalhando para fomentá-la, é a agricultura familiar e neste sentido os professores do eixo da Agroecologia estão bem engajados nos debates e na produção de pesquisa e extensão para contribuir na consolidação deste arranjo produtivo local.

Na sequência foi abordado o tema dos altos índices de reprovação no IFPR e qual a opinião do diretor sobre a causa deste fenômeno. O diretor reconheceu que o *campus* tem apresentado altos índices de reprovação no ensino médio desde que iniciou sua oferta em 2012, tendo como motivo mais forte a defasagem de conhecimentos escolares anteriores que os estudantes chegam ao *campus*, mas garantiu que a equipe gestora e pedagógica tem se organizado para acompanhar o aluno visando reduzir os índices de reprovação e os resultados já começam a aparecer.

Sobre o impacto local e regional de uma cota de inclusão social e racial de 80% estabelecida do IFPR no processo seletivo de alunos de 2015 e se o *campus* alcançou esta meta de inclusão, o diretor respondeu que o impacto é positivo, pois abre oportunidade para os menos favorecidos e que a cota de 80% não foi alcançada porque muitos que se inscreveram para cotas não passaram no processo seletivo, pois foram reprovados na redação, abrindo as vagas para os candidatos de ampla concorrência.

Dando continuidade a entrevista, o diretor foi questionado sobre os investimentos previstos para os próximos anos no IFPR Ivaiporã e como estes investimentos poderão contribuir para a melhoria da qualidade de ensino ofertada no *campus*. Afirmou que em 2015, com o contingenciamento de recursos do MEC, o *campus* não poderá avançar, mas até o momento os investimentos estão direcionados para infraestrutura, pois o *campus* está em processo de implantação. Segundo o diretor,

“Ainda falta construirmos um refeitório para atender os estudantes que passam o dia inteiro no *campus* com alimentação de qualidade, quadra poliesportiva, mais salas de aula, laboratórios, inclusive um laboratório didático que será um laboratório coringa, multiuso, utilizado por todas as áreas” (DIRETOR DO CAMPUS IVAIPORÃ, entrevista realizada em 16 de junho de 2015).

Finalizando a entrevista, o diretor foi questionado sobre o que o IFPR *Campus Ivaiporã* está fazendo e ainda pode fazer para melhorar a qualidade do ensino e reduzir os índices de reprovação, em relação aos professores, estudantes e servidores e quanto às condições de oferta. O professor e diretor-geral relatou que para melhorar a qualidade do ensino com os estudantes, a equipe pedagógica está sendo orientada para trabalhar com atendimento individual e orientações coletivas sobre práticas de leitura e de estudo, principalmente após o impacto negativo de muitas notas baixas no início do ano letivo. Em relação à capacitação e motivação dos professores, existe a liberação de 16h dedicadas à pesquisa e extensão para o aperfeiçoamento em mestrado e doutorado e o professor fica em sala de aula no máximo 16h, tendo tempo para atendimento aos estudantes. Os técnicos administrativos também possuem o incentivo à qualificação e liberação para estudos de capacitação externa.

Em relação às atividades de ambientação de novos docentes e técnicos, principalmente porque o *campus* recebe servidores de todos os lugares do Brasil, a partir de 2015 o *campus* começou a realizar encontros de capacitação com o foco de contextualização, apresentando as demandas locais, a história do *campus* e da região, quem são os alunos, público alvo, metodologias de ensino do IFPR, entre outros assuntos.

Na entrevista, o diretor, que está no *campus* desde 2010 e na direção geral desde 2012, é possível notar que o mesmo está atento aos problemas apresentados no *campus* e buscando alternativas de trabalho, tanto na dificuldade de aprendizagem dos estudantes, que muitas vezes resulta na reprovação escolar quanto na necessidade de todos os professores e técnicos administrativos trabalharem juntos na elaboração de estratégias para melhorar a qualidade de ensino ofertada no *campus*.

2.4.3.2 Entrevista com a coordenadora de ensino do *campus* Ivaiporã/PR

Na entrevista com a coordenadora de ensino, buscou-se ouvir a opinião da coordenadora sobre a existência de algum diferencial entre o ensino médio oferecido em uma escola da rede pública estadual e o ensino médio

oferecido no IFPR. Segundo a coordenadora, existe um diferencial no nível de escolaridade dos professores que são em sua maioria mestres e doutores, nos recursos didáticos dos laboratórios e equipamentos e na possibilidade do estudante desde cedo participar do desenvolvimento de pesquisas, tendo maior acesso ao conhecimento científico de diversas áreas do saber e por ser uma escola de educação profissional.

Na sequência, abordou-se o tema da situação atual do ensino médio brasileiro e a coordenadora falou que por muito tempo o ensino médio brasileiro esteve em decadência e só recentemente iniciou-se um movimento no Brasil para inovar esta etapa da educação básica. Conforme a entrevistada, infelizmente o ensino médio é uma fase em que os jovens perdem o interesse pelos estudos, perdem valores morais e familiares, por uma característica própria do adolescente, muitas vezes não tem responsabilidade com o futuro e na maioria das vezes as escolas estão sucateadas, o professor não é valorizado e a família não se envolve com o dia a dia escolar. Nas palavras da coordenadora, que visita escolas de ensino médio da região para divulgar os cursos técnicos do IFPR, na maioria das vezes as turmas de ensino médio estão com poucos alunos em aulas tradicionais, sem motivação. Segundo ela, os investimentos recentes e as propostas de um novo ensino médio no Brasil (entre estas os IFs) ainda vão demorar em mostrar seus resultados.

Na questão 03 foi abordado o tema dos altos índices de reprovação no IFPR e qual a opinião da coordenadora sobre as possíveis causas deste fenômeno. A coordenadora explicou que a reprovação no ensino médio do IFPR possui várias causas, entre elas a defasagem de aprendizagem que os estudantes chegam do ensino fundamental, a falta de organização pessoal, a falta de um hábito de estudo, extremamente necessário para o sucesso escolar. Ela também faz uma crítica sobre a dificuldade de alguns professores que não possuem experiência com estudantes do ensino médio e querem imprimir nestes um ritmo de estudo e de maturidade que eles deverão possuir na graduação. A coordenadora explica que para ter sucesso escolar e terminar o curso com uma formação de qualidade, é necessário que o estudante se comprometa com sua aprendizagem e isso é muito difícil de desenvolver nos jovens.

Para a professora e coordenadora de ensino, na formação do aluno, existe o papel do estudante que precisa ser sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, se envolver com as atividades da escola em todos os aspectos e aproveitar as oportunidades que recebe para tirar suas dúvidas e recuperar conteúdos; existe o papel do professor que deve se posicionar como um mediador da aprendizagem, um incentivador da criatividade, da reflexão, da crítica, do desenvolvimento de valores humanos, na construção da cidadania e respeitar o conhecimento acumulado que o estudante já possui; e também o papel da equipe pedagógica que deve auxiliar os professores e os estudantes nos recursos didáticos e pedagógicos, identificando as principais dificuldades do processo de ensino-aprendizagem.

A última questão da entrevista com a coordenadora foi sobre o que o IFPR *Campus* Ivaiporã está fazendo e ainda pode fazer para melhorar a qualidade do ensino e reduzir os índices de reprovação, quanto aos processos de gestão do ensino, quanto à dinâmica e estruturação das atividades letivas e quanto à adequação das aulas ao perfil do público discente. Nas palavras da coordenadora,

“O *Campus* e o IFPR está em construção e evolução nesses aspectos, por não ter um modelo a seguir, o que é positivo, tem muita coisa em construção e penso que todos, não só os estudantes, mas os professores, gestores e equipe de ensino estão em processo de aprendizagem e ainda existe muita coisa para fazer.”
(COORDENADORA DE ENSINO DO CAMPUS IVAIPORÃ, entrevista realizada em 16 de junho de 2015).

Segundo a coordenadora, é necessário usar com mais eficiência os recursos físicos e humanos que existem no *campus*. Para ela, muitos professores reclamam daquilo que o *campus* ainda precisa adquirir e acabam subutilizando os recursos existentes. Também alega serem absurdos os recursos didáticos que existem no campus e que não são utilizados com os alunos.

Ainda em relação ao que pode ser feito para melhorar o ensino no *campus*, a coordenadora relata que em sua opinião, os professores estão muito preocupados em avaliar a aprendizagem dos estudantes, mas é muito difícil se auto avaliarem no processo de ensino-aprendizagem, em seu fazer pedagógico no uso das metodologias de ensino, isso também serve para a equipe de

ensino e de gestão, se auto avaliam sobre aquilo que estão fazendo equivocadamente para corrigir, o que muitas vezes não acontece.

Sobre a organização das atividades letivas buscando uma adequação ao público discente, a coordenadora afirma que desde quando começou o instituto, a organização das atividades letivas vem evoluindo -“se olhamos para trás, é evidente que melhoramos ao longo do tempo, e isso é positivo, talvez estamos indo um pouco devagar, mas estamos avançando”. (COORDENADORA DE ENSINO DO CAMPUS IVAIPORÃ, entrevista realizada em 16 de junho de 2015)

Na entrevista com a coordenadora de ensino e professora do *campus*, que está no IFPR Ivaiporã desde 2010 e sempre esteve ativa em cargos de coordenação de curso, coordenação de ensino e coordenação de pesquisa e extensão, podemos concluir que assim como o diretor-geral, ela também está ciente dos problemas da reprovação escolar e tem buscado criar alternativas para reduzi-la.

2.4.3.3 Análise das entrevistas com gestores do *campus* Ivaiporã/PR

Nas entrevistas realizadas com o Diretor Geral e com a coordenadora de ensino do *campus*, ambos demonstram conhecer a missão e os valores dos IFs, ter uma boa formação didático-pedagógica e principalmente compreender os estudantes como o foco principal do IFPR como instituição de ensino, considerando as limitações dos mesmos e peculiaridades regionais, o que é um aspecto positivo enquanto gestores na instituição.

Segundo Lück (2009), o papel dos gestores escolares é fundamental enquanto “mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente” (LÜCK, 2009, p.22). Não apenas o Diretor escolar, mas toda a equipe gestora deve assumir a transparência de suas decisões e a responsabilidade pelo desempenho e os resultados apresentados pela escola. Na entrevista com o Diretor Geral e com a coordenadora de ensino do *campus*, foi possível verificar que existe por parte da equipe gestora um trabalho organizacional com este foco.

Ainda sobre a importância do trabalho e da representatividade dos gestores escolares, Lück (2009) também destaca que:

Os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, [...] cabe-lhes promover a abertura da escola e de seus profissionais para os bens culturais da sociedade e para sua comunidade. Sobretudo devem zelar pela constituição de uma cultura escolar proativa e empreendedora capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas cotidianas, utilizando-as como circunstâncias de desenvolvimento e aprendizagem profissional (LÜCK, 2009, p.22).

No IFPR, a Direção Geral, a Diretoria de Ensino Pesquisa e Extensão e a Coordenação de Ensino, desempenham um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico, na questão de planejar, sugerir, implantar e orientar as propostas de recuperação, reforço e nivelamento, realizando o papel burocrático desta atividade, mas professores e estudantes também são peças chave para executar, avaliar e sugerir alternativas que possam tornar o andamento do programa eficiente, de forma que seja possível alcançar os melhores resultados possíveis.

Também é papel da equipe gestora, além de estabelecer metas, avaliar e divulgar os resultados das pesquisas sobre a proficiência dos alunos, atuar na promoção da interação e da parceria entre pais, direção, corpo docente e discente, buscando alcançar os melhores resultados possíveis na formação dos estudantes. Com uma proposta de gestão democrática e participativa, a equipe gestora do *campus* deve compreender o processo educativo não apenas pela ótica dos elaboradores das políticas públicas do IFPR, mas principalmente pela ótica do aluno, da comunidade na qual ele está inserido e do mercado de trabalho local e regional para o qual o aluno está sendo preparado.

Finalizando este capítulo, conclui-se que é visível a necessidade de se estabelecer um plano de ação para a redução da reprovação escolar no *campus* IFPR Ivaiporã, com a certeza de que esta ação não deve ser imposta de cima para baixo, mas contar com a importante participação de toda equipe gestora, professores, técnicos, estudantes e familiares, cujo envolvimento na

definição das diretrizes do trabalho pedagógico é imprescindível para a melhoria da qualidade da educação.

Com base nas análises realizadas no capítulo 2, o terceiro e último capítulo deste trabalho apresenta um plano de intervenção que busca a estruturação de uma proposta educacional para diminuição dos índices de reprovação no *campus* IFPR/Ivaiporã.

III. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL PARA DIMINUIR A TAXA DE REPROVAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS IFPR- IVAIPORÃ

Nos capítulos anteriores discutimos o caso de gestão analisado neste trabalho, sobre o índice de reprovação no ensino médio profissionalizante do IFPR *campus* Ivaiporã comparado aos índices de reprovação no ensino médio profissionalizante em todo o Brasil e a urgência de diminuir estes índices buscando cumprir as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação e pelo Plano Nacional de Educação.

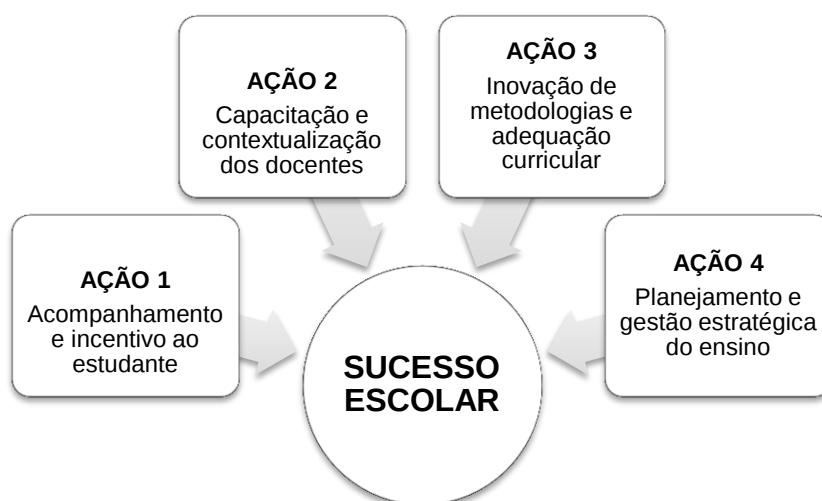
Este capítulo apresenta os fatores considerados relevantes para promover a diminuição da taxa de reprovação dos estudantes do ensino médio integrado do *campus* IFPR-Ivaiporã, propondo uma série de estratégias de intervenção que foram estabelecidas a partir da análise da pesquisa realizada no *campus* e fundamentada no referencial teórico apresentado no capítulo 2.

Sendo assim, no capítulo 3, o plano de intervenção está estruturado em 5 seções: 4 seções que descrevem as ações do plano de intervenção e 1 seção que descreve a utilização de um Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) na avaliação do plano de intervenção.

3.1 Plano de intervenção educacional

Diante da descrição e da análise do caso apresentado nos capítulos 1 e 2 deste trabalho, este plano de intervenção pretende alcançar maior rendimento escolar dos estudantes do IFPR *Campus* Ivaiporã, diminuindo a taxa de reprovação que ocorre principalmente no 1º ano dos cursos técnicos integrados de nível médio, com 4 ações que influenciem diretamente os fatores essenciais para o sucesso escolar, conforme verificado neste estudo e esquematizado na Figura 5.

Figura 5- Plano de intervenção: ações essenciais para o sucesso escolar no IFPR/Ivaiporã



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

As ações do plano de intervenção conforme a Figura 05 serão descritas a seguir.

3.1.1 AÇÃO 1 - Acompanhamento periódico do estudante (pedagógico, psicológico, social e familiar)

A Ação 1, descrita no Quadro 5, que constitui um programa de acompanhamento periódico do estudante, pretende diagnosticar e recuperar as dificuldades de aprendizagem do aluno logo na sua chegada ao 1º ano do Ensino Médio Integrado e acompanhá-lo até a conclusão do curso profissionalizante, com duração de 4 anos.

Conforme o programa, o acompanhamento do aluno inicia-se logo nos primeiros dias do ano letivo e vai sendo direcionado conforme o diagnóstico realizado pelo professor, pela equipe gestora, pela equipe de apoio que já atua na instituição (coordenador, pedagogo, psicólogo, assistente social) e pela família do educando. A meta principal é que o aluno aprenda no decorrer dos bimestres, tendo diversas oportunidades de reforço e recuperação paralela.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, prevê em seu artigo 12, inciso V que cabe aos estabelecimentos de ensino prover meios de

recuperação para alunos de menor rendimento e também estabelece no artigo 24, inciso V, alínea e, a “*obligatoriedade* de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (grifo meu)” justamente para tentar prevenir e corrigir futuras reprovações dos alunos.

QUADRO 5: Plano de intervenção - Ação 1: Programa de acompanhamento do estudante

AÇÃO	Responsável pela execução	Outros envolvidos	Período de execução	Metas
Avaliação diagnóstica da aprendizagem dos alunos	Professor	Equipe pedagógica/ alunos	Início do 1º Bimestre	Diagnosticar o quantitativo de alunos com déficit de aprendizagem
Avaliação diagnóstica de fatores psicológicos dos alunos	Professor / psicólogo	Equipe pedagógica/ alunos / familiares	Durante o Bimestre	Diagnosticar e encaminhar alunos com necessidade de acompanhamento psicológico
Minicurso de técnicas de estudo individual e em grupo	Equipe pedagógica	Professores/ familiares	Durante o 1º e 2º Bimestres	Desenvolver nos estudantes o hábito do estudo extraclasse
Avaliação diagnóstica de fatores pedagógicos dos alunos	Professor / pedagogo	Equipe de ensino/ alunos / familiares	Durante o Bimestre	Diagnosticar e encaminhar alunos com necessidade de acompanhamento pedagógico
Avaliação diagnóstica de fatores sócio econômicos dos alunos	Professor / assistente social	Equipe de ensino/ alunos / familiares	Durante o Bimestre	Diagnosticar e atender alunos com necessidade de auxílio financeiro e demais necessidades socioeconômicas
Realização de atividades avaliativas	Professor	Alunos/ familiares	Durante os Bimestres	Diagnosticar a aprendizagem dos alunos
Verificação dos conceitos finais dos alunos	Professor / equipe de ensino/	Conselho de classe/ responsáveis/ alunos / direção	Final do Bimestre	Relacionar todos os alunos que obtiveram conceito "D" em alguma disciplina
Encaminhamento do aluno para aulas de reforço no contra turno	Equipe de ensino	Professor/ pais/ alunos/ direção	Durante o bimestre	Recuperar e reforçar os conhecimentos adquiridos no bimestre anterior
Elaboração de propostas de atividades de reforço no contra turno	Direção de ensino/ equipe pedagógica/ professores	Alunos/ pais/ conselho escolar	Durante o bimestre	Elaborar propostas efetivas para reforçar a aprendizagem dos alunos
Participação dos alunos nas aulas de reforço e atendimento individual	Professor/ equipe pedagógica	Alunos/ pais/ comunidade escolar	Durante o bimestre	Recuperar e reforçar os conhecimentos adquiridos no bimestre anterior, tirar dúvidas das aulas anteriores
Acompanhamento da frequência escolar	Professor/ secretaria acadêmica / equipe pedagógica	Alunos/ familiares/ comunidade escolar	Durante o bimestre	Monitorar a participação do aluno das aulas e demais atividades da escola
Realização de recuperação paralela	Professor / aluno	Equipe de ensino/ familiares	Final do Bimestre	Alunos alcancem os conceitos A, B ou C nas matérias que anteriormente ficou com conceito D.

FONTE: Elaborado pela autora, 2015.

Verificamos no Quadro 5, as ações do programa de acompanhamento do estudante, bem como os responsáveis pela execução, as parcerias necessárias para o sucesso do programa, os prazos e as metas desejadas. As etapas no programa não possuem utilização de recursos financeiros adicionais e devem acontecer durante todo o ano letivo, com reuniões periódicas para análise dos resultados.

3.1.2 AÇÃO 2 - Capacitação e contextualização dos docentes – Ensinar: Quem? Como? Para que? e Onde?

Diante dos resultados da pesquisa, é possível concluir que se faz necessário que exista na instituição estudada estratégias de capacitação e contextualização docente, principalmente para que o professor, assim que inicia seu trabalho docente na escola, se aproprie das propostas do Plano Político Pedagógico do *campus*, das metodologias de ensino e de avaliação utilizadas no Instituto Federal do Paraná, conheça a realidade regional e local, o contexto socioeconômico do público alvo e principalmente compreenda as finalidades, missões e valores do IFPR, como uma instituição de educação profissional com características específicas, que atua desde o ensino médio até a pós-graduação, com grande foco no desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica.

Para o desenvolvimento da ação 2, propõe-se um programa de capacitação e contextualização docente a ser desenvolvido na própria instituição, como uma formação continuada em serviço, liderada e orientada pela Direção Geral e Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Para Luck (2009),

A capacitação profissional em serviço, estruturada, liderada e orientada pelo diretor escolar envolve diversas atividades, como por exemplo:

- observação, análise e *feedback* sobre as experiências profissionais e consequente construção de conhecimento, em associação com o conhecimento educacional produzido;
- realização de grupos de estudo e oficinas práticas sobre aspectos em que se pretende promover mudanças;
- promoção de troca de experiências e de material pedagógico entre os professores sobre estratégias que utilizam para garantir maior efetividade na aprendizagem dos alunos;

- estudo sobre competências docentes e de trabalho e fundamentação para o seu exercício consistente;
- criação de portfólios individuais e por áreas de atuação para os resultados desses estudos e práticas objetivando sua sistematização;
- planejamento de implementação e incorporação de novas aprendizagens e conhecimentos em novas práticas profissionais. (LUCK, 2009, p. 88).

Com base nos estudos de Luck (2009), o Quadro 6 apresenta uma proposta para o desenvolvimento da ação 2 de capacitação e contextualização docente.

Quadro 6: Plano de intervenção - Ação 2: Programa de capacitação docente em serviço

Tema	Metodologia	Período de execução	Carga horária	Metas
Fundamentos da educação profissional; contexto regional (político, econômico e social).	Palestras com profissionais das áreas e grupos de estudo sobre o tema.	Semana pedagógicas: Início do Ano letivo / 2 dias Início do 2º Semestre / 2 dias	4 h/dia / 04 dias 16h	Discutir os fundamentos da educação profissional, refletindo sobre o fazer pedagógico no IFPR Ivaiporã em seu contexto local.
Planejamento e organização do trabalho docente.	Reunião com professores, equipe gestora e equipe de ensino.	Início dos bimestres (I, II, III e IV)	3h/dia 04 dias 12h	Avaliar o andamento do ano letivo e planejar as ações do bimestre.
Temas variados sobre o processo de ensino-aprendizagem, dificuldades de aprendizagem, gestão participativa, avaliação e dia a dia escolar.	Palestra com autoridades sobre o tema, com realização de dinâmicas de grupo.	Cafés Pedagógicos: 01 vez por mês, exceto janeiro, julho e dezembro.	3h/dia 09 encontros 27h	Estudar sobre temas variados, com fundamentos teóricos e práticos que contribuam para a reflexão e transformação do processo de ensino-aprendizagem.

FONTE: Elaborado pela autora, 2015.

As ações descritas no Quadro 6, devem ser planejadas no calendário acadêmico do ano letivo e todos os professores e servidores que compõe a equipe pedagógica serão convocados para participar, recebendo uma certificação de sua participação, constando a carga horária específica.

3.1.3 AÇÃO 3 - Adequação curricular e inovação de metodologias de ensino-aprendizagem

A ação 3 do Plano de intervenção busca atender as sugestões apresentadas pelos estudantes na pesquisa, sobre a organização do trabalho pedagógico e as metodologias de avaliação utilizadas no *campus*. A ação e será desenvolvida como fruto das discussões geradas nas ações 1 e 2, com o objetivo de reformular, quando necessário, os Planos Pedagógicos dos Cursos, as normativas internas do *campus*, que estabelecem regras gerais quanto à gestão do dia a dia escolar e a organização didático-pedagógica do *campus*.

Anualmente (início do II Semestre) servidores, estudantes e comunidade escolar serão convidados a participar da composição de comissões internas para discussão e realização das adequações curriculares necessárias nos cursos existentes e também nas propostas de criação de novos cursos, buscando apresentar propostas inovadoras em relação à organização curricular e às metodologias de ensino-aprendizagem.

3.1.4 AÇÃO 4 - Planejamento, participação e gestão estratégica do ensino

Para realizar a ação 4, em um cenário participativo e colaborativo, a equipe gestora deve oportunizar momentos para reflexão e discussão sobre o plano de ação, que envolva todos os sujeitos do processo: alunos, família, professores, gestores e comunidade escolar.

O desenvolvimento do plano de intervenção com todas suas ações durante o ano letivo é fundamental para que as metas propostas sejam alcançadas e além da responsabilidade da equipe gestora e dos professores na execução do programa, os alunos e os familiares também possuem responsabilidades ligadas ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Não isentando a escola e os professores da responsabilidade na qualidade da educação, o papel da família é fundamental, pois os pais são os primeiros responsáveis pelo comportamento e atitudes dos filhos. Devem garantir que seus filhos não falem à escola, cuidem da saúde e da

alimentação, participem das aulas de reforço, tenham horários estabelecidos para o estudo e para o lazer:

As famílias devem fazer a parte delas para preparar as crianças para a escola. Famílias implantam atitudes básicas e valores sobre a aprendizagem, bem como a autodisciplina e boas maneiras necessárias para a aprendizagem em um grupo. As famílias devem permanecer envolvidas com seus filhos, encorajando-os, monitorando seu trabalho escolar, limitando o tempo que eles passam com aparelhos eletrônicos, reunindo-se com os professores e garantindo que eles tenham um local adequado para estudar. Elas devem encorajá-los a levar sua escolarização a sério, a respeitar seus professores e a se comportar apropriadamente na escola. (Ravitch, 2011, p.190).

Segundo Ravitch (2011), as políticas de responsabilização estão erradas quando desconsideram o papel da família e a importância do próprio esforço do aluno, deixando toda a responsabilidade dos baixos índices de aprendizagem sobre a escola e sobre os professores.

Neste plano de intervenção, é papel de equipe gestora, além de proporcionar uma aproximação da família para a vida escolar dos estudantes, planejar suas ações anuais, organizando momentos intermediários de análise do andamento destas ações, em reuniões que busquem a participação da comunidade escolar para ouvir suas ideias e opiniões. Além disso, devem contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem na escola e para a elaboração de novas diretrizes que contribuam para o sucesso do plano de intervenção.

3.1.5 Avaliação do plano de intervenção – utilização de um Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD)

Conforme Arellano (2012), para produzir informações necessárias para diagnosticar, avaliar objetivamente e melhorar de maneira contínua a política pública da educação profissional e técnica, é fundamental a utilização de Sistemas de Avaliação de Desempenho (SAD), que contribuam para a tomada de decisões da equipe gestora e prestação de contas em termos dos impactos e resultados alcançados. É essencial que a equipe avaliadora do programa conheça o máximo possível do programa que deve ser avaliado, conhecendo seu histórico, a motivação de sua implantação e os resultados que

pretende alcançar, bem como a realidade escolar onde está sendo desenvolvido.

No caso apresentado, os resultados do SAD devem ser direcionados para a criação de um Plano de Ação que promova a elevação dos índices de aprovação e contribua para a motivação dos alunos, bem como para o alcance das propostas educacionais elaboradas para os Institutos Federais: o aprimoramento do cidadão para convivência na sociedade e sua preparação para o mundo do trabalho, como pessoa humana, crítica, reflexiva, autônoma e empreendedora.

Melhorar o rendimento escolar dos alunos e alcançar uma queda significativa nos índices de reprovação e evasão nas turmas do Ensino Médio do IFPR, como estabelecido no Termo de Acordos e Metas de 2010, abrange o cumprimento das metas de eficiência (número de vagas ofertadas em cada turma) e eficácia (relação entre o número de alunos ingressantes e concluintes) estabelecidas pela SETEC/MEC aos Institutos Federais.

Qualquer programa que busque a melhoria da qualidade de ensino leva um tempo considerável para demonstrar seus efeitos, tendo em vista que o processo de ensino-aprendizagem é contínuo. Desta forma, qualquer SAD deve levar em consideração o fator tempo, tanto na adaptação dos alunos quanto na adaptação dos professores e da equipe de ensino, que inevitavelmente deverá realizar ajustes ao programa ao longo do tempo buscando a excelência em sua execução.

Sobre o uso de Sistemas de Avaliação de Desempenho (SAD), Arellano (2012) argumenta que estes instrumentos, mesmo sendo de uso essencial, possuem limitações:

"(...) é preciso conhecer e aceitar as limitações e as potencialidades de um SAD como um mecanismo de avaliação, antes de pô-lo em prática. Sua grande limitação é que não necessariamente ele servirá para avaliar de forma neutra os resultados de um programa ou organização. Ou seja, o SAD permitirá avaliar a força dos argumentos e dos instrumentos, por meio de aproximações relativamente válidas e aceitas. Portanto, os resultados observáveis poderão ser tomados em consideração, dependendo da força dessas mesmas aproximações." (Arellano, 2012, p.23).

Nesse sentido, Arellano (2012) defende a tese de que apesar das limitações existentes, os SADs são relevantes para compreensão das cadeias

causais, para aferição dos impactos das políticas públicas implantadas, bem como para verificar a solidez dos resultados. Outro ponto essencial ressaltado pelo autor refere-se à concepção de que um SAD é um instrumento de aprendizagem organizacional, ou seja, possibilita repensar as ações governamentais por meio de dados e informações, como uma proposta de ordenação e sistematização da ação governamental, pois busca construir um compromisso técnico que assegure às sociedades que seus governos possam definir e comprometer-se com políticas públicas específicas e de forma transparente.

É fundamental que os resultados verificados pelo SAD cheguem até os professores e demais profissionais da educação e principalmente à comunidade, oportunizando momentos de reflexão e debate sobre os resultados obtidos, buscando caminhos para a melhoria dos resultados na qualidade do ensino em todos os aspectos.

No caso do plano de intervenção aqui apresentado, o SAD será estabelecido com a atualização de indicadores de desempenho (ID), com destaque para os índices de eficiência e eficácia a serem cumpridos pelos Institutos Federais:

ÍNDICE DE EFICIÊNCIA - RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNO

Este indicador permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas ativas no mesmo período.

EQUAÇÃO BÁSICA:

$$\text{Relação ingresso/ aluno} = \frac{\text{nº de ingressos}}{\text{nº de matriculados}} \cdot \frac{100}{X}$$

sendo:

nº de ingressos o número de matrículas iniciais e

nº de matriculados o número de matrículas ativas da data da pesquisa

Metas do Termo de Acordos e Metas (TAM):

2013 -75%

2016 – 90%

Índices alcançados no *campus* Ivaiporã (2013) : 74%

ÍNDICE DE EFICÁCIA-RELAÇÃO CONCLUINTES/ALUNO

Este indicador permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ativas e o total de alunos que concluíram o ano escolar.

EQUAÇÃO BÁSICA:

$$\text{Relação concluintes/ aluno} = \frac{\text{nº de concluintes}}{\text{nº de matriculados}} \cdot \frac{100}{X}$$

sendo:

nº de concluintes o número de alunos que concluíram o ano letivo e

nº de matriculados o número de matrículas ativas da data da pesquisa

Metas do Termo de Acordos e Metas (TAM):

2013 -70%

2016 – 80%

Índices alcançados no *campus* Ivaiporã (2013): 74%

ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Como o objetivo do plano de intervenção é diminuir o índice de retenção do fluxo escolar em todas as séries do ensino médio, principalmente no 1º ano, serão utilizados os seguintes indicadores:

EQUAÇÃO BÁSICA:

$$\text{Índice de retenção escolar} = \frac{\text{nº de alunos retidos}}{\text{nº de matriculados}} \cdot \frac{100}{X}$$

sendo:

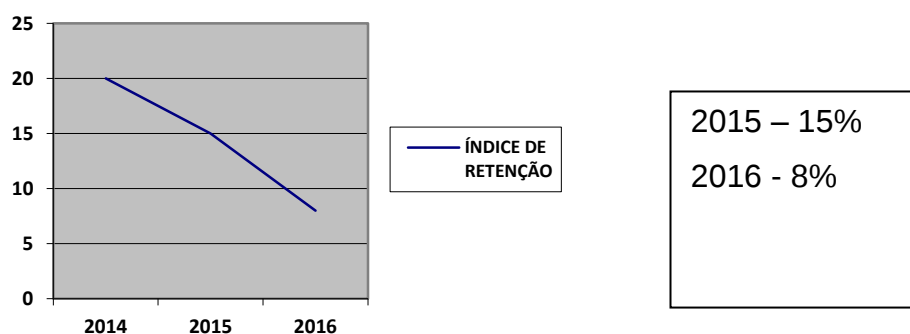
nº de alunos retidos o número de alunos que reprovaram no o ano letivo

e *nº de matriculados* o número de matrículas ativas da data da pesquisa

Este indicador permite que se calcule, para um determinado período, o índice percentual de alunos retidos no ano escolar. Pode ser utilizado para

turmas individuais como no total de todas as turmas, independente de série escolar. O gráfico 10 apresenta as metas do programa para o índice de retenção escolar até 2016.

Gráfico 10: Plano de intervenção: Metas para o índice de retenção escolar até 2016



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Dados de 2013 – 1º ano do ensino médio integrado

9 reprovados / 30 matriculados x 100 =

30% - índice de retenção escolar

Para se analisar o desempenho do programa de recuperação paralela, a cada bimestre, os indicadores utilização regra de três simples:

Nº de alunos da turma = 100

$$Z = X$$

Sendo X = percentual de alunos na situação pesquisada

E Sendo Z =

Z1 - Nº de alunos com conceito D no bimestre;

Z2 - Nº de alunos que frequentam as aulas de reforço;

Z3 - Nº de alunos que fizeram atividades de recuperação concomitante;

Z4 - Nº de alunos com dificuldade de aprendizagem detectada;

Z5 - Nº de alunos com acompanhamento pedagógico;

Z6 - Nº de alunos com acompanhamento psicológico;

METAS: Z1 e Z4 – não existem metas iniciais pré-estabelecidas, pois vai depender da turma que ingressar. Os outros fatores (Z2, Z3, Z5 e Z6) serão baseados no total (100%) de alunos que ficarem com conceito “D” no bimestre (Z1) e que forem diagnosticados com dificuldade de aprendizagem (Z4). No decorrer dos bimestres, os índices Z1 e Z4 devem diminuir até alcançar 20% do número inicial. Por exemplo, se no 1º bimestre, 50% dos 80 alunos matriculados no 1º ano alcançarem conceito “D” em algum componente curricular, isto é, 40 alunos, no último bimestre a meta é que apenas 8 alunos fiquem com conceito “D”. A Tabela 27 apresenta as metas bimestrais de desempenho do programa de acompanhamento do estudante.

Tabela 27: Plano de intervenção – Ação 1 – Metas bimestrais de desempenho do programa, Ivaiporã, 2015

Plano de intervenção – Ação 1				
Metas Bimestrais de desempenho do programa				
	1ª Bim	2ª Bim	3ª Bim	4ª Bim
Z2	90%	93%	95%	97%
Z3	87%	89%	91%	95%
Z5	85%	90%	92%	97%
Z6	65%	60%	53%	45%

FONTE: Elaborado pela autora, 2015.

No caso do indicador Z6 – alunos com acompanhamento psicológico, a meta é que o número de atendimentos diminua ao longo do ano, demonstrando a qualidade do acompanhamento psicológico e o sucesso dos alunos em superar suas dificuldades.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS NO PROGRAMA POR PERÍODO

Para mensurar um número geral de atendimentos no programa por período, limitando a frequência do aluno em um programa:

EQUAÇÃO BÁSICA:

$$\text{Índice de atendimento} = \frac{\text{nº de alunos atendidos} \cdot 100}{\text{nº de matriculados} \times X}$$

sendo:

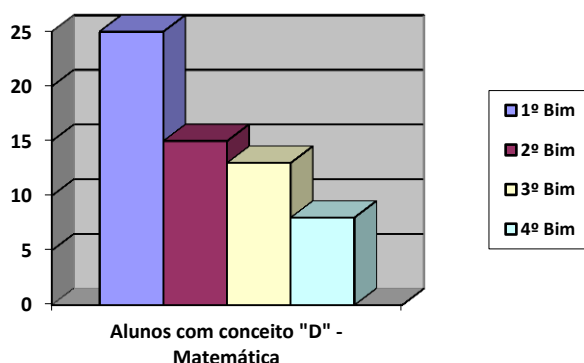
nº de alunos atendidos o número de alunos que participaram de pelo menos uma etapa do programa

nº de matriculados o número de matrículas ativas da data da pesquisa

A meta para este indicador é que o número de atendimentos no programa de recuperação paralela diminua no mínimo 5 pontos percentuais por bimestre.

Como apresentado no Gráfico 11, a meta deste indicador é que aconteça uma diminuição progressiva de alunos atendidos pelo programa e ao mesmo tempo um aumento no índice de alunos com conceitos A, B e C nos bimestres, culminando em taxas menores de reprovação no final do ano letivo (grandezas inversamente proporcionais).

Gráfico 11: Exemplo de gráfico para acompanhamento do rendimento escolar dos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Este indicador será apresentado em gráficos onde serão acrescentados periodicamente os novos resultados, de forma que seja possível visualizar a linha de evolução do programa, como no exemplo apresentado no gráfico 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas discussões levantadas neste estudo sobre a reprovação escolar no ensino médio, principalmente no contexto do Instituto Federal do Paraná, *campus* Ivaiporã e na participação dos estudantes, gestores e professores nesta pesquisa, ficou evidente que alguns pontos no dia a dia escolar e no processo pedagógico precisam ser fortalecidos por meio de ações conjuntas. Tais ações devem criar e/ou aperfeiçoar estratégias de ensino como acompanhamento pedagógico, metodologias de avaliação, estudos dirigidos sobre técnicas de estudo objetivando a oferta de um ensino de qualidade que proporcione a formação dos estudantes com excelência, que venham produzir impactos positivos no desenvolvimento social e econômico da região.

O Plano de Intervenção apresentado no último capítulo, que pode ser aplicado de forma contextualizada em outras instituições de educação profissional de nível médio, visa promover a elevação dos índices de aprovação e contribuir para a motivação dos estudantes, bem como para o alcance das propostas educacionais elaboradas para os Institutos Federais: o aprimoramento do cidadão para sua convivência na sociedade e sua preparação para o mundo do trabalho, como pessoa humana, crítica, reflexiva, autônoma e empreendedora.

Os resultados serão obtidos ao longo da carreira escolar do aluno e com a participação de todos os envolvidos no processo. A meta principal é reduzir ao máximo a reprovação dos alunos no 1º ano de ensino médio integrado à educação profissional, mas mesmo que com todo o acompanhamento oferecido pela escola, esta reprovação seja inevitável, o aluno continuará sendo acompanhado ao longo de sua carreira acadêmica, de forma que este aluno se sinta amparado e não recriminado pela reprovação, que ele não abandone a escola e alcance a formação integral até o término do ensino médio na instituição, superando todas as dificuldades de aprendizagem que encontrar pelo caminho, com o apoio dos familiares e de toda a equipe escolar.

Mas os frutos desta jornada não terminam por aí. Os resultados obtidos neste trabalho permitem o levantamento de novas reflexões, dando suporte para que muitas outras pesquisas sobre o tema da reprovação no

ensino médio profissionalizante possam ser realizadas, ampliando o campo de ação, alcançando outros *campus* do IFPR e outros Institutos Federais de todo o Brasil, que poderão ser beneficiados por propostas educacionais e/ou políticas institucionais e sociais, que contribuam para o sucesso escola dos estudantes.

Por fim, pretende-se com esta dissertação, por meio dos dados coletados, demonstrar que é possível ofertar um ensino público e de qualidade, focado em uma formação integral e sólida, mesmo para estudante das regiões interiores do Brasil, a partir da execução de políticas afirmativas e de assistência estudantil, atreladas a uma proposta pedagógica que valorize e respeite o estudante, dando-lhe suporte para prosseguir e concluir seus estudos com excelência.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2009.

ARELLANO, David. **Sistemas de Evaluación del Desempeño para organizaciones públicas - ¿Cómo construirlos efectivamente?**. México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2012.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.

Acesso em: ago. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: jul.2014.

BRASIL. **Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Revogado pelo Decreto nº 5154/04). Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: jul. 2014.

_____. **Decreto nº 4.127, de 25 de Fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: ago. 2014.

_____. **Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9. Acesso em: jul. 2014.

_____. **Decreto nº 5840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: jul. 2014.

_____. **Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm. Acesso em: jul. 2014.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: out.2014.

_____. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de Fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.** Regulamenta a Lei nº 6545 de 30 de junho de 1978, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87310.htm. Acesso em: out.2014.

_____. **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>. Acesso em: nov. 2014.

_____. **Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Lei nº 6545 de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1978/lei-6545.html. Acesso em: out. 2014.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: dez. 2013.

_____. **Lei nº 11114 de 16 de maio de 2005.** Altera os art. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm#art1. Acesso em: mar. 2015.

_____. **Lei nº 11195 de 18 de novembro de 2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em: nov. 2014.

_____. **Lei nº 11741 de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: mar. 2015.

_____. **Lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008a**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, p.1, 30/12/2008.

_____. **Lei nº 12061 de 27 de outubro de 2009**. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm. Acesso em: mar. 2015.

_____. **Lei nº 12288 de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: abr. 2015.

_____. **Lei nº 12711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: jan. 2014.

_____. **Lei nº 12796 de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1. Acesso em: mar. 2015.

_____. **Lei nº 12858 de 09 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12858.htm. Acesso em: abr. 2015.

_____. **Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: set. 2014.

_____.Ministério da Educação/Site da CAPES. **PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>. Acesso em: set. 2014.

_____.Ministério da Educação /SETEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, 2000.

_____.Ministério da Educação/SETEC. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica – Concepções e Diretrizes– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008 b.

_____. Ministério da Educação **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: set. 2014.

_____.Ministério da Educação. **CONAE 2010- Documento Final**. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>Acesso em: dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>Acesso em: nov. 2013.

BREMER, Maria Aparecida de Souza e KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio integrado: uma história de contradições**, 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2217/208>. Acesso em: fev. 2015.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Custo do PNE: Transição do CAQi e CAQ**, 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/arquivos/20daniel>. Acesso em: abr. 2015.

CIA. **The world Factbook**. População – países. Disponível em:<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html?countryname=Brazil&countrycode=br®ionCode=soa&rank=6#br>. Acesso em: mar. 2015.

CONDE, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**. Revista Pesquisa e Debate em Educação. Vol. 2, Nº 2. PPGP/CAED, 2012. Disponível

em: <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/24>.
Acesso em: nov. 2014.

CONIF. **Matriz Conif 2015**. Documentos internos IFPR *Campus Ivaiporã*, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio, **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**, São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica no Brasil**. Revista Educação e Sociedade; Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa**. Revista Educação e Sociedade; Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0235124.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

FELICIO, Fabiana de. **Fatores Associados ao Sucesso Escolar: Levantamento, Classificação e Análise dos Estudos Realizados no Brasil**. Fundação Itaú Social. 2010. Disponível em: http://www.fundacaoitausocial.org.br/arquivosstaticos/FIS/pdf/fase_ultima_versao.pdf. Acesso em: abr. 2015.

Fundo Monetário Internacional. **Principal Global Indicators – Produto Interno Bruto**. Disponível em: <http://www.principalglobalindicators.org/Pages/Default.aspx>. Acesso em: mar. 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983. 6. ed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. SP: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GATTIJR, Décio. A história das Instituições escolares: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições**

escolares e educação na imprensa. Campinas SP: Autores Associados, 2002.

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA. **Ações afirmativas.** 2011. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html>. Acesso em: abr. 2015.

IBGE. **Dados do município de Ivaiporã,** 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411150&search=parana|ivaipora>. Acesso em: fev. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Guia do Candidato– Processo Seletivo 2010. Educação a Distância,** 2010. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/07/guia_do_candidato_oficial.pdf. Acesso em: dez. 2013.

_____. **Cartilha Assistência Estudantil,** 2013. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/cartilha_AE_2014.pdf. Acesso em: fev. 2013.

_____. **Edital nº 003/2014 da PROEPI/IFPR–** Programa Institucional de Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador (PIBIN). Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/11/1-Edital-PIBIN-2014.pdf>. Acesso em: set. 2014.

_____. **Edital nº 005/2014 do Processo Seletivo do IFPR 2015.** Disponível em: http://www.fauel.org.br/edital_05_2014_processo_seletivo_ifpr_2015_tecnico_medio.pdf. Acesso em: out. 2014.

_____. **Instrução Interna de Procedimentos nº20 de 27 de fevereiro de 2012 da Pró-reitora de Ensino do IFPR.** Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/IIP_20_PACE_27.02.2012.pdf. Acesso em: out. 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2009-2013).** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/PDI-2009-2013-final-16-05-13-1.pdf>. Acesso em: abr.2014.

_____. **Portal de Informações do IFPR.** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Portaria nº 120, de 06 de agosto de 2009, - IFPR.** Disponível em: <http://londrina.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/01/Portaria-120-de-06.08.09.pdf>. Acesso em: set. 2014.

_____. **Portaria nº 594, de 22 de dezembro de 2012, - IFPR.** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/Portaria-594-de-22-de-dezembro-de-2012.pdf>. Acesso em: out. 2014.

594-Organograma-C%3%A2mpus-com-Anexo.pdf. Acesso em: mar. 2014.

_____. **Processo Seletivo IFPR 2015: 80% de vagas inclusivas.** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/processo-seletivo-ifpr-2015-80-de-vagas-inclusivas>. Acesso em: set.2014.

_____. **Assistência Estudantil.** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/pro-reitorias/proens/dir-de-assuntos-estudantis-e-atividades-especiais/>. Acesso em: out.2014.

_____. **Resolução nº 064/2010- IFPR.** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wpcontent/uploads/2010/08/Res.-64.10.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

_____. **Resolução nº 011/2009 do CONSUP/ IFPR.** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wpcontent/uploads/2010/08/Res.-11.092.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

IFPR CAMPUS CURITIBA. **PPC de Bacharelado em Ciências Contábeis, 2010.** Disponível em: http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/PPC_Ensino-Superior-Novo-forum%C3%A1rio-2013_04_191-1-Cont%C3%A1beis.pdf. Acesso em: set.2014.

IFPR CAMPUS IVAIPORÃ. **PPP - Plano Político Pedagógico, 2014.**

IFPR CAMPUS TELÊMACO BORBA. **PPC de Licenciatura em Física, 2013.** Disponível em: http://telemaco.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/PPC_F%C3%ADsica.pdf. Acesso em: set.2014.

IFPR INFORMA !**Rede Federal completa 105 anos com selo comemorativo, 2014.** Disponível em: <http://200.17.98.94/?p=577#more-577>. Acesso em: set. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ e SETEC. **Termo de Acordos e Metas de 15 de julho de 2010.** Documentos internos da Direção Geral do Campus Ivaiporã, 2014.

INEP. **Censo escolar, 2014** Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: jan.2014.

_____. **Indicadores educacionais – Educação Básica – Taxas de distorção idade-série no Brasil, 2012.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

JESUS, Rodrigo Paulo de. **Educação no Brasil e o dualismo escolar.** Revista Géfyra, São Miguel do Iguaçu, v. 1, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em:http://www.faesl.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=923&Itemid=286. Acesso em: set. 2014.

LUCK, Heloisa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Ed. Positivo, Curitiba, 2009.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, v. 1, n. 1, p.8, jun. 2008.

MAGALHÃES, Luciana Gomes. **O estudo do programa autonomia em três escolas de Nova Iguaçu/RJ: possibilidades de diminuir a distorção idade-série**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade... Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 2014. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/11/LUCIANA-GOMES-MAGALH%C3%83ES.pdf>. Acesso em: mar.2015.

MAGRONE, Eduardo; TAVARES, Fernando. **A “accountability” como fator de instabilidade do pacto educacional brasileiro**. Educação em Foco (Juiz de Fora), 2013.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**/ Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NASCIMENTO, Isabel Moura et al, (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: URPGE, 2007 – (Coleção memória da educação).

NEVES, Sandra Garcia. **A produção omnilateral do homem na perspectiva marxista: a educação e o trabalho**. EDUCERE, PUC/PR, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3581_2062.pdf. Acesso em: mar. 2015.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Metas do PNE, 2014**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: jan. 2015

OECD - **Education at a Glance, 2014**. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2014_eag_highlights-2014-en. Acesso em: mar. 2015.

PACHECO, Eliezer M. **Os Institutos Federais—Uma revolução na educação profissional e tecnológica, 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf> Acesso em: nov. 2013.

PACHECO, Eliezer M. et al. **Educação Profissional e Tecnológica: das**

Escolas de Aprendizizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Revista T&C Amazônia, Ano VII, Número 16, Fevereiro de 2009. Disponível em:

<http://www.fucapi.br/tec/imagens/revistas/ed016_conteudo_completo.pdf>

Acesso em: jan. de 2013

PARO Vitor Henrique. **Reprovação Escolar, renúncia à educação.** 2 ed. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Reprovação escolar? Não, obrigado.** Jornal O Estadão, 2002. Disponível em:

<http://www.sinpeem.com.br/sites/arquivos/downloads/reprovacaoescolar14092013.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local/** Luiz Augusto Caldas Pereira. 2003 – Dissertação de mestrado. Universidade Candido Mendes, Campos dos Goyatacazes. 114 f. :il.

PISA. **Resultados PISA 2000-2012.** Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/resultados_pisa_2000_2012.pdf. Acesso em: mar. 2015.

QEDU, **Junho de 2014: Dados de Distorção Idade-Série.** Disponível em: <http://www.qedu.org.br/>. Acesso em: set. 2014.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional.** Dissertação de mestrado. CAED. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação/** Diane Ravitch; tradução Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SÁ, Celso Pereira; ARRUDA, Angela. **O estudo das representações sociais no Brasil.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.11-31, 2000.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: LDB, trajetórias, limites e perspectivas.** Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e história da educação.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006 – 3. ed. - (Coleção Educação Contemporânea)

SILVA, Tatiana O. C. **O investimento pessoal dos recursos PBIS e PACE.** Documentos internos – IFPR/Campus Ivaiporã, 2014.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil..** IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em: set. 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013.** Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/conteudo-tpe/1479/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2013/>. Acesso em: abr.2014.

UNESCO. **Educação de Qualidade para todos: um assunto de direitos humanos.** 2a ed. Brasília: UNESCO, OREALC, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf>. Acesso em: abr. 2015

UNESCO. **Educação - índice de reprovações -2012.** Disponível em: http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcusto mise=true&lang=en. Acesso em: mar. 2015.

UNESCO. **Opportunities lost: The impact of grade repetition and early school leaving.** Global Education Digest, 2012. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/ged-2012-en.pdf>. Acesso em: mar. 2015

WERLE. Flávia Obino Correa. História das Instituições Escolares—De que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDRB; Curitiba, 2004. - (Coleção Memória da Educação)

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário com os estudantes do IFPR *campus* Ivaiporã



Olá, participante!

Este questionário faz parte de um projeto de pesquisa de mestrado profissional do PPGP/UFJF da pesquisadora Tatiana Silva. A participação é voluntária, anônima e haverá sigilo nas informações. A pesquisa é relevante para o desenvolvimento de um Plano de Ação que resulte em melhorias para o IFPR. Neste questionário não há respostas certas ou erradas, mas é muito importante a sua resposta sincera e pessoal.

Obrigado pela contribuição!

Tempo estimado para resposta: 7 minutos

1. **Sexo:** ☐ Masculino ☐ Feminino

2. **Curso:** () 2º ano () 3º ano () 4º ano

☐ Técnico em Informática Integrado ☐ Técnico em Eletrotécnica Integrado

3. **O ensino fundamental você cursou:**

☐ Integralmente em escola pública ☐ Integralmente em escola particular
☐ Parcialmente em escola pública e particular

4. **Em 2014 você ficou com conceito bimestral “D” em alguma matéria?**

☐ SIM Quantas matérias? _____ ☐ NÃO

5. **Seu resultado final do ano letivo de 2014 foi:**

☐ Aprovado ☐ Reprovado
☐ Aprovado com dependência. Quantas matérias? _____

6. **Você já reprovou em outra série?**

☐ SIM Qual série? _____ ☐ NÃO

7. **Nas matérias que você teve dificuldades em 2014:**

		SIM	NÃO
A	Teve acompanhamento individual do professor?		
B	Foi encaminhado para o reforço ou atendimento da monitoria?		
C	Participou das aulas de reforço?		
D	Teve acompanhamento da equipe pedagógica?		
E	Teve auxílio da família nos estudos em casa?		

8. **Com relação as suas atividades, você:**

☐ Estuda (pule para a questão 10) ☐ Estuda e trabalha

9. **Sua situação de trabalho:**

☐ Trabalha com a família ☐ Trabalha como estagiário

- ☐ Trabalha como aprendiz em empresa ou comércio
☐ Trabalha com serviços gerais ou domésticos ☐ Outros
Qual? _____

10. Com relação às próximas questões, avalie de acordo com a escala de respostas:
1- Ruim, 2- Regular, 3- Bom, 4- Ótimo

Sobre o processo de ensino-aprendizagem no IFPR :	1	2	3	4
Relação professor x aluno				
Métodos de ensino				
Atendimento individual ao aluno				
Aulas de reforço				
Facilidade de acesso ao professor para tirar dúvidas				
Acompanhamento pedagógico				
Acompanhamento psicológico				
Acompanhamento e assistência social da família				
Condições de oferta: recursos de informática, laboratório etc.				

11. Em sua opinião, porque um aluno reprova em uma matéria ou ano escolar?

12. Em 2014 você recebeu algum auxílio estudantil ou bolsa para participação em projetos de pesquisa?

- ☐ Nenhum
☐ Auxílio transporte municipal ☐ Auxílio moradia ☐ Bolsa PBIS
☐ Auxílio transporte intermunicipal ☐ Auxílio alimentação ☐ Bolsa Monitoria
☐ Bolsa Atletas ☐ Bolsa Extensão ☐ Bolsa PIBIC Jr.
☐ Outro _____

13. Em relação aos auxílios da assistência estudantil, responda de acordo com a escala :

CP – Concordo plenamente, C- Concordo, D- Discordo, DP – Discordo plenamente

A assistência estudantil no IFPR:	CP	C	D	DP
O recurso financeiro contribui para o sucesso escolar do aluno				
O tempo dedicado aos projetos atrapalha os estudos dos alunos				
O envolvimento nas pesquisas promove o desenvolvimento do aluno				
O recurso financeiro não é suficiente				
A assistência estudantil contribui para que o aluno não desista dos estudos				

14. Em relação a sua escolha em estudar no IFPR, responda de acordo com a escala:

CP – Concordo plenamente, C- Concordo, D- Discordo, DP – Discordo plenamente

Escolhi estudar no IFPR:	CP	C	D	DP
Por escolha de meus pais ou responsáveis				
Porque oferece um ensino de qualidade				
Porque quero me formar em um curso técnico				
Porque quero passar no vestibular				
Porque meus amigos estudam no IFPR				
Pela possibilidade de receber auxílio financeiro				

15. Você costumava estudar diariamente, fora do horário das aulas, quando cursava o ensino fundamental?

☐ SIM ☐ NÃO

16. Quantas horas por dia você estudava, quando cursou o ensino fundamental?

- ☐ Nenhuma
- ☐ Menos de 1 hora
- ☐ De 1 a 2 horas
- ☐ De 2 a 3 horas
- ☐ De 3 a 4 horas.
- ☐ Acima de 4 horas

17. Quantas horas por dia você estuda agora, cursando o ensino médio?

- ☐ Nenhuma
- ☐ Menos de 1 hora
- ☐ De 1 a 2 horas
- ☐ De 2 a 3 horas
- ☐ De 3 a 4 horas.
- ☐ Acima de 4 horas

17. Quantos dias por semana você realiza estudos extraclasse?

- ☐ Nenhum
- ☐ De 1 a 2 dias
- ☐ De 2 a 3 dias
- ☐ De 3 a 4 dias
- ☐ De 4 a 5 dias.
- ☐ Todos os dias da semana

15. Você tem alguma sugestão, reclamação ou crítica sobre o IFPR Campus Ivaiporã?

OBRIGADO pela participação!

APÊNDICE 2 - Questionário com os professores do IFPR *campus Ivaiporã*



Olá, participante!

Este questionário faz parte de um projeto de pesquisa de mestrado profissional do PPGP/UFJF da pesquisadora Tatiana Silva. A participação é voluntária, anônima e haverá sigilo nas informações. A pesquisa é relevante para o desenvolvimento de um Plano de Ação que resulte em melhorias para o IFPR. Neste questionário não há respostas certas ou erradas, mas é muito importante a sua resposta sincera e pessoal.

Obrigado pela contribuição!

1. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

2. Formação:

☐ Graduação ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado ☐ Pós-doutorado

Cursando:

☐ Pós-graduação ☐ Mestrado ☐ Doutorado ☐ Pós-doutorado ☐ Outros

3. Tempo de trabalho como docente: _____

Tempo de trabalho como docente no IFPR: _____

4. Sobre sua experiência profissional como docente:

- ☐ O IFPR é minha primeira atuação como docente
☐ Integralmente em escola pública () municipal () estadual () federal
☐ Integralmente em escola particular
☐ Parcialmente em escola particular e escola pública () municipal () estadual () federal

5. Níveis de atuação na experiência docente:

- ☐ Ed. Infantil ☐ Ens. Fund. I ☐ Ens. Fund. II ☐ Ensino Médio ☐ EJA
☐ Ed. Profissional ☐ EAD ☐ Mag. Superior

6. Em relação a sua escolha em ser docente no IFPR, responda de acordo com a escala:

CP – Concordo plenamente, C- Concordo, D- Discordo, DP – Discordo plenamente

Escolhi ser docente no IFPR:	CP	C	D	DP
Pelo plano de carreira docente e incentivo a qualificação				
Pela remuneração e possibilidades de gratificações				
Pela estabilidade do serviço público federal				
Devido minha formação para atuar em cursos técnicos				
Porque acredito na proposta curricular, missão e valores dos IFs				
Porque surgiu a oportunidade de fazer um concurso público				
Por incentivo de meus amigos e familiares				

7. Em relação ao campus para o qual prestou o concurso:

		SIM	NÃO
A	Já morava no município ou região		
B	Minha família mora no município ou região		
C	Continuo morando em outro município, fico em Ivaiporã nos dias de trabalho		
D	Mudei-me para o município ou proximidades COM a família		
E	Mudei-me para o município ou proximidades SEM a família		
F	Pretendo conseguir remoção para um local mais próximo de minha família e/ou outra região.		

8. Com relação às próximas questões, responda de acordo com a escala:

1- Ruim, 2- Regular, 3- Bom, 4- Ótimo

Sobre o processo de ensino-aprendizagem no IFPR:	1	2	3	4
Relação professor x aluno				
Metodologias e instrumentos de ensino				
Laboratórios e equipamentos				
Propostas curriculares dos cursos				
Organização e planejamento dos eixos				
Dedicação e compromisso dos alunos				
Participação da família no processo				
Dedicação e compromisso dos docentes				
Acompanhamento pedagógico				
Acompanhamento psicológico				
Acompanhamento e assistência social da família				
Dedicação e compromisso dos coordenadores de cursos				
Dedicação e compromisso da equipe gestora				

9. Em sua opinião, quais os impactos que a reprovação pode causar na vida escolar do estudante? Por quê?

10. Já foi necessário que você reprovasse algum estudante? Neste caso, ao que você atribui esta reprovação?

11. Em relação à política de inclusão e aos auxílios da assistência estudantil, você classifica em uma escala onde: CP – Concordo plenamente, C- Concordo, D- Discordo, DP – Discordo plenamente

A assistência estudantil no IFPR:	CP	C	D	DP
A cota de inclusão de 80% do IFPR é um avanço na luta contra a desigualdade social e racial				
Os alunos que entram por cotas apresentam déficit de aprendizagem				
Os alunos que entram por cotas conseguirão concluir o curso no IFPR				
O recurso financeiro da assistência estudantil contribui para o sucesso escolar do aluno				
O tempo dedicado aos projetos de pesquisa atrapalha os estudos dos alunos				
Os auxílios financeiros deveriam ser condicionados às notas dos alunos				
O envolvimento nas pesquisas promove o desenvolvimento do aluno				
O recurso financeiro não é suficiente para auxiliar o aluno e família				
A assistência estudantil contribui para que o aluno não desista dos estudos				

Obrigado pela participação!

APÊNDICE 3 - Roteiro da entrevista com o Diretor Geral do IFPR *campus* Ivaiporã



- 1) Em sua opinião, qual tem sido o impacto do IFPR implantado no município de Ivaiporã?
- 2) O Estatuto do IFPR aponta que uma das missões da Instituição é contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. O que o campus Ivaiporã tem feito para cumprir este objetivo?
- 3) O ensino médio no IFPR apresenta um índice elevado de reprovação. Em sua opinião, qual a causa deste fenômeno?
- 4) Em sua opinião, qual o impacto local e regional de uma cota de inclusão social e racial de 80% estabelecida do IFPR no processo seletivo de alunos de 2015? O campus alcançou esta meta de inclusão?
- 5) Quais os investimentos previstos para os próximos anos no IFPR Ivaiporã e como estes investimentos poderão contribuir para a melhoria da qualidade de ensino ofertada no campus?
- 6) O que o IFPR Campus Ivaiporã está fazendo e ainda pode fazer para melhorar a qualidade do ensino e reduzir os índices de reprovação?
 - 6.1. Quanto à formação, motivação e desempenho dos professores?
 - 6.2. Quanto à motivação, nivelamento curricular e desempenho dos alunos?
 - 6.3. Quanto à motivação, qualificação e desempenho dos funcionários?
 - 6.4. Quanto às condições de oferta?

**APÊNDICE 4 - Roteiro da entrevista com a Coordenadora de Ensino do
IFPR *campus* Ivaiporã**



- 1) Em sua opinião, existe algum diferencial entre o ensino médio oferecido em uma escola da rede pública estadual e o ensino médio oferecido no IFPR? Por quê? Qual(is)?
- 2) Qual sua opinião sobre a situação atual do ensino médio brasileiro?
- 3) O ensino médio no IFPR apresenta um índice elevado de reprovação. Em sua opinião, qual a causa deste fenômeno?
- 4) Em sua opinião, qual o papel do aluno, do professor e da equipe pedagógica na formação do aluno?
- 5) O que o IFPR Campus Ivaiporã está fazendo e ainda pode fazer para melhorar a qualidade do ensino e reduzir os índices de reprovação:
 - 5.1. Quanto aos processos de gestão do ensino?
 - 5.2. Quanto à dinâmica e estruturação das atividades letivas?
 - 5.3. Quanto à adequação das aulas ao perfil do público discente?